

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 150, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 528/2024****OF 566/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria no 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2018, que renova, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arapongas, Estado de Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 528

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2018, que renova, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arapongas, Estado de Paraná.

Brasília, 11 de julho de 2024.



Brasília, 13 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/10/2018 | Edição: 192 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 5.117 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 566/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2018, que renova, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arapongas, Estado de Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 12/07/2024, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5896892** e o código CRC **7B536BEA** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53000.009433/2013-10
<b>Interessado:</b>	WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA
<b>Sector:</b>	Secretaria de Radiodifusão
<b>CNPJ:</b>	02.281.983/0001-07
<b>Serviço:</b>	53000.018035/2014-7
<b>FISTEL:</b>	50011592451
<b>UF:</b>	PR
<b>Localidade:</b>	Arapongas
<b>Tipo:</b>	Renovação Rádio Frequência Modulada
<b>Número do Tipo:</b>	428
<b>Documentos Restritos:</b>	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º 3300727, fls.3/6

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias

433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 26/10/2018, às 09:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3502305** e o código CRC **8E414293**.

Referência: Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3502305

DIEGO FERNANDES  
CARNEIRO SILVA

Assinado de forma digital por DIEGO FERNANDES  
CARNEIRO SILVA  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Física A3,  
ou=ARSPRO, ou=Autoridade Certificadora  
SERPROACF, cn=DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
Dados: 2018.11.05 11:10:42 -02'00'



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

## TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.009433/2013-10**

Interessado: **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 45 (quarenta e cinco) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 27/02/2014

**WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO**

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial  
SDCOM/GTDI/SCE-MC



Ministério das Comunicações

REQUERIMENTO E DECLARAÇÃO  
DECRETO N.º 88.066/83  
( § 1º e alínea "a" do artigo 3º )  
Formulário DNT 104

Ministério das Comunicações - DNT  
Fls. 02  
Rubrica

44

EXMO SR. MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

A **WRT Organização de Radiodifusão Ltda.** CNPJ n.º 02.281.983/0001-07, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, requer a V.Sa. se digne a apreciar e submeter à decisão da autoridade competente o **presente pedido de renovação da concessão que lhe foi outorgada para explorar o serviço de radiodifusão em FM, na cidade de Arapongas Pr.**

Para tanto, anexa os documentos a que se refere o mencionado Decreto.

Outrossim, declara conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido; e declara, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Arapongas Pr, 21 de fevereiro de 2013.

**Marcelo Ricardo Ferreira**  
**WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**  
CNPJ n.º 02.281.983/0001-07  
Dirigente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 009433/2013-10  
SEI-ASCE  
28/02/2013-11-30  
SDPOS.

**Correspondência**  
**R Bruno Filgueira 1688**  
**80.730 380 Curitiba PR**

## Declaração

Declaramos que nossa emissora não infringe o disposto no artigo 220 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade firmamos a presente



**Marcelo Ricardo Ferreira**  
**WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**  
CNPJ n.º 02.281.983/0001-07  
Dirigente

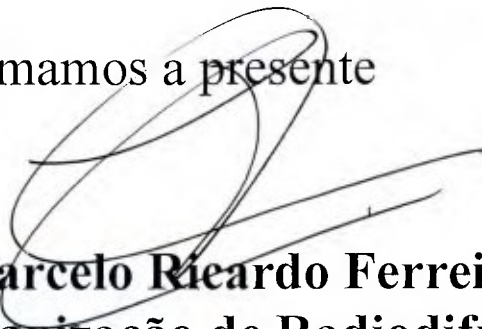
Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730 380 Curitiba Pr



## **DECLARAÇÃO**

Declaramos que não possuímos autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada, e declaramos também que não excederemos os limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967, caso seja renovada a outorga.

Por ser verdade firmamos a presente



**Marcelo Ricardo Ferreira**  
**WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**  
CNPJ n.º 02.281.983/0001-07  
Dirigente

Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730 380 Curitiba Pr

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Por ser verdade firmamos a presente



**Marcelo Ricardo Ferreira**  
**WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**  
CNPJ n.º 02.281.983/0001-07  
Dirigente

Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730 380 Curitiba Pr

Da WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Para Ministério das Comunicações  
Secretaria Serviços de Comunicação Eletrônica  
A/C Coordenadora Geral do Regime Legal de Outorgas

Assunto: Documentos ( Encaminha)

Referência: Processo renovação 2013 para Arapongas Pr

Prezado Senhor

Conforme processo da epígrafe, encaminhamos a V. Sa. os seguintes documentos em original ou cópia autenticada:

- Laudo de Ensaio dos Transmissores
- Certidão de Quitação Sindical Patronal e dos Empregados
- Declaração do Artigo 220 da constituição federal
- Certidão do INSS
- Certidão do FGTS
- Certidão Conjunta da Receita Federal
- Certidão de Regularidade Estadual
- Certidão de Regularidade Municipal
- Contrato Social de Alterações desde 2000
- RAIS
- Cinco Declarações
- Programação da emissora
- Carteira de Identidade Autenticada do Responsável pela Programação
- Vistoria Técnica

Atenciosamente



Robinson de Oliveira  
Engenheiro Responsável pelos Laudos

Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730 380 Curitiba Pr

**LAUDO DE ENSAIO - FM**



**01. IDENTIFICAÇÃO**

a) Nome da Entidade

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

b) Endereço completo

Rua Surucuá Pequeno s/n – Distrito Industrial  
23S 22 12 e 51W 24 24 Arapongas Pr

c) Nome e local da emissora a que se destina o Transmissor

Mesmo acima

**02. ENSAIO**

a) Motivo

Renovação de Outorga

b) Endereço completo onde foi realizado

Rua Surucuá Pequeno s/n – Distrito Industrial  
23S 22 12 e 51W 24 24 Arapongas Pr

**03. FABRICANTE**

a) Nome

Quasartech Brasil Comércio de Equipamentos

b) Endereço

Rua Girassol 20 Jardim Santo Antonio  
Londrina Pr

**04. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR**

Principal

**05. MEDIÇÕES**

**05.1. Frequência**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br



a) Nominal

89,5 MHz

b) Medida em ambiente normal

89.500.060 Hz

c) Variação máxima da frequência durante 60 minutos de funcionamento na temperatura do ambiente

5 Hz

**05.2. Resposta de áudiofrequência para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 25%, 50% e 90% de modulação em cada canal**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.3. Distorção harmônica para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 25%, 50% e 90% em cada canal**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.4. Nível de ruído da Portadora (FM) em relação a 100% de modulação com 400 Hz**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.5. Nível de ruído da Portadora (AM) em relação a 100% de modulação em amplitude**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.6. Atenuação de Harmônicos e Espúrios**

De 100 a 240 kHz afastados da Portadora – Superior a 50 dB

De 240 a 600 kHz afastados da Portadora – Superior a 55 dB

Segundo Harmônico na frequência de 179 MHz – Superior a 90 dB

**05.7. Potência de saída**

Direta – 7000 Watts  
Refletida – inferior a 50 watts

Medida obtida diretamente com o wattímetro ligado a saída do Transmissor.



**06. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA**

**06.1. Gerador de Estéreo**

a) Fabricante

Orban

b) Modelo

8400 Acoplado ao processador

**06.2. Medições**

**06.2.1. Frequência de sub portadora piloto**

a) Medida – 19.000 Hz

b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente

1 Hz

**06.2.2. Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela sub portadora piloto**

9%

**06.2.3. Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**06.2.4. Diafonia para áudio frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação no canal principal e nos canais estereofônicos**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no  
D.O.U. do dia 09 subsequente.

**07. OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR**



**07.1. Placa de Identificação**

- Fabricante – Quasartech Brasil Comércio de Equipamentos
- Modelo – I Master FM D 10.000 Homologação 2094/08/2009
- Número de série – 001 de Julho 2011
- Alimentação - 220 V Operação 7000W

**07.2. Medidores do estágio final de RF**

- a) De corrente contínua de placa – 2,2 A medidor Quasartech de 0 a 4 A
- b) De tensão contínua de placa – 6,2 kV medidor Quasartech de 0 a 8 kV
- c) De potência de saída –
  - Incidente – 7000 W
  - Refletida – inferior a 100 W

**07.3. Existência de tomadas de amostras de RF para:**

- a) Modulação - Sim
- b) Frequência - Sim

**07.4. Existência de dispositivos de segurança do pessoal**

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão:  
  
Sim
- b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra  
  
Sim
- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do Transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas:  
  
Sim

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**



- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas.

Sim

**07.5. Existência de dispositivos de proteção do transmissor**

- a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão:

Gabinete, centelhador na fonte e bleeders ( resistores de sangria)

- b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado:

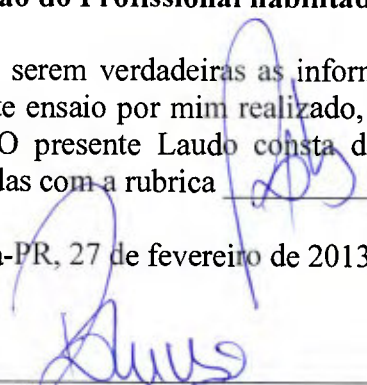
Sim

**08. DECLARAÇÕES**

**08.1. Declaração do Profissional habilitado**

Declaro serem verdadeiras as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no Transmissor a que se refere. O presente Laudo consta de 06 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica \_\_\_\_\_ de que faço uso.

Curitiba-PR, 27 de fevereiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**ENG.º ROBINSON DE OLIVEIRA**  
CREA 14.024 PR  
CPF 566.933.899-53

**08.2. Parecer Conclusivo**

Para os fins previstos no Inciso I da Portaria Ministerial n.º 914 de 05 de setembro de 1978, **DECLARO** que o Transmissor de Frequência Modulada, a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes a ele aplicáveis.

Curitiba-PR, 27 de fevereiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**ENG.º ROBINSON DE OLIVEIRA**  
CREA 14.024 PR  
CPF 566.933.899-53

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br**



**08.3. Declaração do Interessado**

Em anexo



**08.4. Relação de equipamentos utilizados**

- Medidor de intensidade de campo  
  Marca – Potomac Instruments Inc.  
  Modelo – FIM 71  
  Número de série – 554
- Monitor Modulation Stereo  
  Marca – TFT – Time & Frequency Technology Inc.  
  Modelo – 724 A  
  Número de série – 3-237
- Medidor de Potência de RF  
  Marca – Birds Eletronics Co.  
  Modelo – 4 3  
  Número de série – 110509
- Distorcion Meter  
  Marca – Leader  
  Modelo – LDM - 170  
  Número de série – 7080129
- Osciloscópio  
  Marca – Leader  
  Modelo – LBO-505 (duplo traço)  
  Número de série – 7080308
- Gerador de Áudio  
  Marca – Leader  
  Modelo – LAG-125  
  Número de série – 5040421
- Freqüencímetro  
  Marca – Yaesumusen  
  Modelo – YC-5005  
  Número de série – 7 G 050832
- Carga de RF  
  Marca – Dielectri  
  Modelo – 5755  
  Número de série – 1980

**LAUDO DE ENSAIO - FM**



**01. IDENTIFICAÇÃO**

a) Nome da Entidade

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

b) Endereço completo

Rua Surucuá Pequeno s/n – Distrito Industrial  
23S 22 12 e 51W 24 24 Arapongas Pr

c) Nome e local da emissora a que se destina o Transmissor

Mesmo acima

**02. ENSAIO**

a) Motivo

Renovação de Outorga

b) Endereço completo onde foi realizado

Rua Surucuá Pequeno s/n – Distrito Industrial  
23S 22 12 e 51W 24 24 Arapongas Pr

**03. FABRICANTE**

a) Nome

Lys Eletronic

b) Endereço

Rio de Janeiro

**04. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR**

Auxiliar

**05. MEDIÇÕES**

**05.1. Frequência**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br

a) Nominal

89,5 MHz

b) Medida em ambiente normal

89.500.030 Hz

c) Variação máxima da frequência durante 60 minutos de funcionamento na temperatura do ambiente

5 Hz

**05.2. Resposta de áudiofrequência para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 25%, 50% e 90% de modulação em cada canal**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.3. Distorção harmônica para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 25%, 50% e 90% em cada canal**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.4. Nível de ruído da Portadora (FM) em relação a 100% de modulação com 400 Hz**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.5. Nível de ruído da Portadora (AM) em relação a 100% de modulação em amplitude**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**05.6. Atenuação de Harmônicos e Espúrios**

De 100 a 240 kHz afastados da Portadora – Superior a 55 dB

De 240 a 600 kHz afastados da Portadora – Superior a 55 dB

Segundo Harmônico na frequência de 179 MHz – Superior a 90 dB



**05.7. Potência de saída**

Direta – 6500 Watts  
Refletida – inferior a 50 watts

Medida obtida diretamente com o wattímetro ligado a saída do Transmissor.



**06. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA**

**06.1. Gerador de Estéreo**

a) Fabricante

Orban

b) Modelo

8400 Acoplado ao processador

**06.2. Medições**

**06.2.1. Frequência de sub portadora piloto**

a) Medida – 19.000 Hz

b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente

1 Hz

**06.2.2. Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela sub portadora piloto**

9%

**06.2.3. Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz**

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no D.O.U. do dia 09 subsequente.

**06.2.4. Diafonia para áudio frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação no canal principal e nos canais estereofônicos**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br

Dispensado conforme Portaria DNPV n.º 05 de 07/01/91 publicada no  
D.O.U. do dia 09 subsequente.

**07. OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR**



**07.1. Placa de Identificação**

- Fabricante – Lys Eletronic
- Modelo – LT 10 kW FM Homologação 0578 03 0328
- Número de série – 50163 de fev 2006
- Alimentação - 220 V Operação 10.000 W

**07.2. Medidores do estágio final de RF**

- a) De corrente contínua de placa – 2,0 A medidor Lys de 0 a 10 A
- b) De tensão contínua de placa – 6,0 kV medidor Lys de 0 a 10 kV
- c) De potência de saída –
  - Incidente – 6500 W
  - Refletida – inferior a 100 W

**07.3. Existência de tomadas de amostras de RF para:**

- a) Modulação - Sim
- b) Frequência - Sim

**07.4. Existência de dispositivos de segurança do pessoal**

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão:  
  
Sim
- b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra  
  
Sim
- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do Transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas:  
  
Sim

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**

- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas.

Sim

**07.5. Existência de dispositivos de proteção do transmissor**

- a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão:

Gabinete, centelhador na fonte e bleeders ( resistores de sangria)

- b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado:

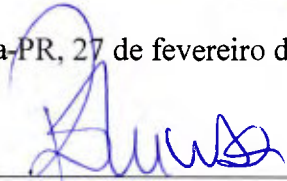
Sim

**08. DECLARAÇÕES**

**08.1. Declaração do Profissional habilitado**

Declaro serem verdadeiras as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no Transmissor a que se refere. O presente Laudo consta de 06 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica \_\_\_\_\_ de que faço uso.

Curitiba-PR, 27 de fevereiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**ENG.º ROBINSON DE OLIVEIRA**  
CREA 14.024 PR  
CPF 566.933.899-53

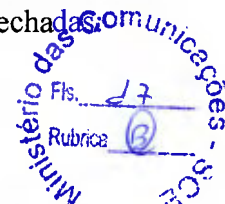
**08.2. Parecer Conclusivo**

Para os fins previstos no Inciso I da Portaria Ministerial n.º 914 de 05 de setembro de 1978, **DECLARO** que o Transmissor de Frequência Modulada, a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes a ele aplicáveis.

Curitiba-PR, 27 de fevereiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**ENG.º ROBINSON DE OLIVEIRA**  
CREA 14.024 PR  
CPF 566.933.899-53

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email [robinson@dbsistem.com.br](mailto:robinson@dbsistem.com.br)



**08.3. Declaração do Interessado**

Em anexo



**08.4. Relação de equipamentos utilizados**

- Medidor de intensidade de campo  
  Marca – Potomac Instruments Inc.  
  Modelo – FIM 71  
  Número de série – 554
- Monitor Modulation Stereo  
  Marca – TFT – Time & Frequency Technology Inc.  
  Modelo – 724 A  
  Número de série – 3-237
- Medidor de Potência de RF  
  Marca – Birds Eletronics Co.  
  Modelo – 4 3  
  Número de série – 110509
- Distorcion Meter  
  Marca – Leader  
  Modelo – LDM - 170  
  Número de série – 7080129
- Osciloscópio  
  Marca – Leader  
  Modelo – LBO-505 (duplo traço)  
  Número de série – 7080308
- Gerador de Áudio  
  Marca – Leader  
  Modelo – LAG-125  
  Número de série – 5040421
- Freqüencímetro  
  Marca – Yaesumusen  
  Modelo – YC-5005  
  Número de série – 7 G 050832
- Carga de RF  
  Marca – Dielectri  
  Modelo – 5755  
  Número de série – 1980

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 336-9611 - Fax (41) 336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**





**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**  
**Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474**

Vencimento 31/01/2013 Exercício 2013

**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364			Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8	
Endereço AL AUGUSTO STELL FELD	Número 245	Complemento AP 5 1 AND	CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 80410-140	Cidade/Município CURITIBA	UF PR	

**Dados do Contribuinte**

Nome/Razão Social/Denominação Social WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.281.983/0001-07	
Endereço R FLAMINGOS	Número 357	Complemento		
CEP 86700-040	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município ARAPONGAS	UF PR 6	Código Atividade 01

**Dados de Referência da Contribuição**

Categoria  
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa  
150.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

**Dados da Contribuição**

(=) Valor do Documento  
546,96

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70351 03617.702281 19830.001012 8 55950000054696

Código do Cedente 000.000.800.03503-8	Nosso Número 022819830001	Valor do Documento 546,96	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

1ª Via - Contribuinte

546,96R 20/55

SR 1275 001 31012013 0096





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**  
**E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000352013-14022983

Nome: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP

CNPJ: 02.281.983/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 22/02/2013.  
Válida até 21/08/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02281983/0001-07  
**Razão Social:** WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**Endereço:** RUA FLAMINGOS 357 / CENTRO / ARAPONGAS / PR / 86701-390

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/02/2013 a 09/03/2013

**Certificação Número:** 2013020810071093011427

Informação obtida em 22/02/2013, às 13:27:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP**  
**CNPJ: 02.281.983/0001-07**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 17:44:07 do dia 18/02/2013 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/08/2013.

Código de controle da certidão: **82BC.75A6.E401.FF5A**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 10106065-00**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **02.281.983/0001-07**

Nome: **W R T ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA**

(Estabelecimento Inativo no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR)

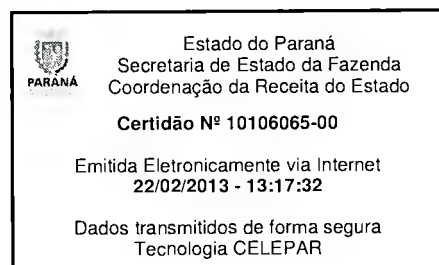
Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Obs: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Finalidade:** Simples verificação

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)

**Esta Certidão tem validade até 22/06/2013 - Fornecimento Gratuito**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Tributação e Fiscalização



## CERTIDÃO NEGATIVA

Cadastro.....: 32368-0  
Nome/Razão Social: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.  
CPF/CNPJ.....: 02.281.983/0001-07  
Endereço.....: RUA FLAMINGOS 357  
Complemento.....: 1º ANDAR  
Bairro.....: CENTRO  
Requerimento nº...: /2013  
Finalidade.....: Simples Verificação  
Validade.....: 90 dias após data de emissão.  
Requerente.....: Emissão de certidão pelo atendimento ao cidadão

CERTIFICO, que revendo os lançamentos existentes neste departamento, não há débitos referentes aos cadastros mobiliários correspondentes a empresa acima.

Fica reservado ao Município o direito de inscrever e cobrar as dívidas que venham ser apuradas em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos gerados e já ocorridos.

Arapongas/PR, 22 de Fevereiro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE ARAPONGAS  
Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Tributação e  
Fiscalização

Certidão nº 2411 / 2013

Emitida Eletronicamente via internet em:  
22/02/2013

Código de Autenticação da Certidão:  
563724393563724

Para verificar a Autenticidade desta Certidão acesse:  
[www.arapongas.pr.gov.br](http://www.arapongas.pr.gov.br)  
na opção "Atendimento ao Cidadão"



**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.**

**CONTRATO SOCIAL**

**WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**, brasileiro, maior, casado, dentista, residente e domiciliado em Arapongas - PR, à Rua Flamingos nº 828, portador da Carteira de Identidade RG nº 594.712-0 SSP IPR e CPF nº 106.425.109-97, e **MARCELO RICARDO FERREIRA**, brasileiro, maior, solteiro, autônomo, residente e domiciliado em Arapongas - PR, à Rua Garças nº 625, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.305.818-1 SSP IPR e CPF nº 979.783.029-20, resolvem por esse instrumento particular de contrato, constituir uma Sociedade Mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: Lei nr. 3708 de 10 de janeiro de 1919; Lei nr. 2597 de 12 de setembro de 1955 e Decreto nr. 39605-B de 16 de julho de 1956, e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade girará sob o nome comercial de **"WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA."**, tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - PR, à Rua Flamingos nº 357, 1º andar, Edifício Center Park, Centro, CEP 86701-390.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de Deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional.

**CLÁUSULA QUARTA** - O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 300 (trezentas) quotas no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

<u>Sócio</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Quotas</u>	<u>%</u>
Waldyr Ortencio Pugliesi	112.500,00	225	75
Marcelo Ricardo Ferreira	37.500,00	75	25
	150.000,00	300	100

**Parágrafo Primeiro** - Cada sócio integraliza, neste ato, 60% (sessenta por cento) de suas quotas em boa moeda corrente do país, e o saldo será integralizado, também em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

**Parágrafo Segundo** - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

**CLÁUSULA QUINTA** - As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivo e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

*Luiz Antonio Sartorio*  
ADVOGADO

OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91



WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL.



**CLÁUSULA SEXTA** - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhes entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA OITAVA** - Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA NONA** - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A responsabilidade dos sócios será limitada à importância do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.


**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vicem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** - Pelos serviços que prestarem à sociedade, perceberão os sócios, a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** - Fica investido na função de sócio-gerente da sociedade, o sócio **WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**, para a qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 da Lei nr. 3708 de 10 de janeiro de 1919.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** - O sócio-gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

  
Luiz Antonio Sartorio  
ADVOGADO  
OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91

**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.**

**CONTRATO SOCIAL**



**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA** - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA** - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

**Parágrafo Primeiro** - Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

**Parágrafo Segundo** - Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômico-financeira da sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Mediante acordo com os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA** - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA** - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA** - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA** - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias

**Luiz Antonio Sartorio**  
**ADVOGADO**

**OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91**



WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

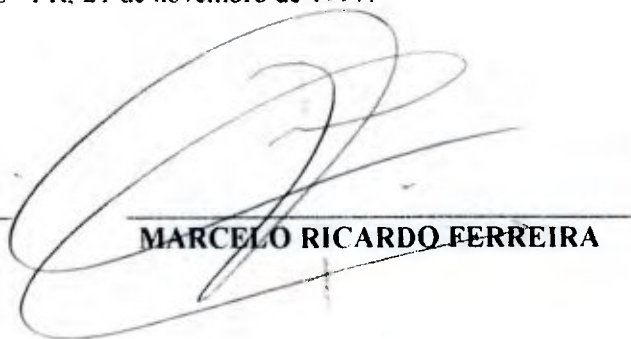
CONTRATO SOCIAL




de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

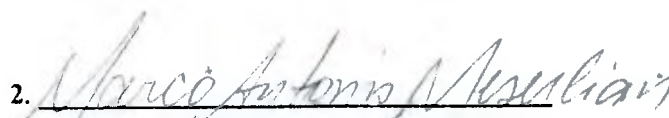
Arapongas - PR, 21 de novembro de 1997.

  
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI


  
MARCELO RICARDO FERREIRA



Testemunhas:

1.   
RUBENS DE OLIVEIRA  
RG. 13627359-SP

2.   
MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG. 3826313-7 PR

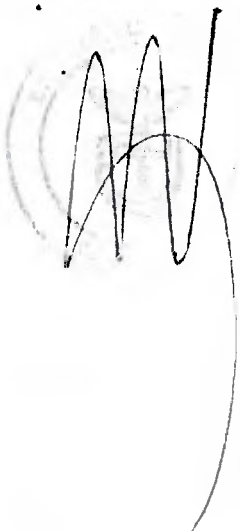
Visto do Advogado:

  
Luiz Antonio Sartorio  
ADVOGADO  
OAB 18220 PR. CPF: 199.942.499-91

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/11/97
	SOB O NÚMERO: 41203645425
	Protocolo: 972525408
	 SIDMAR ANTONIO CAVET SECRETÁRIO GERAL

**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**  
**1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07**



 **WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens anterior à vigência da Lei n.º 6515, dentista, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 828 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil n.º RG 594.712-0-SSP/PR., e, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 106.425.109-97, e, **MARCELO RICARDO FERREIRA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário do comércio, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 500 - Apto., 702 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil n.º RG 6.305.818-1-SSP/PR., e, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 979.783.029-20, únicos sócios componentes da sociedade empresarial que gira sob o nome comercial de: " **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA** ", com sede na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com seu ato constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 41203645425 em 27/11/1997, por este instrumento decidiram por unanimidade e na melhor forma de direito, alterar seu Contrato Social, em obediência ao Código Civil, trazido pela Lei n.º 10.406/2002, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**


Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Cambé - Paraná, à Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra n.º 5, do Lote n.º 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060, para a qual fica destaque do Capital Social a importância de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), constituindo o Capital Social da filial, para efeitos fiscais.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O ramo de atividade da filial é de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

 Em consonância com o que determina o Artigo 2.031 da Lei 10.406/2002, os Sócios **WALDYR ORTENCIO PUGLIESI** e **MARCELO RICARDO FERREIRA**, resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no Contrato Social primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA**

A sociedade gira sob o nome empresarial de: " **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA** ", tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com estabelecimento único, podendo entretanto, abrir, manter e fechar

WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07



Fl.02

filiais, depósitos, representações ou qualquer outro tipo de estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade iniciou suas atividades em 21 de Novembro de 1997, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria!

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Cambé - Paraná, à Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra n.º 5, do Lote n.º 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060, para a qual fica destacado do Capital Social a importância de R\$ 1.000,00 ( Um Mil Reais ), constituindo o Capital Social da filial, para efeitos fiscais.

CLÁUSULA OITAVA

O ramo de atividade da filial é de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA NONA

O Capital Social é de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), dividido em 300 (Trezentas)cotas de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas no Capital Social e, assim distribuída para os Sócios:


SÓCIOS	COTAS	CAPITAL R\$	%
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI	225	R\$ 112.500,00	75
MARCELO RICARDO FERREIRA	75	R\$ 37.500,00	25
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>	<b>100</b>

CLÁUSULA DÉCIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o Artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As Cotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e



preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.


#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O sócio que desejar transferir suas cotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de Sessenta (60) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo, sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A Administração da sociedade caberá ao Sócio **MARCELO RICARDO FERREIRA**, ao qual compete privativa e individualmente, o uso do nome empresarial e, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade sendo-lhe entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em negócios ou operações estranhas ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou caução de favor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA



Pelo serviço que prestar a sociedade, perceberá o Administrador **MARCELO RICARDO FERREIRA** a título de remuneração Pró-Labore, a quantia mensal fixada de comum acordo, até o Limite de Dedução Fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a débito da conta RETIRADA DE PRÓ-LABORE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade, por seu Sócio e seu Administrador, obriga-se a cumprir rigorosamente todas as Leis, Regulamentos e as Instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes a Radiodifusão e a Segurança Nacional.


#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o Administrador prestará contas justificadas de sua Administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA



Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado





com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando será apurado, o inventário físico e, financeiro dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras, os resultados poderão ser atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas cotas de capital, podendo os lucros, a critério dos sócios serem distribuídos ou ficarem em reservas na sociedade, se apurado prejuízo serão eles de igual modo suportados pelos sócios, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Declara o Sócio WALDYR ORTENCIO PUGLIESI e o Administrador MARCELO RICARDO FERREIRA, não estarem impedidos, nos termos da lei, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

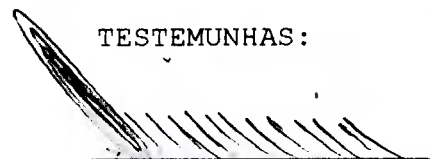
E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em quatro (4) vias, de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

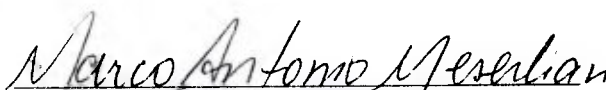
Arapongas-Pr., 05 de Abril de 2.004.

  
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI

  
MARCELO RICARDO FERREIRA

TESTEMUNHAS:

  
RUBENS DE OLIVEIRA  
RG: 1.362.735-9-SSP/SP

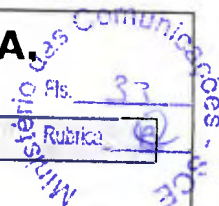
  
MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG: 3.826.313-7-SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA  
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/04/2004  
SOB NÚMERO 20041422589  
Protocolo: 04/142258-9

  
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA  
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/04/2004

cos Vilmar Oliveira da Costa  
RG 4.235.294-2-PR  
RELATOR



## DOS SÓCIOS

**WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens anterior a vigência da Lei nº. 6515, dentista, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, nº. 828 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 594.712-0-SSP/PR, e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº. 106.425.109-97; e

**MARCELO RICARDO FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário do comércio, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Drongo, nº. 1.843 - Centro - CEP 86.708-300, Portador da Cédula de Identidade Civil RG nº. 6.305.818-1-SSP/PR, e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº. 979.783.029-20.

As partes acima qualificadas são os únicos sócios componentes da sociedade empresária que gira sob nome empresarial de: **"WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA."**, com sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, nº. 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o **NIRE nº. 41203645425** em 27/11/1997, e última alteração contratual arquivada sob nº. 20041422589 em 27/04/2004, por este instrumento decidiram por unanimidade e na melhor forma de direito alterar seu Contrato Social, em obediência ao Código Civil trazido pela Lei nº. 10.406/2002, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

## DAS ALTERAÇÕES

## Da Distribuição de Lucros

**Cláusula 1ª.** Fica estipulado que os lucros apurados em Balancetes mensais serão distribuídos proporcionalmente aos sócios, em datas previamente escolhidas de comum acordo, mediante emissão de recibo para essa finalidade.

## CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 2ª.** Em consonância com o que determina o Artigo 2.031 da Lei 10.406/2002, os Sócios, **WALDYR ORTENCIO PUGLIESI** e **MARCELO RICARDO FERREIRA**, resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social, tornando sem efeito as cláusulas e condições contidas no Contrato Social primitivo, a partir desta data, já que adequado às disposições da Lei nº. 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passando a vigorar com a seguinte redação:

## DA EMPRESA

**Cláusula 3ª.** A sociedade gira sob o nome empresarial de: **"WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA."**, tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, nº. 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390.

## DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

**Cláusula 4ª.** A sociedade iniciou suas atividades em **21 de Novembro de 1.997**, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

## DO RAMO DE ATIVIDADE

**Cláusula 5ª.** A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: **"exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria"**.

## DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 6ª.** O Capital Social é de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) divididos em 300 (Trezentas) Cotas de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas no Capital Social e assim distribuída para os Sócios:

## WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ: 02.281.983/0001-07.

## 2ª Alteração Contratual.



Fls. 34  
Rubrica: [assinatura]  
Ministério das Comunicações - SE

Sócios	Quotas	Capital R\$	%
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI	225	R\$ 112.500,00	75
MARCELO RICARDO FERREIRA	75	R\$ 37.500,00	25
<b>TOTAL</b>	<b>150.000</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>	<b>100</b>

**Cláusula 7ª.** A sociedade possui uma **Filial** na cidade de **Cambé - Paraná**, à **Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra nº. 5, do Lote nº. 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060**, para a qual, está destacado a importância de **R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais)**, constituindo o **Capital Social da Filial**, para efeitos fiscais e legais, tendo por objeto a exploração no ramo de: **"exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria"**.

**Cláusula 8ª.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o Artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

**Cláusula 9ª.** As Cotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula 10ª.** O sócio que desejar transferir suas cotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo, sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser oferecidas a terceiros estranhos à sociedade.

## DA ADMINISTRAÇÃO

**Cláusula 11ª.** A Administração da sociedade caberá ao Sócio **MARCELO RICARDO FERREIRA**, ao qual compete privativa e individualmente o uso do nome empresarial, e a representação ativa e passiva da sociedade, no âmbito judicial e extrajudicial, sendo-lhes vedado, entretanto, o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em negócios ou operações estranhas ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou caução de favor.

## DA RETIRADA PRO-LABORE

**Cláusula 12ª.** Pelos serviços que prestar à sociedade, perceberá o Sócio Administrador, **MARCELO RICARDO FERREIRA**, a título de remuneração Pró-Labore, a quantia mensal fixada de comum acordo até o Limite da Dedução Fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a débito da conta **RETIRADA DE PRÓ-LABORE**.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula 13ª.** A sociedade, por seu Sócio e seu Administrador, obriga-se a cumprir rigorosamente todas as Leis, Regulamentos e as Instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes a Radiodifusão e a Segurança Nacional.

**Cláusula 14ª.** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir, manter e fechar filiais, depósitos, representações ou qualquer outro tipo de estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual com assinatura de todos os sócios.

**Cláusula 15ª.** Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o Sócio Administrador **MARCELO RICARDO FERREIRA**, prestará contas justificadas de sua Administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

**Cláusula 16ª.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as



# WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ: 02.281.983/0001-07.

## 2ª Alteração Contratual.

Ministério das Comunicações  
Fls. 35  
Rubrica

contas e designarão administradores quando for o caso.

**Cláusula 17ª.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, na data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula 18ª.** O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando será apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras. Os resultados poderão ser atribuídos aos sócios proporcionalmente a suas cotas de capital, podendo os lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reservas na sociedade. Se apurado prejuízo serão eles de igual modo suportados pelos sócios, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e a Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

**Cláusula 19ª.** Declara o Sócio WALDYR ORTENCIO PUGLIESI e o Sócio-Administrador MARCELO RICARDO FERREIRA, não estarem impedidos de exercerem a administração da sociedade, nos termos da lei, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

### DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

**Cláusula 20ª.** Fica estipulado que os Lucros apurados em Balancetes mensais serão distribuídos proporcionalmente aos sócios, em datas previamente escolhidas de comum acordo, mediante emissão de recibo para essa finalidade.

### DO FORO

**Cláusula 21ª.** Fica eleito o foro da cidade de **Arapongas - Paraná**, para qualquer ação fundada neste contrato.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença de testemunhas.

**Arapongas/PR, 01 de Julho de 2008.**

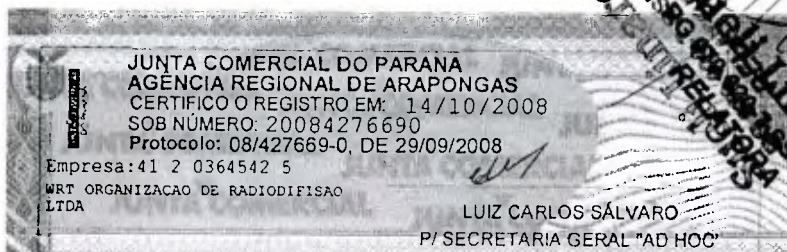
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Sócio

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Sócio-Administrador

Testemunhas:

RUBENS DE OLIVEIRA  
RG: 1.362.735-9-SSP/PR

MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG: 3.826.313-7-SSP/PR





22 de fevereiro de 2013

Dúvidas Frequentes

Fale conosco

Serviços

Atualizações GDRAIS



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

### RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2012

#### Identificação do Estabelecimento

CREA 590570163063  
Razão Social WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ 02281983/0001-07  
CEI  
CEI Vinculado  
CNAE 5920100 - ATIVIDADES DE GRAVACAO DE  
SOM E DE EDICAO DE MUSICA  
Endereço RUA FLAMINGOS, 357 EDIFICIO CENTER PARK  
Bairro CENTRO  
Cidade/UF ARAPONGAS / PR  
CEP 86701-390

#### DECLARAÇÃO ENTREGUE

Data 04/02/2013  
Quantidades de  
vínculos 2

Coordenação da RAIS

Brasília, 22/02/2013.

Código de Identificação do Recibo

**.053.5650.7779.865.78**

Para retificar a CNAE, acesse: [http://rais.gov.br/servico/alte\\_identificacao.asp](http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp)



**Da: WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**

Para Ministério das Comunicações  
A/C Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica

Assunto: Declarações (Encaminha)

Referência: Processo de Renovação de Outorga 2013 para Arapongas Pr

Prezada Senhora

Conforme ofício da epígrafe vimos a sua presença, declarar e atestar o seguinte;  
Declaramos cumprir as normas atinentes a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, parágrafo quarto da Constituição Federal) e legais (Lei 9294/1996 que regem a matéria;

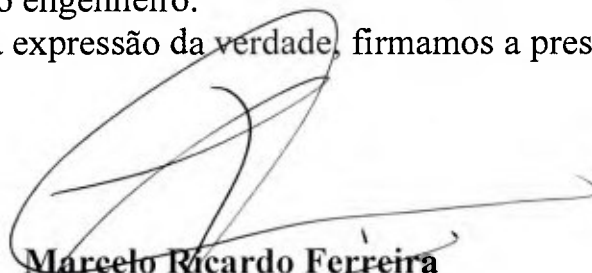
Declaramos cumprir os seguintes percentuais em nossa programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado para a propaganda comercial, mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo destinado ao serviço noticioso, e transmitimos cinco horas semanais de programas educacionais, anexando para isso nossa grade de programação.

Declaramos cumprir a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional assim como o estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV da Constituição Federal.

Declaramos cumprir os valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV da Constituição Federal.

Declaramos que o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação é **Marcelo Ricardo Ferreira**, brasileiro, cujos comprovantes de nacionalidade seguem em anexo. Segue também em anexo a vistoria elaborada por nosso engenheiro.

Por ser o acima declarado a expressão da verdade, firmamos a presente



**WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**

CNPJ n.º 02.281.983/0001-07

Dirigente

Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730-380 Curitiba

Ministério das Comunicações - SCE  
 Fis. 32  
 Rubrica (B)



TABELIONATO PIMPAU  
 Dra. Maria Elizabeth N. Pimpaq Ferreira  
 Tabelionato de Notas - Beija-flor 434  
 Arapongas - Paraná  
 Autenticação  
 Confere com o documento apresentado.  
 Arapongas, 25 de Fevereiro de 2013.

Lei 13.224 de 18/07/2011  
 SELO  
 FUNARPP  
 Marcelo Soares Cabral  
 ESCRIVENTE  
 TABELIONATO  
 DE  
 NOTAS  
 EPG41501

**TABELIONATO PIMPÃO**  
 Dr.ª. M.ª. ELIZABETH N. PIMPÃO FERREIRA  
TABELIA  
 ERIKA N. PIMPÃO BERALDERI TREVISAN  
SUBSTITUTA  
 Marcio Toni Soares Cabral  
 EDIMARA PIVETA PIASSI  
Escreventes  
 Comarca de Arapongas Pr

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.305.010-1 DATA DE EMISSÃO 05/07/1991

ARME MARCELO RICARDO FERREIRA

PARCÃO MANUEL FERREIRA  
 BERALDA FERREIRA

NATURALIDADE ARAPONGAS/PR DATA DE NASCIMENTO 17/09/1973

CC ORIGEM COMARCA=ARAPONGAS/PR, DA SEDE  
 C.NASC 61001, LIVRO=51, FOLHA=230

CPE

ASSINATURA DO DIRETOR *Bel. Douglas Hagulin*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

**LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA- FM**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**



**1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - Nome da Entidade/Razão Social**

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

**1.2 – Indicativo de Chamada – ZYM 283**

**1.3 – Horário de Funcionamento - Indeterminado**

**2. LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA**

**2.1 - Endereço**

Logradouro – Rua Surucua Pequeno s/n – Distrito Industrial  
Cidade – Arapongas Pr  
UF – Paraná  
CEP – 86.704-500  
Telefone – (043) 3420 1188

**2.2 – Coordenadas Geográficas**

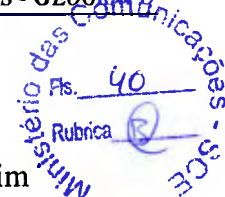
Latitude – 23S 22 12  
Longitude - 51 W 24 24

**2.3 - Transmissor Principal**

Fabricante – Quasartech Brasil Comércio de Equipamentos  
Modelo – I Master FM D 10.000  
Certificação – 2094 08 2009  
Potência de Operação – 7 kW  
Potência Medida – 7 kW

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br**





Frequência PBFM – 89,5 MHz  
Frequência Medida – 89.500.060 Hz  
Tolerância de Frequência da Portadora (Max 2000 Hz) – 10 Hz  
Recurso para Conexão de Monitor de Modulação e Frequência - Sim  
Medidor de Tensão Contínua de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Corrente de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Potência Relativa de Saída Incidente e Refletida – Operante  
Dispositivo de Segurança na falta do Sistema de Resfriamento Forçado – sim  
Inexistência de Dispositivos Externos que Possibilitem Alteração de Frequência – Sim  
Inexistência de Dispositivos que Permitam Inibição de Controles Externos que Permitam Ultrapassar o Valor Ajustado de Potência Autorizada - sim  
Resistores de Sangria ou para Descarga dos Capacitores de Filtro – Sim  
Interruptores em Portas onde Existam tensões maiores que 350 V - Sim  
Gabinetes com Partes Expostas Interligadas a Terra – Sim  
Ajustes Externos dos Circuitos com Tensões maiores que 350 V – Sim  
Fonte de Alta Tensão com Proteção contra Sobrecarga - Sim

#### **2.4 - Transmissor Auxiliar –**

Fabricante – Lys Eletronic  
Modelo – LT 10 kW FM  
Certificação – 0578 03 0328  
Potência de Operação – 6,5 kW  
Potência Medida – 6500 W  
Frequência PBFM – 89,5 MHz  
Frequência Medida – 89.500.030 Hz  
Tolerância de Frequência da Portadora (Max 2000 Hz) – 10 Hz  
Recurso para Conexão de Monitor de Modulação e Frequência - Sim  
Medidor de Tensão Contínua de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Corrente de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Potência Relativa de Saída Incidente e Refletida – Operante  
Dispositivo de Segurança na falta do Sistema de Resfriamento Forçado – sim  
Inexistência de Dispositivos Externos que Possibilitem Alteração de Frequência – Sim  
Inexistência de Dispositivos que Permitam Inibição de Controles Externos que Permitam Ultrapassar o Valor Ajustado de Potência Autorizada - sim  
Resistores de Sangria ou para Descarga dos Capacitores de Filtro – Sim  
Interruptores em Portas onde Existam tensões maiores que 350 V - Sim  
Gabinetes com Partes Expostas Interligadas a Terra – Sim  
Ajustes Externos dos Circuitos com Tensões maiores que 350 V – Sim  
Fonte de Alta Tensão com Proteção contra Sobrecarga - Sim

## **2.5 Sistema Irradiante Principal**

### **2.5.1 Antena**

Fabricante – DB Elettronica Telecomunicazioni  
Modelo – AKG 77 - 6 Elementos  
Quantidade de Elementos - seis  
Altura do CG em Relação a Base da Torre (m) – 70 m  
Azimute de Orientação (NV) – 30 graus NV



### **2.5.2 Linha de Transmissão Principal**

Fabricante – Andrew Cabos  
Modelo – Heliac 1 e 5/8 – 85 metros  
Proteção contra choques elétricos - sim

## **2.6 Sistema Irradiante Auxiliar**

### **2.6.1 Antena –**

Fabricante – Teel Tele Elettronica  
Modelo – BECP 6 L  
Quantidade de Elementos - seis  
Altura do CG em Relação a Base da Torre (m) – 51 m  
Azimute de Orientação (NV) – 300 graus NV

### **2.6.2 Linha de Transmissão Auxiliar**

Fabricante – KMP Pirelli  
Modelo – 1 e 5/8 – 60 metros  
Proteção contra choques elétricos - sim

## **3. EQUIPAMENTOS DE USO COMPULSÓRIO**

- 3.1 – Carga Artificial – Não existe**
- 3.2 – Limitador de Modulação – Processador Orban 8400**
- 3.3 – Monitor de Modulação – Quasartech**
- 3.4 – Analisador de Espectro - não há**

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380**  
**Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br**



**4. OCORRÊNCIA DE HARMÔNICOS E ESPÚRIOS DE RADIOFREQUÊNCIA**

**4.1 Transmissor Principal**

Segundo Harmônico – superior a 90 dB  
Terceiro Harmônico – superior a 90 dB  
Espúrios – nada a registrar (imperceptível)



**4.2 Transmissor Auxiliar**

Segundo Harmônico – superior a 90 dB  
Terceiro Harmônico – superior a 90 dB  
Espúrios – nada a registrar (imperceptível)

**4.3 Existência de Interferência Prejudicial**

Nada a registrar.

**5. OUTRAS CONSTATAÇÕES**

5.1 Disponibilidade de Relatório de Conformidade (resolução 303) - Sim

**6. ESTÚDIOS**

**6.1 Estúdio Principal**

6.1.1 Endereço – Rua Surucua Pequeno s/n Dist. Industrial Arapongas Pr

6.2 Estúdio Auxiliar – Não há

**7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Nada a registrar

**8. INSTRUMENTOS USADOS NA VISTORIA**

- Freqüencímetro marca Entelbra, modelo ETB-500, série B, número 207.
- Medidor de corrente tipo alicate, marca Engro, modelo AOV-300.
- Wattímetro marca Bird, modelo 4712, número de série 4171.
- Multímetro Standart, modelo ST-505.
- Medidor de Campo TES, modelo 661-C, número de série 773787.

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**

- Altímetro Kollsman Instrument Company Inc., 205-031-1381, precisão de 20 pés, escala 0 – 20.000 pés.
- Bússola YCM, modelo 300.
- Medidor de Potência incidente/refletida, amperímetros, voltímetros e indicadores de modulação do próprio transmissor, além dos instrumentos da própria estação, já mencionados.
- GPS Magelan
- Medidor de Funções Solydine modelo VA 16
- Analisador de Espectro AVCOM modelo PSA 65 número de série 62345



**9. RESPONSÁVEL PELA VISTORIA TÉCNICA**

**Engenheiro Robinson de Oliveira**

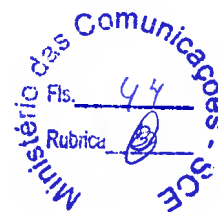
**Engenheiro Eletricista com Ênfase em Telecomunicações, Engenheiro Químico e Geógrafo**

**CREA 14024 PR com visto SC 079221-1**

**Local** Curitiba Pr

**Data** 27 de fevereiro 2013

**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**




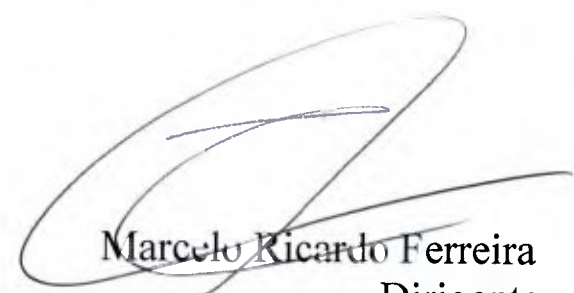
### DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a WRT Organização de Radiodifusão Ltda., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM em Arapongas Pr, utilizando o canal 208, encontra-se AGUARDANDO posicionamento do Ministério das Comunicações no que se refere à autorização para alteração das características técnicas da emissora, conforme protocolo 53000 027475/2011.

Outrossim, salientamos que estamos dependentes da emissão de licença já que reiteramos a aprovação do processo conforme protocolo 53000 005807/2012 e declaramos a conformidade das instalações e equipamentos da emissora com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação, a fim de que o processo de renovação de outorga possa prosseguir.

Arapongas 26 fevereiro de 2013

  
Robinson de Oliveira  
CREA 14024 Pr  
Visto SC 079221-1

  
Marcelo Ricardo Ferreira  
Dirigente



**CREA-PR** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Paraná  
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77  
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra  
**2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS**



ART Nº 20130689680

Obra ou Serviço Técnico  
ART Principal

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: ROBINSON DE OLIVEIRA (CPF:566.933.899-53)  
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, GEÓGRAFO.

Nº Carteira: PR-14024/D

Nº Visto Crea: -

Nº Registro: -

Empresa contratada:

CPF/CNPJ: 02.281.983/0001-07

Contratante: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Endereço: R FLAMINGOS 357 CENTRO

CEP: 86701390 ARAPONGAS PR Fone:

Local da Obra: R FLAMINGOS 357

Quadra: X-X-X

Lote: X-X-

X

CENTRO - ARAPONGAS PR

CEP: 86701390

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Ativ. Técnica 2 ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES  
Área de Comp. 2305 SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM TELECOMUNICAÇÕES  
Tipo Obra/Serv 656 RADIODIFUSÃO  
Serviços 035 PROJETO  
contratados 050 EXECUÇÃO  
095 MONTAGEM  
096 MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO  
097 SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

Dimensão

1 KW

Dados Compl.

0

Gula N

130 OUTROS

ART Nº

134 OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO/REPAROS

Data Início

26/02/2013

Data Conclusão

20130689680

Vlr Taxa R\$ 50,00

Entidade de Classe 101

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

- ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA - LAUDO DE VISTORIA  
- PROJETO DE INSTALAÇÃO - LAUDO DE RADIAÇÕES  
- PROJETO DO SERVIÇO AUXILIAR  
- LAUDO DE ENSAIO DOS TRANSMISSORES  
- INSTALAÇÃO / VISTORIA ANUAL DO PÁRA-RAIOS  
- EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA;  
- EXECUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS;  
- BALIZAMENTO AÉREO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO  
DA ESTAÇÃO DE RÁDIO COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA ESTES SERVIÇOS.  
- PROJETO DE REDE DE SERVIÇO LIMITADO  
- TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA INSTALAÇÃO  
- RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ESTAÇÃO - PORTARIA NR. 160 - DOU DE 25/06/87  
- SOLICITAÇÃO DE TESTE DE TECNOLOGIA DIGITAL  
- LAUDO DE ESPECIFICAÇÃO DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE  
- AVALIAÇÃO DE COBERTURA (MEDIDAS DE CAMPO)  
CREA PR-14024/D E VISTO CREA SC 079.221-1

Insp.: 4269  
26/02/2013  
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.

Central de Informações do CREA-PR 0800 410067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

As Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - foram instituídas pela Lei nº 6496, de 07/12/1977, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), através da Resolução nº 425, de 18/12/1998, que define os seguintes

aspectos:

- \* Fatos geradores de ARTs
- \* ARTs originais e ARTs vinculadas
- \* Substituições de ARTs
- \* Desdobramentos de ARTs - casos de co-autoria e co-responsabilidade
- \* Responsabilidade pelo preenchimento das ARTs e pagamentos das taxas
- \* Condições em que as ARTs serão consideradas nulas
- \* Implicações da inexistência/nulidade de ARTs - autuação e aplicação de multas previstas na Lei nº 5194, de 24/12/1966.
- \* Outros

O texto completo destas normas estão disponíveis via Internet no seguinte endereço : [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

Banco Itaú S/A

Page 1 of 1



ItaúUnicliass

Autenticação Mecânica

30  
horas

## Comprovante de pagamento

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento  
Títulos Outros Bancos

Dados da conta devedora:

Nome: ROBINSON DE OLIVEIRA

Agência: 7744

Conta: 10100-7

Dados de pagamento:

Código de barras: 10490.81290 43010.200244 01306.896802 7 563 100000000000

Valor do documento: R\$ 50,00

Arapongas 5 junho 2006

Da: WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Para: Ilmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Assunto: Processo de Renovação de Outorga ( complementa)

Referência: Processo 53000 - 009433/2013

Prezado Senhor

*N/tem coisa.*

*FM*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 014228/2013-76

DRMC/SC

26/06/2013-14:18

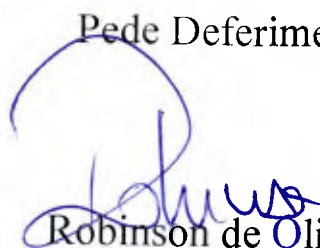
Quanto ao processo acima, alguns documentos acabaram por extraviar e nesse momento levamos ao conhecimento de V. Senhoria:

- Certidão do sindicato Patronal
- Certidão do sindicato dos empregados
- Programação diária

Desse modo, solicitamos que o processo de renovação não seja interrompido

Nestes Termos

Pede Deferimento



Robinson de Oliveira

Engenheiro Responsável pelos Laudos

Correspondência

Rua Bruno Filgueira 1688

80 730-380 Curitiba Pr





SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARANÁ


ENTIDADE PATRONAL COM JURISDIÇÃO ESTADUAL – CARTA SINDICAL Nº 127-710  
CNPJ/MF Nº 77.969.590/0001-90



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL**

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO NO ESTADO DO PARANÁ, APÓS VERIFICAÇÃO EM SEU BANCO DE DADOS, CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS QUE A WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 02.281.983/0001-07, EMISSORA EXECUTANTE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE DE ARAPONGAS/PR, SITUADA À RUA FLAMINGOS, 367, NÃO É DEVEDORA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL REFERENTE AOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2009 A 2013).

CURITIBA, 01 DE MARÇO DE 2013.



CARLOS HENRIQUE AGUSTINI  
PRESIDENTE



**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**  
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento 31/01/2013 Exercício 2013

**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST PR 000364 Código da Entidade Sindical 000.000.800.03503-8

Endereço AL AUGUSTO STELLFELD Número 245 Complemento AP 5 1 AND CNPJ da Entidade 77.969.590/0001-90

Bairro/Distrito CENTRO CEP 80410-140 Cidade/Município CURITIBA UF PR

**Dados do Contribuinte**

Nome/Razão Social/Denominação Social WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.281.983/0001-07

Endereço R FLAMINGOS Número 357 Complemento

CEP 86700-040 Bairro/Distrito CENTRO Cidade/Município ARAPONGAS UF PR Código Atividade 01

**Dados de Referência da Contribuição**

Categoria ☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa 150.000,00 N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento

**Dados da Contribuição**

(=) Valor do Documento 546,96

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70351 03617.702281 19830.001012 8 55950000054696

Código do Cedente 000.000.800.03503-8 Nosso Número 022819830001 Valor do Documento 546,96 Data Vencimento 31/01/2013 Exercício 2013

Autenticação Mecânica

1ª Via - Contribuinte

546,96R 20/55

SRB 1275 101 31012013 0096



**De Segunda à Sexta-Feira:**

**Das 00:00 às 06:59 hrs,**

Blocos com duração de 1 hora, onde os intervalos comerciais são sempre nas horas cheias.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 90% das músicas são internacionais e 10% nacionais.

**Das 07:00 às 18:59 hrs,**

Blocos com duração de 15 minutos, sendo 4 intervalos comerciais dentro de uma mesma hora.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 70% das músicas são internacionais e 30% nacionais.  
De hora em hora, noticiário NEWS, trazendo as informações da última hora.

**Das 19:00 às 19:59 hrs,**

Agência Nacional – A voz do Brasil

**Das 20:00 às 23:59 hrs,**

Blocos com duração de 30 minutos, sendo 2 intervalos comerciais dentro de uma mesma hora.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 70% das músicas são internacionais e 30% nacionais.



---

**Sábados:**

**Das 00:00 às 06:59 hrs,**

Blocos com duração de 1 hora, onde os intervalos comerciais são sempre nas horas cheias.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 90% das músicas são internacionais e 10% nacionais.

**Das 07:00 às 23:59 hrs,**

Blocos com duração de 30 minutos, sendo 2 intervalos comerciais dentro de uma mesma hora.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 70% das músicas são internacionais e 30% nacionais.  
De hora em hora, noticiário NEWS, trazendo as informações da última hora.  
Aos sábados, noticiário veiculada das 8h as 12h.

Observação na Programação de Sábado:

**Das 19:00 às 19:59 hrs,**

É executado o programa intitulado "rock-brasil" com os grandes clássicos das grandes bandas brasileiras dos anos 70, 80 e 90.

**Das 20:00 às 23:59 hrs,**

É executado o programa intitulado "soft-dance" com os grandes clássicos das discotecas, sucessos das pistas de dança dos anos 70, 80 e 90.

---

**Domingos:**

**Das 00:00 às 07:59 hrs,**

Blocos com duração de 1 hora, onde os intervalos comerciais são sempre nas horas cheias.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 90% das músicas são internacionais e 10% nacionais.

**Das 08:00 às 18:59 hrs,**

Blocos com duração de 30 minutos, sendo 2 intervalos comerciais dentro de uma mesma hora.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 70% das músicas são internacionais e 30% nacionais.

**Das 18:59 às 23:59 hrs,**

Blocos com duração de 1 hora, onde os intervalos comerciais são sempre nas horas cheias.  
Programação Suave (Soft / Light) Onde 70% das músicas são internacionais e 30% nacionais.

---

**Jornalismo "News"**

É exibido de Segunda à Sexta-Feira, de hora em hora cheia, sendo o primeiro às 8 horas da manhã, e o último às 18 horas.

Aos Sábados e Domingos, de hora em hora cheia, sendo o primeiro às 8 horas da manhã, e o último às 12 horas.

Arapongas 5 junho 2006

Da: WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Para: Ilmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Assunto: Processo de Renovação de Outorga ( complementa)

Referência: Processo 53000 - 009433/2013

Prezado Senhor



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 031629/2013-91  
SEPRO/DILOG/COLOG/CGR/PO  
19/06/2013-09:42

SDPOS

FM

SDPOS

Quanto ao processo acima, levamos ao conhecimento de V. Senhoria:

- Certidão do sindicato Patronal
- Certidão do sindicato dos empregados

Desse modo, solicitamos que o processo de renovação tenha sequencia

Nestes Termos

Pede Deferimento

Robinson de Oliveira

Engenheiro Responsável pelos Laudos

Correspondência

Rua Bruno Filgueira 1688

80 730-380 Curitiba Pr



## Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná



### CERTIDÃO

Certifico a pedido da empresa **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA - EPP** sito á Rua Flamingos, 357 – Edifício Central Park – Centro - na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, encontra-se em dia com suas contribuições junto ao **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, nos últimos cinco anos.

Nada mais tendo a certificar, firmamos a presente aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e treze.

Curitiba, 17 de junho de 2013.

**SINDICATO DOS RADIALISTAS**



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL**

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DO PARANÁ, APÓS VERIFICAÇÃO EM SEU BANCO DE DADOS, CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS QUE A **W.R.T. - ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA**, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 02.281.983/0001-07, EMISSORA EXECUTANTE DO SERVIÇO EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE DE CAMBÉ/PR, SITUADA À RUA ANITA GARIBALDI, 43, NÃO É DEVEDORA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL REFERENTE AOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2009 A 2013).

CURITIBA, 17 DE JUNHO DE 2013.



CARLOS HENRIQUE AGUSTINI  
PRESIDENTE



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 24 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível**, em 24/03/2015, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0430154** e o código CRC **840D2B6C**.



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**CNPJ:** 02.281.983/0001-07

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:34:16 do dia 25/05/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/06/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

**CNPJ:** 02281983000107**Presidente:****Endereço:** RUA FLAMINGOS - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 150.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 150.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
106.425.109-97	WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	225	112.500,00
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	75	37.500,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	DIRETOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM****UF: PR****Município: Arapongas**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FM CIDADE DOS PASSARINHOS LTDA	Arapongas	11/12/1995	11/12/2005
FUNDACAO CULTURAL NORTE-PARANAENSE	Arapongas	03/06/2002	03/06/2012
WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	Arapongas	21/01/2004	21/01/2014

**Usuário: - Data: 25/05/2016 Hora: 08:36:17****Registro 1 até 3 de 3 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

↳ Consultas

**Consulta Geral - FM**

↳ Relatórios

**Identificação do Canal PB**

↳ RÁDIOCOM

**UF:** PR

**Município:** Arapongas

**Frequência:** 89,5 MHz

**Classe:** A3

**Canal:** 208

**Distrito:**

**Sub Distrito:**

**Local Específico:**

**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

**Nome Fantasia:** TRIBUNA FM

**Nº Estação:** 323691234

**Primeiro**  
**Licenciamento:** 06/09/2004 09:50:56

**Fistel:** 50011592451

**CNPJ:** 02.281.983/0001-07

**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**Último**  
**Licenciamento:** 06/09/2004 09:50:56

☒ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

### Dados da Entidade

**CNPJ:**

**Razão Social:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

### Endereço Sede

**País:** Brasil

**Número do CEP:** 86701390

**Número:** 357,

**Município:** Arapongas

**Telefone:** 43 32750700

**Logradouro:** RUA FLAMINGOS

**Complemento:** 1º ANDAR

**Distrito:**

**Bairro:** CENTRO

**SubDistrito:**

**Estado:** PR

**Fax:**

### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil

**Número do CEP:** 86701390

**Número:** 357,

**Município:** Arapongas

**Logradouro:** RUA FLAMINGOS

**Complemento:** 1º ANDAR

**Distrito:**

**Bairro:** CENTRO

**SubDistrito:**

**Estado:** PR

**Telefone:**

**Fax:**

**E-mail:**

### Nome Fantasia

**Nome Fantasia**

TRIBUNA FM

### Dados da Outorga

**SCRAD Jurídico:**

**Data Publicação**  
**Contrato/Convênio:**

**SCRAD Técnico:**

**Data Limite**  
**Instalação:**

**Número do Processo:**

**Fistel:** 50011592451

☒ **Documentos Emitidos**

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD » Consultas » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** PR  
**Município:** Arapongas  
**Frequência:** 89,5 MHz  
**Classe:** A3  
**Canal:** 208

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**Nome Fantasia:** TRIBUNA FM  
**Nº Estação:** 323691234  
**Primeiro Licenciamento:** 06/09/2004 09:50:56

**Fistel:** 50011592451  
**CNPJ:** 02.281.983/0001-07  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)  
**Último Licenciamento:** 06/09/2004 09:50:56

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☒ **Documentos Emitidos**

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/10/2001	Outorga <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	21/08/2003	Deliber. do C. Nacional <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	ER	<input type="text"/>	<input type="text"/>	05/04/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	22/12/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	20/09/2010	Multa <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Advertência <input type="text"/>

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

[Tela Inicial](#)

[Imprimir](#)



Agência Nacional  
de Telecomunicações

**BOM DIA**  
Sonia Valesca Menezes Monteiro  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

[internet](#) [teia](#) [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 02.281.983/0001-07

WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	<a href="#">979.783.029-20</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	<a href="#">106.425.109-97</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 25/05/2016

**Hora:** 08:40:22



Agência Nacional  
de Telecomunicações

**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 979.783.029-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	979.783.029-20	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 25/05/2016

**Hora:** 08:40:40





**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

**Dados da consulta** | **Resultado**

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 106.425.109-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	<a href="#">106.425.109-97</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 25/05/2016

**Hora:** 08:40:52

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº 53000.09433/2013-10 SEI-MC</b>		
<b>Entidade: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.</b>		
<b>Localidade: ARAPONGAS</b>	<b>UF: PR</b>	<b>Serviço: FM</b>
<b>Período(s): 21/1/2014 a 21/1/2024</b>		

<b>RELATIVOS À ENTIDADE</b>				
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>	<b>Fl(S).</b>
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2 (0429912)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4 (0429912)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			3/5 (0429912)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			48;53 (2009 a 2013) (0429912)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			52 (0429912)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			1 (0674078)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			20 (0429912)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			21 (0429912)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			22 (0429912)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			23 (0429912)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			24 (0429912)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		x		
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Ensaio - 7 a 18; Vistoria Técnica- 40 a 44; Declaração - 45

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
20. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;			x				

22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b> ;			X				
23- certidões de <b>protestos de títulos</b> ;			X				
<b>OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</b>							

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Observações:</b>
1. Ressalte-se que o assunto referente á Alteração Contratual (2ª) levada a registro na repartição competente, sem a prévia anuência desta Pasta, encontra-se tratado nos autos do Processo nº 53000.009433/2013-10, de acordo com os termos do Despacho Interno SLPOS (0677288).
<b>Análise:</b>
Sônia Valesca M. Monteiro Advogado

**CERTIDÃO**

**Processo n. 53000.009433/2013-10**

Certifico e dou fé de que a regularização societária da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº (53900.042622/2015-12), e encontra-se em fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Chefe de Serviço**, em 14/09/2015, às 17:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0677288** e o código CRC **8737E1EA**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 12828/2016/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53000.009433/2013-10.

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga. Pedido antecipado. Recebimento, conhecimento e processamento.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas, estado do Paraná, referente ao seguinte período: 21/1/2014 a 21/1/2024.

---

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, registra-se que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado a esta Pasta, considerando-se a data de protocolo ou postagem, no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga, ou seja, de 21/7/2013 a 21/10/2013. Contudo, constata-se que o requerimento foi apresentado em 28/2/2013, portanto, extemporâneo por antecipação, fato esse que por si só inviabilizaria o prosseguimento do pleito.

3. Todavia, sobre o tema, a Consultoria Jurídica – Conjur, por meio do Parecer n.º 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, exarou o entendimento de que “(...) em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento (...)”.

4. Por essa razão, considerando o posicionamento do referido Órgão consultivo, esta Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE entende ser possível a continuidade deste feito, desde que **a Interessada ratifique seu pedido, impreterivelmente no prazo consignado na conclusão da presente análise**, e que todos os documentos apresentados estejam válidos.

5. Ainda, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

6. Sendo assim, procedeu-se a análise da documentação constante dos autos, considerando-se termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU e as normas vigentes sobre o assunto, tendo sido constatado que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica



interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

6.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;

6.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

6.4. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias), de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados**);

6.5. prova de cumprimento com as obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;

6.6. certidão criminal da Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;

6.7. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;

6.8. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

7. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

## CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial da exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 25/05/2016, às 15:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 25/05/2016, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 27/05/2016, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1153477** e o código CRC **B7B871B1**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 19486/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.  
Rua Bruno Filgueira, nº 1688  
80730-380 Curitiba/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 12828/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**,  
**Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 08/06/2016, às 15:11,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1153935** e o  
código CRC **2F06D531**.

**Data de Envio:**

09/06/2016 09:55:33

**De:**

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

marketing@nativanorte.com.br  
financeiro@nativanorte.com.br  
jean@nativanorte.com.br  
adm@dbssystem.com.br  
robinson@dbssystem.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.009433/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1153935.html  
Nota\_Tecnica\_1153477.html

## Certidão

2aaac9e0448fbed1026519d00df84d21



### PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

### CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**

OU

contra o CPF:  
**106.425.109/97**

#### NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:15
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 22/06/2016 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 21/06/2016 às 23:10
- Santa Catarina (Processo Papel) até 21/06/2016 às 20:00

Certidão emitida em: 22/06/2016 às 09:52 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **2aaac9e0448fbed1026519d00df84d21**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juízo de Direito da Comarca de Arapongas - Paraná

## CERTIDÃO



**José Maurício Barroso de Pinho Tavares,**  
*Contador, Partidor, Distribuidor,*  
*Depositário Público e Avaliador Judicial da*  
*Comarca de Arapongas, Estado do Paraná,*  
*em pleno exercício, na forma da lei, etc...*

**CERTIFICA** atendendo pedido verbal da Rádio Cultura de Arapongas Ltda que, revendo em seu Cartório, os livros de registros de distribuições dos feitos que tem o seu curso perante o MM. Juízo de Direito desta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, neles (livros), **VERIFICOU CONSTAR** contra a pessoa de **MARCELO RICARDO FERREIRA**, filho de Manuel Ferreira e Geralda Ferreira, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.305.818-1/PR e inscrito no CPF sob nº 979.783.029-20 (declarados pelo solicitante), os seguintes feitos ajuizados:

**01 – Distribuição nº 871/01, 1º Vara Cível**, em data de 21/12/01, livro nº 05, natureza: Execução Fiscal, proposta pela Fazenda Pública do Município de Arapongas, no valor de R\$ 95,36. Obs.: *Em nossos arquivos não consta qualificação, não havendo possibilidade de distinguir se trata da mesma pessoa ou não.*

**02 – Distribuição nº 153/05, 1º V. Criminal**, em data de 29/11/05, livro nº 05, natureza: Ação Penal – Art. 399, “caput” do CP, em que figura como vítima Edson de Souza e outro. Obs.: Houve a remessa dos presentes Autos à 61ª Zona Eleitoral desta Comarca em 15/02/06. Denúncia recebida pela Juíza em 17/02/06. Houve a remessa dos presentes Autos à Justiça Federal da Comarca de Apucarana/PR em 30/08/06.

**03 – Distribuição nº 889/05, 1º Vara Cível**, em data de 16/12/05, livro nº 06, natureza: Execução Fiscal, proposta pela Fazenda Pública do Município de Arapongas, no valor de R\$ 1.113,09. Obs.: Em referido processo foram Lavrados Autos de Penhora.

**04 – Distribuição nº 236/06, 1º Vara Cível**, em data de 15/03/06, livro nº 11, natureza: Ação de Desapropriação por Utilidade Pública com Pedido Liminar, proposta pelo Município de Sabáudia, no valor de R\$ 44.887,32.



05 – Distribuição nº 1.633/06, 1º Vara Cível, em data de 21/12/06, livro nº 08, natureza: Execução Fiscal, proposta pela Fazenda Pública do Município de Arapongas, no valor de R\$ 682,76.

06 – Distribuição nº 064/16, SNU 0002590-32.2016.8.16.0045, 1ª Vara Cível, em data de 09/03/16, livro nº 21, natureza: Execução Fiscal, proposta pela Fazenda Pública do Município de Arapongas, no valor de R\$ 763,22.

CERTIFICA MAIS QUE, com exceção dos registros supra e retro citados, VERIFICOU NADA MAIS CONSTAR contra a pessoa de **MARCELO RICARDO FERREIRA**, quer distribuições de ações de natureza *cível, família, comercial, criminal, execuções fiscais da União, Estado ou Município ou qualquer protesto contra alienação de bens, com a ressalva de quaisquer procedimentos, eventualmente, já registrados junto ao sistema do PROJUDI, contudo, ainda não formalmente registrados, até a presente data, junto a este setor de Distribuição. BUSCA REFERENTE AOS ÚLTIMOS VINTE ANOS*. Era o que se continha em dita Certidão da qual reporta e dá fé. \*\*\*\*\* Eu, *Marcos Paulo Lopes*, Funcionário Juramentado, a digitei, subscrevo e assino. \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* PARA FINS CIVIS \*\*\*\*\*

Arapongas, 29 de Junho de 2016.

*Marcos Paulo Lopes*  
FUNCIIONARIO JURAMENTADO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR  
JUIZ DE PAZ  
RUA IBIS, 888 - FORUM  
80500-000 - ARAPONGAS - PR

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juízo de Direito da Comarca de Arapongas - Paraná

## CERTIDÃO



**José Maurício Barroso de Pinho Tavares,**  
*Contador, Partidor, Distribuidor,  
Depositário Público e Avaliador Judicial da  
Comarca de Arapongas, Estado do Paraná,  
em pleno exercício, na forma da lei, etc...*

**CERTIFICA** atendendo a pedido verbal da Rádio Cultura de Arapongas Ltda, que, revendo em seu Cartório, os livros de registros de distribuições dos feitos que têm o seu curso perante o MM. Juízo de Direito desta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, neles (livros), **VERIFICOU CONSTAR** contra a pessoa de **WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI**, filho de Carlos Pugliesi e Corina de Biagi, portador da Cédula de Identidade RG nº 594.712-0/PR e inscrito no CPF sob o nº 106.425.109-97, os seguintes feitos ajuizados:

**01 – Distribuição nº 412/98**, em data de 14/07/98, livro nº 07, natureza: Ação Ordinária por Improbidade Administrativa, proposta pelo Município de Arapongas, no valor de R\$ 500.000,00. Obs.: Remetido à Vara da Fazenda Publica desta comarca em 14/04/16.

**02 – Distribuição nº 239/98**, em data de 25/08/98, livro nº 15-F, natureza: Carta de Ordem, oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, expedida pelo Juiz Relator Antenor Demeterco Junior, extraída dos Autos nº 03/1998 de Medida Cautelar Inominada Incidental, proposta pela Rádio Arapongas Ltda.

**03 – Distribuição nº 249/98**, em data de 02/09/98, livro nº 15-F, natureza: Carta de Ordem, oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, expedida pelo Juiz Relator Antenor Demeterco Júnior, extraída dos autos nº 04/1998 de Medida Cautelar Inominada Incidental, proposta pela Rádio Arapongas S/A.

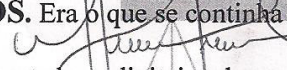
**04 – Distribuição nº 253/98**, em data de 03/09/98, livro nº 15-F, natureza: Carta de Ordem, oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, expedida pelo Juiz Relator Antenor Demeterco Júnior, extraída dos Autos nº 51/1998 de Medida Cautelar Inominada Incidental, proposta pela Rádio Arapongas Ltda.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR  
José Maurício B. Pinho Tavares  
TITULAR  
RUA TEIS, 888 - FORUM  
80440-000 - ARAPONGAS - PR



**05 – Distribuição nº 254/98**, em data de 03/09/98, livro nº 15-F, natureza: Carta de Ordem, oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, expedida pelo Juiz Relator Antenor Demeterco Júnior, extraída dos Autos nº 52/1998 de Medida Cautelar Inominada Incidental, proposta pela Rádio Arapongas Ltda.

**06 – Distribuição nº 577/01**, em data de 15/08/01, livro nº 08, natureza: Ação Civil Pública de Responsabilidade por Atos de Improbidade Administrativa c/c Pedido Liminar de Decretação de Indisponibilidade de Bens, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná, no valor de R\$ 79.352,37.

**CERTIFICA MAIS QUE**, com exceção dos registros supra e retro citados, **VERIFICOU NADA MAIS CONSTAR** contra a pessoa de **WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI**, quer distribuições de ações de natureza *cível, família, comercial, criminal, execuções fiscais da União, Estado ou Município ou qualquer protesto contra alienação de bens*, com a ressalva de quaisquer procedimentos, eventualmente, já registrados junto ao sistema do PROJUDI, contudo, ainda não formalmente registrados, até a presente data, junto a este setor de Distribuição. **BUSCA REFERENTE AOS ÚLTIMOS VINTE ANOS.** Era o que se continha em dita Certidão da qual reporta e dá fé. \*\*\*\*\*  
Eu, , *Marcos Paulo Lopes*, Funcionário Juramentado, a digitei, subscrevo e assino. \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* **PARA FINS CIVIS** \*\*\*\*\*

Arapongas, 29 de Junho de 2016.

  
MARCOS PAULO LOPES  
FUNCIONÁRIO JURAMENTADO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR  
Titular: *Dr. Paulo Sérgio...*  
TITULAR  
RUA IBIS, 888 - FORUM  
8055-4008 - ARAPOONGAS - PR

## Certidão

cf5091913a8d06273974b8b2f400f7f8



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS**  
**CÍVEL E CRIMINAL**

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 440, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL  
**MARCELO RICARDO FERREIRA**

OU

contra o CPF:  
**979.783.029/20**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCALIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENALIS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais.

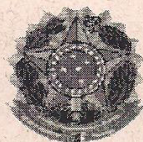
- **Paraná (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:15**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 22/06/2016 às 02:00**
- **Paraná (Processo Papel) até 22/06/2016 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 21/06/2016 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 21/06/2016 às 20:00**

**Certidão emitida em: 22/06/2016 às 09:58 (hora e data de Brasília)**

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **cf5091913a8d06273974b8b2f400f7f8**







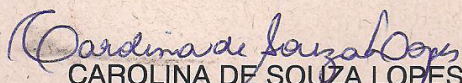
JUSTIÇA ELEITORAL  
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE ARAPONGAS - PR  
R. TICO-TICO, 1001-VILA NATAL Telefone 32524874

## Certidão

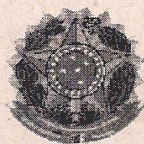
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Inscrição: 017200870639      Zona: 61      Seção: 18  
Município: 74276 - ARAPONGAS      UF: PR  
Data de nascimento: 27/01/1936      Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: CORINA DE BIAGI  
CARLOS PUGLIESI

Em 9 de junho de 2016.

  
CAROLINA DE SOUZA LOPES  
TÉCNICO JUDICIÁRIO





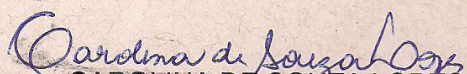
JUSTIÇA ELEITORAL  
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE ARAPONGAS - PR  
R.TICO-TICO, 1001-VILA NATAL Telefone 32524874

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: MARCELO RICARDO FERREIRA  
Inscrição: 053954470655 Zona: 61 Seção: 131  
Município: 74276 - ARAPONGAS UF: PR  
Data de nascimento: 17/09/1973 Domiciliado desde: 18/12/1991  
Filiação: GERALDA FERREIRA  
MANUEL FERREIRA

Em 9 de junho de 2016.

  
CAROLINA DE SOUZA LOPES  
TÉCNICO JUDICIÁRIO





SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFISAO LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 2 0364542-5	CNPJ 02.281.983/0001-07	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 27/11/1997	Data de Início de Atividade 21/11/1997
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) R FLAMINGOS 357 1º ANDAR EDIFICIO CENTER PARK, CENTRO, ARAPONGAS, PR, 86.701-390			
Objeto Social EXPLORACAO DE ESTACOES DE RADIODIFUSAO COM FINALIDADE EDUCACIONAIS, CIVICAS E PATRIOTICA, BEM COMO A EXPLORACAO DE PROPAGANDAS, COMERCIAIS E ATIVIDADES CORRELATAS, MEDIANTE OBTENCAO DO GOVERNO FEDERAL DE CONCESSOES, PERMISSOES E LICENCAS, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA REGEDORA DA MATERIA			
Capital: R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Não	Prazo de Duração Indeterminado	
Capital Integralizado: R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)			
Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato			
<u>Nome/CPF ou CNPJ</u>	<u>Participação no capital (R\$)</u>	<u>Espécie de Sócio</u>	<u>Administrador</u>
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI 106.425.109-97	112.500,00	SOCIO	XXXXXXXXXX
MARCELO RICARDO FERREIRA 979.783.029-20	37.500,00	SOCIO	XXXXXXXXXX
Último Arquivamento		Situação	
Data: 14/10/2008	Número: 20084276690	REGISTRO ATIVO	
Ato: ALTERAÇÃO		Status	
Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: 41 9 0084478-1		CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA NEVADA ESQUINA COM RUA NOVO MEXICO, QD 05 LT 01, JD GOLDEN PARK 2, CAMBÉ, PR, 86.186-000, BRASIL			

16/424513-8



ARAPONGAS - PR, 10 de junho de 2016

*Libertad Bogus*

LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO  
PARANÁ





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho - 9a Região  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro  
CEP: 80.430-180 Fone:41-3310-7000

CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES TRABALHISTAS DO 1o GRAU  
(RECLAMADA)

Número: 2016.06.10-8b7c6868

(Válida por 30 dias)

Certificamos, a pedido do(a) interessado(a), que, até a presente data, nos registros de processos em curso nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, NÃO FOI CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE reclamatória(s), ou outro(s) procedimentos trabalhistas, em face de WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA - EPP, titular do CPF/CNPJ nº 02.281.983/0001-07.

OBSERVAÇÕES:

- a) A presente certidão não abrange os processos encerrados;
- b) A informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante, cabendo ao interessado conferir a respectiva titularidade;
- c) Esta certidão tem a mesma validade que as emitidas pelas unidades de distribuição ou Varas do Trabalho, ressalvada a responsabilidade do destinatário pela verificação do CPF/CNPJ informado e confirmação da autenticidade na página do Tribunal;
- d) Esta certidão NÃO GERA os efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)), documento que prova a regularidade trabalhista em todo o País para participar de licitações, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- e) No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais, no âmbito do TRT da 9a Região.

Número: 2016.06.10-8b7c6868

Página 1 de 1

Certidão emitida em: 10.06.2016 às 16:44:47.076 BRT

Documento assinado com certificado digital por [processoeletronico.jus.br](http://processoeletronico.jus.br) em: 10.06.2016 às 16:44:47.076 BRT  
Confira a autenticidade no sítio: [www.trt9.jus.br/cnat-web](http://www.trt9.jus.br/cnat-web)  
Código: 2016.06.10-8b7c6868

## Juízo de Direito da Comarca de Arapongas - Paraná

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR, CONTADOR E ANEXOS  
 José Maurício B. Pinho Tavares  
 Escrivão  
 Fone: (43) 3655 - 4468  
 COMARCA DE ARAPONGAS - PARANÁ

**C E R T I F I C A** atendendo pedido verbal de  
o em seu Cartório, os livros de registros de distribuições  
o perante o MM. Juízo de Direito desta Comarca de  
ná, neles (livros), verificou **NÃO CONSTAR,**  
nha sido registrada qualquer distribuição de *Pedido de*  
*Preventiva ou Recuperação de Empresa*  
a pessoa jurídica **WRT ORGANIZAÇÃO DE**  
**- EPP,** inscrita no CNPJ. sob n.º 02.281.983/0001-  
**E AOS ÚLTIMOS VINTE ANOS. \*\*\*\*\***

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* PARA FINS CIVIS \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

\*Com a ressalva de quaisquer procedimentos, eventualmente, já registrados junto ao sistema do PROJUDI, contudo, ainda não formalmente registrados, até a presente data, junto a este setor de Distribuição.

O referido é verdade e dou fé.  
Arapongas, 09 de Junho de 2016.

Marcos Paulo Lopes  
FUNCIONARIO JURAMENTADO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

José Maurício B. F. da Silva  
 TITULAR  
 RUA IBIS, 888 - FORUM  
 5055-4468 - ARAPONGAS - PR





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Poder Judiciário do Estado do Paraná

Cidade e Comarca de Arapongas

Serviço de Protesto de Títulos

**RICARDO ANTONIOLI GRASSANO**

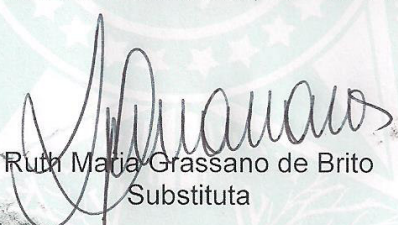
TABELIÃO

AV. ARAPONGAS, 342 - CENTRO - CEP: 86700-050 - ARAPONGAS-PR

## CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

CERTIFICO, a pedido verbal do requerente RUBENS DE OLIVEIRA, inscrito(a) no CPF nº: 323.493.789-34, que nos últimos 5 (cinco) anos não encontrei qualquer título protestado, em que seja devedor/a: MARCELO RICARDO FERREIRA, portador/a do C.P.F.: 979.783.029-20 que era, na forma solicitada, me foi pedido certificar. Dou fé.

ARAPONGAS/Dado e passado nesta cidade aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às 14:04 horas.

  
Ruth Maria Grassano de Brito  
Substituta

Selo digital de fiscalização: **vXWxm . Nccyq . Ekjj3 - r8A2x . fme8G** confira a validade em:

[www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br)





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Poder Judiciário do Estado do Paraná

Cidade e Comarca de Arapongas

Serviço de Protesto de Títulos

**RICARDO ANTONIOLI GRASSANO**

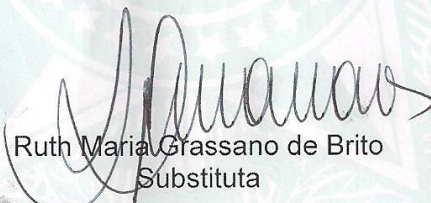
TABELIÃO

AV. ARAPONGAS, 342 - CENTRO - CEP: 86700-050 - ARAPONGAS-PR

## CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

CERTIFICO, a pedido verbal do requerente RUBENS DE OLIVEIRA, inscrito(a) no CPF nº: 323.493.789-34, que nos últimos 5 (cinco) anos não encontrei qualquer título protestado, em que seja devedor/a: WALDYR ORTENCIO PUGLIESI, portador/a do C.P.F.: 106.425.109-97 que era, na forma solicitada, me foi pedido certificar. Dou fé.

ARAPONGAS/Dado e passado nesta cidade aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às 14:04 horas.

  
Ruth Maria Grassano de Brito  
Substituta

Selo digital de fiscalização: oXWxm . omFyq . R2jjZ - NHe2x . RvOWb confira a validade em:

[www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br)

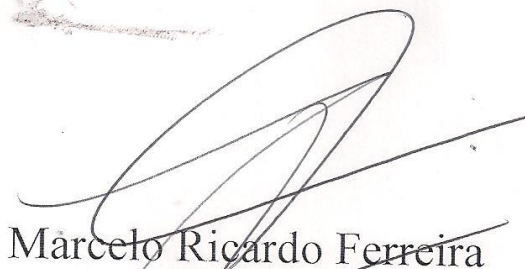




## DECLARAÇÃO

Declaramos que nossa entidade:

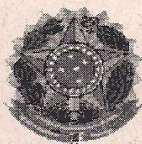
- Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da permissão que será renovada
- A entidade não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação de outorga
- A entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço
- Outrossim declaramos que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerencia, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.



Marcelo Ricardo Ferreira  
WRT Organização de Radiodifusão Ltda.  
CNPJ 02.281.983/0001 07  
Outorga de Arapongas








JUSTIÇA ELEITORAL  
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE ARAPONGAS - PR  
R.TICO-TICO, 1001-VILA NATAL Telefone 32524874

## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Inscrição: 017200870639 Zona: 61 Seção: 18  
Município: 74276 - ARAPONGAS UF: PR  
Data de nascimento: 27/01/1936 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: CORINA DE BIAGI  
CARLOS PUGLIESI

Em 9 de junho de 2016.

  
CAROLINA DE SOUZA LOPES  
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.






JUSTIÇA ELEITORAL  
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE ARAPONGAS - PR  
R. TICO-TICO, 1001-VILA NATAL Telefone 32524874

## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: MARCELO RICARDO FERREIRA  
Inscrição: 053954470655 Zona: 61 Seção: 131  
Município: 74276 - ARAPONGAS UF: PR  
Data de nascimento: 17/09/1973 Domiciliado desde: 18/12/1991  
Filiação: GERALDA FERREIRA  
MANUEL FERREIRA

Em 9 de junho de 2016.

  
CAROLINA DE SOUZA LOPES  
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.281.983/0001-07</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>27/11/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>R FLAMINGOS</b>	NÚMERO <b>357</b>	COMPLEMENTO <b>01 ANDAR ED.C.PARK</b>	
CEP <b>86.701-390</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ARAPONGAS</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>16/10/2004</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/07/2018** às **07:47:10** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.281.983/0001-07

Certidão nº: 153293468/2018

Expedição: 05/07/2018, às 07:47:55

Validade: 31/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.281.983/0001-07**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**Data de Envio:**

19/07/2018 15:23:55

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

marketing@nativanorte.com.br  
financeiro@nativanorte.com.br  
jean@nativanorte.com.br  
adm@dbssystem.com.br  
robinson@dbssystem.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.009433/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3149764.html  
Nota\_Tecnica\_3153691.html



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro

Rua Primeiro de Março 64, 1º andar 20010-970 – Rio de Janeiro/RJ

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 27809/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

Representante Legal da

**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.281.983/0001-07)**

Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar - Bairro Centro

CEP: 86.701-390 Arapongas/PR

**Assunto: Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.009433/2013-10.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 15966/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 19/07/2018, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3149764** e o código CRC **6A94C6A1**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27809/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.009433/2013-10 - N° SEI: 3149764

**NOTA TÉCNICA Nº 15966/2018/SEI-MCTIC**

Processo n.º: 53000.009433/2013-10.

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 208 (duzentos e oito), classe A3, na localidade de ARAPONGAS/PR, referente ao período 21/1/2014 a 21/1/2024. Os autos do processo foram encaminhados ao Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para análise dos laudos técnicos apresentados.

---

**ANÁLISE**

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão

deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art 122. São consideradas infrações em relação à execução dos serviços de radiodifusão a prática dos seguintes atos pelas concessionárias ou permissionárias:

XXI – utilizar equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da Portaria que as tenha aprovado;

XXIV - não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão.

### 2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– As seguintes características técnicas de operação da estação informadas no laudo de vistoria técnica encontram-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• potência de operação do transmissor principal;</li><li>• altura centro de irradiação (<math>H_{CI}</math>) da antena principal;</li><li>• azimuth de orientação da antena principal;</li><li>• fabricante e modelo da linha de transmissão principal;</li><li>• comprimento da linha de transmissão principal;</li></ul>	<p>– Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).</p>
<p>– A entidade não apresentou a declaração do profissional habilitado, certificando serem</p>	<p>– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do Laudo de Vistoria técnica da estação, nos</p>

<p>profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do Laudo de Vistoria técnica da estação.</p> <p>– A entidade não apresentou a declaração do representante legal da entidade certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora.</p>	<p>termos do subitem 9.3.9, alínea ‘a’, da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p> <p>– Declaração do representante legal da entidade (dirigente da pessoa jurídica) certificando que o profissional habilitado vistoriou as instalações da emissora, nos termos do subitem 9.3.9, alínea ‘b’, da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.</p>
<p>– O transmissor de fabricação LYS ELETRONIC, modelo LT 10kW FM, vistoriado como transmissor auxiliar, não consta no Banco de Dados da Anatel e no sistema Mosaico, como autorizado à operar como transmissor auxiliar da estação transmissora da entidade.</p> <p>– O sistema irradiante de fabricação TEEL TELE ELETRÔNICA, modelo BECP 6 L, vistoriado como sistema irradiante auxiliar, não consta no Banco de Dados da Anatel e no sistema Mosaico, como autorizado à operar como sistema irradiante auxiliar da estação transmissora da entidade.</p> <p>– A linha de transmissão de fabricação KMP PIRELLI, modelo 1 e 5/8" com 60 metros, vistoriado como linha de transmissão auxiliar, não consta no Banco de Dados da Anatel e no sistema Mosaico, como autorizado à operar como linha de transmissão auxiliar da estação transmissora da entidade.</p>	<p>– Apresentar ato do Poder Concedente autorizando a instalação dos equipamentos apresentados como auxiliar, indicado no Laudo de Ensaio apresentado.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 428/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26.01.2018, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 17/07/2018, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 19/07/2018, às 14:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3153691** e o código CRC **3DC1E8D5**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



# Histórico do Documento

ID do Documento Original 57dbac31ef9a9

Alterar Orientação

<b>Campo</b>	(Atual)	Revisão 1
<b>Usuário</b>	(Atual)	carlosel@anatel.gov.br
<b>Modificado em</b>	(Atual)	2017-03-21 08:14:09
<b>Evento</b>	(Atual)	
<b>_id do Evento</b>	(Atual)	58d10b016525a
<b>_id</b>	57dbac31ef9a9	57dbac31ef9a9
<b>srd_planobasico._id</b>	030503b61ba7b	030503b61ba7b
<b>srd_planobasico.IdtPlanoBasico</b>	29330	29330
<b>srd_planobasico.NumServico</b>	230	230
<b>srd_planobasico.SiglaUF</b>	PR	PR
<b>srd_planobasico.CodMunicipio</b>	4101507	4101507
<b>srd_planobasico.IdtCanalizacao</b>	3210	3210
<b>srd_planobasico.IndEducativo</b>	0	0
<b>srd_planobasico.IdtHabilitacao</b>	383710	383710
<b>srd_planobasico.MedLatitude</b>	23S221200	23S221200
<b>srd_planobasico.MedLongitude</b>	51W242400	51W242400
<b>srd_planobasico.MedLatitudeDecimal</b>	-23.3700000000000000	-23.3700000000000000
<b>srd_planobasico.MedLongitudeDecimal</b>	-51.4066666666666666	-51.4066666666666666
<b>srd_planobasico.IndCoordPrefixada</b>	0	0
<b>srd_planobasico.IndFase</b>	2	2
<b>srd_planobasico.TxtObservacao</b>	(ZC)	(ZC)
<b>srd_planobasico.DescHistorico</b>	SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..
<b>srd_planobasico.IndAtivo</b>	1	1
<b>srd_planobasico.DataInclusao</b>	2003-12-13 02:44:34.840	2003-12-13 02:44:34.840
<b>srd_planobasico.CodUsuarioInclusao</b>	ANATEL\marcelalima	ANATEL\marcelalima
<b>srd_planobasico.DataAlteracao</b>	2005-09-09 09:04:16.017	2005-09-09 09:04:16.017
<b>srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao</b>	ANATEL\FRANCISCOL	ANATEL\FRANCISCOL
<b>srd_planobasico.tpDesignacao</b>	0	0
<b>srd_planobasico.IndCarater</b>	P	P
<b>srd_planobasico.NomeMunicipio</b>	Arapongas	Arapongas
<b>srd_planobasico.MedErpMax</b>	15	15
<b>canalizacao._id</b>	030503b61de51	030503b61de51
<b>canalizacao.tname</b>	canalizacao	canalizacao
<b>canalizacao.IdtCanalizacao</b>	3210	3210
<b>canalizacao.IdtAtribuicaoFrequencia</b>	1039	1039
<b>canalizacao.NumServico</b>	230	230
<b>canalizacao.IdtUnidadeInicial</b>	2	2
<b>canalizacao.MedFrequenciaInicial</b>	89.5	89.5
<b>canalizacao.MedFrequenciaInicialKHz</b>	89500.00000000	89500.00000000
<b>canalizacao.IdtUnidadeFinal</b>	2	2
<b>canalizacao.MedFrequenciaFinal</b>	89.5	89.5



canalizacao.IndBloqueio	N	N
canalizacao.IndCentralizada	S	S
canalizacao.IndCaraterSecundario	N	N
canalizacao.CodTipoCanalizacao	F	F
canalizacao.NumCanal	208	208
canalizacao.MedPortadoraAudio	89.50000000	89.50000000
canalizacao.IndSubFaixaExtensao	N	N
canalizacao.DataInclusao	2003-03-15 21:35:27.263	2003-03-15 21:35:27.263
canalizacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\andrex	ANATEL\andrex
srd_planobasicofm._id	030503bc38fd0	030503bc38fd0
srd_planobasicofm.tname	srd_planobasicofm	srd_planobasicofm
srd_planobasicofm.IdtPlanoBasico	29330	29330
srd_planobasicofm.IndLimitacao	0	0
srd_planobasicofm.CodClasse	A3	A3
srd_planobasicofm.MedErpMax	15	15
municipio._id	030503bbd97a1	030503bbd97a1
municipio.tname	municipio	municipio
municipio.IdtMunicipio	3927	3927
municipio.CodMunicipio	4101507	4101507
municipio.CodUF	41	41
municipio.SiglaUF	PR	PR
municipio.CodMeso	03	03
municipio.CodMicro	010	010
municipio.NomeMunicipio	Arapongas	Arapongas
municipio.NomePadraoMunicipio	ARAPONGAS	ARAPONGAS
municipio.NomeMunicipioFonema	ARAPUMJAS	ARAPUMJAS
municipio.NomeCategoria	Cidade	Cidade
municipio.MedLatitude	23245507	23245507
municipio.SiglaHemisferio	S	S
municipio.MedLatitudeDecimal	-23.4153000000000000	-23.4153000000000000
municipio.MedLongitude	51253323	51253323
municipio.SiglaMeridiano	W	W
municipio.MedLongitudeDecimal	-51.4259000000000000	-51.4259000000000000
municipio.MedAltitude	729	729
municipio.MedArea	381.09100341796875	381.09100341796875
municipio.MedRaio	19.0	19.0
municipio.IndFronteira	0	0
municipio.DataInstalacao	2004-11-19 00:00:00.000	2004-11-19 00:00:00.000
municipio.IndInativo	N	N
municipio.DataAnoMesPopulacao	201512	201512
municipio.QtdePopulacao	115412	115412
municipio.QtdePopulacaoUrbana	96559	96559
municipio.NumCodigoNacional	43	43
municipio.CodCepMenor	86700000	86700000
municipio.CodCepMaior	86719000	86719000
municipio.DataInclusao	2003-01-28 00:00:00.000	2003-01-28 00:00:00.000
municipio.CodUsuarioInclusao	ANATEL/Morais	ANATEL/Morais
municipio.DataAlteracao	2007-01-02 21:21:53.220	2007-01-02 21:21:53.220
municipio.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\08596307818 (morais)	ANATEL\08596307818 (morais)



habilitacao.tname	habilitacao	habilitacao
habilitacao.IdtHabilitacao	383710	383710
habilitacao.IdtEntidade	385409	385409
habilitacao.NumServico	230	230
habilitacao.NumFistel	50011592451	50011592451
habilitacao.NumProcesso	535160072652004	535160072652004
habilitacao.IndPreHabilitacao	0	0
habilitacao.IndGoverno	0	0
habilitacao.IndStatusHabilitacao	L	L
habilitacao.NumProcessoMC_SRD	537400002091998	537400002091998
habilitacao.NumScradJur	12277	12277
habilitacao.NumScradTec	12276	12276
habilitacao.DataInclusao	2001-11-01 00:00:00.000	2001-11-01 00:00:00.000
habilitacao.CodUsuarioInclusao	AN200044	AN200044
habilitacao.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:16.050	2016-08-24 11:50:16.050
habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
habilitacao.DataContrato	2004-01-21 00:00:00.000	2004-01-21 00:00:00.000
habilitacao.DataValFreq	2024-01-21	2014-01-21
estacao._id	030503b6335b8	030503b6335b8
estacao.tname	estacao	estacao
estacao.IdtEstacao	44638	44638
estacao.IdtPlanoBasico	29330	29330
estacao.NumServico	230	230
estacao.CodTipoEstacao	1	1
estacao.NomeIndicativo	ZYM283	ZYM283
estacao.NumSequenciaIndicativo	000	000
estacao.NumEstacao	323691234	323691234
estacao.SiglaUf	PR	PR
estacao.MedLatitude	23S221200	23S221200
estacao.MedLatitudeDecimal	-23.3700000000000000	-23.3700000000000000
estacao.MedLongitude	51W242400	51W242400
estacao.MedLongitudeDecimal	-51.4066666666666666	-51.4066666666666666
estacao.IndValidadeEspecial	N	N
estacao.DataValidade	2014-01-21 00:00:00.000	2014-01-21 00:00:00.000
estacao.IndValidadeIndeterminada	N	N
estacao.NumLicenca	000016/2016-PR	000016/2016-PR
estacao.DataEmissaoLicenca	2016-08-24 11:50:16.063	2016-08-24 11:50:16.063
estacao.CodUsuarioEmissaoLicenca	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
estacao.DataPrimeiroLicenciamento	2004-09-06 09:50:56.080	2004-09-06 09:50:56.080
estacao.DataLicenciamento	2016-08-24 11:50:16.063	2016-08-24 11:50:16.063
estacao.CodUsuarioLicenciamento	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
estacao.DataReemissaoLicenca	2004-12-09 16:10:43.653	2004-12-09 16:10:43.653
estacao.CodUsuarioReemissaoLicenca	ANATEL\23414014904 (augustinho)	ANATEL\23414014904 (augustinho)
estacao.NumNossoNumeroTributo	500115924510029	500115924510029
estacao.MedCotaBaseTorre	781.00	781.00
estacao.CodSituacaoLicenca	L	L
estacao.IndStatusEstacao	L	L
estacao.DataInclusao	2003-12-13 02:44:35.280	2003-12-13 02:44:35.280



estacao.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:17.840	2016-08-24 11:50:17.840
estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
estacao.IndEstacaoOceanica	N	N
antena.principal._id	030503ba03a0b	030503ba03a0b
antena.principal.tname	antena_rd	antena_rd
antena.principal.IdtEstacao	44638	44638
antena.principal.IndTipoAntena	P	P
antena.principal.IdtFabricanteAntena	158	158
antena.principal.DesModelo	AKG 77-6 ELTO	AKG 77-6 ELTO
antena.principal.DesDescricao	OMNIDIRECIONAL COM 6 ELEMENTOS	OMNIDIRECIONAL COM 6 ELEMENTOS
antena.principal.MedGMaxdBd	3.60	3.60
antena.principal.MedHCI	91	91
antena.principal.IndPolariz	Circular	Circular
antena.principal.MedOrientNV	15	15
antena.principal.MedBeamTilt	.00	.00
antena.principal.DataInclusao	2004-12-21 08:02:05.190	2004-12-21 08:02:05.190
antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\donizetti	ANATEL\donizetti
antena.principal.DataAlteracao	2016-08-24 11:44:25.270	2016-08-24 11:44:25.270
antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
antena.principal.idtAntena	5218	5218
antena.principal.NomeFabricanteAntena	DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI	DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI
equipamento.transmissor._id	030503baaa207	030503baaa207
equipamento.transmissor.tname	equipamento	equipamento
equipamento.transmissor.IdtEquipamento	1443225	1443225
equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1	1
equipamento.transmissor.IdtEstacao	44638	44638
equipamento.transmissor.IdtEquipamentoOrigem	63190	63190
equipamento.transmissor.CodEquipamento	020940802009	020940802009
equipamento.transmissor.CodProduto	24661	24661
equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	4.200	4.200
equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	1	1
equipamento.transmissor.DataInclusao	2004-12-21 08:02:05.207	2004-12-21 08:02:05.207
equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\donizetti	ANATEL\donizetti
equipamento.transmissor.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:16.690	2016-08-24 11:50:16.690
equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
equipamento.transmissor.fabricante	Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.
equipamento.transmissor.Model	I MASTER FMD 10000	I MASTER FMD 10000
linhatransmissao.principal._id	030503ba08fdf	030503ba08fdf
linhatransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
linhatransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	21010	21010
linhatransmissao.principal.IdtEstacao	44638	44638
linhatransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P	P
linhatransmissao.principal.MedComprimento	120.00	120.00
linhatransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	578	578
linhatransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	LCF158-50JA	LCF158-50JA
linhatransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00	50.00





linhatransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RFS - KMP Pirelli	RFS - KMP Pirelli
linhatransmissao.principal.PerdasAcessorias_db	0.5	
hpat.0	5.5511151231258E-17	5.5511151231258E-17
hpat.10	0	0
hpat.20	0	0
hpat.30	0	0
hpat.40	0.091442135663531	0.091442135663531
hpat.50	0.22230263139142	0.22230263139142
hpat.60	0.35476524057926	0.35476524057926
hpat.70	0.47245324058655	0.47245324058655
hpat.80	0.59174335405379	0.59174335405379
hpat.90	0.72394950229804	0.72394950229804
hpat.100	0.87608504299968	0.87608504299968
hpat.110	1.0411366184783	1.0411366184783
hpat.120	1.2093780770099	1.2093780770099
hpat.130	1.3897123571491	1.3897123571491
hpat.140	1.5732365203413	1.5732365203413
hpat.150	1.723515599198	1.723515599198
hpat.160	1.8252833454842	1.8252833454842
hpat.170	1.893806007435	1.893806007435
hpat.180	1.9384473623671	1.9384473623671
hpat.190	1.9623286693858	1.9623286693858
hpat.200	1.9623286693858	1.9623286693858
hpat.210	1.9384473623671	1.9384473623671
hpat.220	1.8863155952608	1.8863155952608
hpat.230	1.8103025211359	1.8103025211359
hpat.240	1.723515599198	1.723515599198
hpat.250	1.640650229909	1.640650229909
hpat.260	1.5470110128072	1.5470110128072
hpat.270	1.4116192057131	1.4116192057131
hpat.280	1.1984352741364	1.1984352741364
hpat.290	0.94349875256742	0.94349875256742
hpat.300	0.72394950229804	0.72394950229804
hpat.310	0.5767625297054	0.5767625297054
hpat.320	0.46496282841236	0.46496282841236
hpat.330	0.35476524057926	0.35476524057926
hpat.340	0.22230263139142	0.22230263139142
hpat.350	0.091442135663531	0.091442135663531
endereco.estacao._id	030503bd80975	030503bd80975
endereco.estacao.tname	ENDERECO	ENDERECO
endereco.estacao.IdtEndereco	1185545	1185545
endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4	4
endereco.estacao.IdtEstacao	44638	44638
endereco.estacao.EndLogradouro	RUA SURUCUÁ PEQUENO	RUA SURUCUÁ PEQUENO
endereco.estacao.EndNumero	SN	SN
endereco.estacao.EndBairro	DISTRITO INDUSTRIAL	DISTRITO INDUSTRIAL
endereco.estacao.CodPais	B	B
endereco.estacao.SiglaUF	PR	PR
endereco.estacao.CodCep	86704500	86704500



endereco.estacao.DataInclusao	2004-12-21 08:02:03.770	2004-12-21 08:02:03.770
endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\31014097649 (donizetti)	ANATEL\31014097649 (donizetti)
endereco.estacao.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:17.363	2016-08-24 11:50:17.363
endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
endereco.estacaoprincipal._id	030503bd80976	030503bd80976
endereco.estacaoprincipal.tname	ENDERECO	ENDERECO
endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	1185546	1185546
endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6	6
endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	44638	44638
endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA SURUCUÁ PEQUENO	RUA SURUCUÁ PEQUENO
endereco.estacaoprincipal.EndNumero	SN	SN
endereco.estacaoprincipal.EndBairro	DISTRITO INDUSTRIAL	DISTRITO INDUSTRIAL
endereco.estacaoprincipal.CodPais	B	B
endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	PR	PR
endereco.estacaoprincipal.CodCep	86704500	86704500
endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	4101507	4101507
endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2004-12-21 08:02:04.350	2004-12-21 08:02:04.350
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\31014097649 (donizetti)	ANATEL\31014097649 (donizetti)
endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:17.363	2016-08-24 11:50:17.363
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
docOutorga.0.NumProcesso	9999	9999
docOutorga.0.NumDocumento	635	635
docOutorga.0.IdtTipoDocumento	11	11
docOutorga.0.CodOrgao	MC	MC
docOutorga.0.DataDocumento	2001-10-24 00:00:00.000	2001-10-24 00:00:00.000
docOutorga.0.DataDOU	2001-10-30 00:00:00.000	2001-10-30 00:00:00.000
docOutorga.0.IdtRazao	13	13
docOutorga.0.IndNatureza	1	1
documento.0._id	030503ba0a240	030503ba10f18
documento.0.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento
documento.0.IdtHistoricoDocumento	9654	38183
documento.0.IdtPlanoBasico	29330	29330
documento.0.IdtRazao	7	21
documento.0.NumDocumento	559	48653
documento.0.DataDocumento	2003-08-20 00:00:00.000	2004-12-21 00:00:00.000
documento.0.DataDOU	2003-08-21 00:00:00.000	2004-12-22 00:00:00.000
documento.0.IdtTipoDocumento	3	1
documento.0.SiglaOrgao	CN	ER03
documento.0.IndNatureza	Jurídico	Técnico
documento.0.DataInclusao	2003-12-13 02:44:35.870	2004-12-21 09:52:20.250
documento.0.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima	ANATEL\TARCISIO
documento.0.DataAlteracao	2016-08-08 14:25:47.370	2016-08-08 14:25:47.400
documento.0.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.0.NumProcesso	9999	535160072652004
documento.0.CodOrgao	CN	ER03
documento.1._id	030503ba0b67b	030503ba0a240
documento.1.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento
documento.1.IdtHistoricoDocumento	14844	9654



documento.1.IdtRazao	18	7
documento.1.NumDocumento	43303	559
documento.1.DataDocumento	2004-03-23 00:00:00.000	2003-08-20 00:00:00.000
documento.1.DataDOU	2004-04-05 00:00:00.000	2003-08-21 00:00:00.000
documento.1.IdtTipoDocumento	1	3
documento.1.SiglaOrgao	ER	CN
documento.1.IndNatureza	Técnico	Jurídico
documento.1.DataInclusao	2004-03-23 15:19:51.667	2003-12-13 02:44:35.870
documento.1.CodUsuarioInclusao	ANATEL\TARCISIO	ANATEL\marcelalima
documento.1.DataAlteracao	2016-08-08 14:25:47.377	2016-08-08 14:25:47.370
documento.1.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.1.NumProcesso	9999	9999
documento.1.CodOrgao	ER	CN
documento.2._id	030503ba10f18	030503ba0b67b
documento.2.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento
documento.2.IdtHistoricoDocumento	38183	14844
documento.2.IdtPlanoBasico	29330	29330
documento.2.IdtRazao	21	18
documento.2.NumDocumento	48653	43303
documento.2.DataDocumento	2004-12-21 00:00:00.000	2004-03-23 00:00:00.000
documento.2.DataDOU	2004-12-22 00:00:00.000	2004-04-05 00:00:00.000
documento.2.IdtTipoDocumento	1	1
documento.2.SiglaOrgao	ER03	ER
documento.2.IndNatureza	Técnico	Técnico
documento.2.NumProcesso	535160072652004	9999
documento.2.DataInclusao	2004-12-21 09:52:20.250	2004-03-23 15:19:51.667
documento.2.CodUsuarioInclusao	ANATEL\TARCISIO	ANATEL\TARCISIO
documento.2.DataAlteracao	2016-08-08 14:25:47.400	2016-08-08 14:25:47.377
documento.2.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.2.CodOrgao	ER03	ER
documento.3._id	030503ba1c44f	030503ba1c44e
documento.3.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento
documento.3.IdtHistoricoDocumento	85498	85497
documento.3.IdtPlanoBasico	29330	29330
documento.3.IdtRazao	44	43
documento.3.NumDocumento	253	361
documento.3.DataDocumento	2008-10-08 00:00:00.000	2010-07-27 00:00:00.000
documento.3.DataDOU	2010-09-20 00:00:00.000	
documento.3.IdtTipoDocumento	11	18
documento.3.SiglaOrgao	MC	MC
documento.3.IndNatureza	Jurídico	Jurídico
documento.3.DataInclusao	2011-07-06 15:21:55.203	2011-07-06 15:21:55.153
documento.3.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc	anatel\dilcimar.mc
documento.3.DataAlteracao	2016-08-08 14:25:47.407	2016-08-08 14:25:47.420
documento.3.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.3.NumProcesso	9999	9999
documento.3.CodOrgao	MC	MC
documento.4._id	030503ba1c44e	030503ba1c44f
documento.4.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento



documento.4.IdtPlanoBasico	29330	29330
documento.4.IdtRazao	43	44
documento.4.NumDocumento	361	253
documento.4.DataDocumento	2010-07-27 00:00:00.000	2008-10-08 00:00:00.000
documento.4.IdtTipoDocumento	18	11
documento.4.SiglaOrgao	MC	MC
documento.4.IndNatureza	Jurídico	Jurídico
documento.4.DataInclusao	2011-07-06 15:21:55.153	2011-07-06 15:21:55.203
documento.4.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc	anatel\dilcimar.mc
documento.4.DataAlteracao	2016-08-08 14:25:47.420	2016-08-08 14:25:47.407
documento.4.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.4.NumProcesso	9999	9999
documento.4.CodOrgao	MC	MC
documento.5._id	030503ba2a7e7	030503ba2a7e7
documento.5.tname	HistoricoDocumento	HistoricoDocumento
documento.5.IdtHistoricoDocumento	145727	145727
documento.5.IdtPlanoBasico	29330	29330
documento.5.IdtRazao	21	21
documento.5.NumDocumento	38	38
documento.5.DataDocumento	2016-08-05 00:00:00.000	2016-08-05 00:00:00.000
documento.5.IdtTipoDocumento	18	18
documento.5.SiglaOrgao	ER03	ER03
documento.5.IndNatureza	Técnico	Técnico
documento.5.DataInclusao	2016-08-08 14:25:47.450	2016-08-08 14:25:47.450
documento.5.CodUsuarioInclusao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
documento.5.NumProcesso	9999	9999
documento.5.CodOrgao	ER03	ER03
documento.6.NumProcesso	53500.045435/2017-65	
documento.6.NumDocumento	857	
documento.6.IdtTipoDocumento	1	
documento.6.CodOrgao	ORLE	
documento.6.DataDocumento	2017-02-13 10:03:21	
documento.6.DataDOU	2017-03-01 14:28:06	
documento.6.IdtRazao	18	
documento.6.IndNatureza	Técnico	
Status.state	FM-C2	FM-C7
Status.dateTime	2017-03-21 08:14:09	2016-09-16 09:00:07
Status.user	carlosel@anatel.gov.br	Sistema
IdtPlanoBasico	29330	29330
IdtEstacao	44638	44638
NumServico	230	230
SiglaServico	FM	FM
SiglaUF	PR	PR
locpb.type	Point	Point
locpb.coordinates.0	-51.4066666666667	-51.4066666666667
locpb.coordinates.1	-23.37	-23.37
source	PB+	PB+
stnClass	A3	A3
frequency	89.5	89.5



loctx.type	Point	Point
loctx.coordinates.0	-51.406666666667	-51.406666666667
loctx.coordinates.1	-23.37	-23.37
licensee	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA
NumFistel	50011592451	50011592451
htx	150	150
erp	6.591	6.591
cnpj	02281983000107	02281983000107
sitarwebStatus	L	L
sitarwebLicença	L	L
sitarwebStatusIndice		
type	FM	FM
licenca.license_id	57dbb251f3575	57dbb251f3575
licenca.loctx.coordinates.1	-23.37	-23.37
licenca.loctx.coordinates.0	-51.406666666667	-51.406666666667
licenca.cnpj	02281983000107	02281983000107
licenca.habilitacao._id	030503b752792	030503b752792
licenca.habilitacao.tname	habilitacao	habilitacao
licenca.habilitacao.IdtHabilitacao	383710	383710
licenca.habilitacao.IdtEntidade	385409	385409
licenca.habilitacao.NumServico	230	230
licenca.habilitacao.NumFistel	50011592451	50011592451
licenca.habilitacao.NumProcesso	535160072652004	535160072652004
licenca.habilitacao.IndPreHabilitacao	0	0
licenca.habilitacao.IndGoverno	0	0
licenca.habilitacao.IndStatusHabilitacao	L	L
licenca.habilitacao.NumProcessoMC_SRD	537400002091998	537400002091998
licenca.habilitacao.NumScradJur	12277	12277
licenca.habilitacao.NumScradTec	12276	12276
licenca.habilitacao.DataInclusao	2001-11-01 00:00:00.000	2001-11-01 00:00:00.000
licenca.habilitacao.CodUsuarioInclusao	AN200044	AN200044
licenca.habilitacao.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:16.050	2016-08-24 11:50:16.050
licenca.habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
licenca.habilitacao.DataContrato	2004-01-21 00:00:00.000	2004-01-21 00:00:00.000
licenca.habilitacao.DataValFreq	2014-01-21	2014-01-21
licenca.entidade.NomeEntidade	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA
licenca.entidade.NomeFantasia		
licenca.estacao.NumEstacao	323691234	323691234
licenca.estacao.NomeIndicativo	ZYM283	ZYM283
licenca.estacao.DataLicenciamento	2016-08-24 11:50:16.063	2016-08-24 11:50:16.063
licenca.estacao.DataEmissaoLicenca	2016-08-24 11:50:16.063	2016-08-24 11:50:16.063
licenca.processo.licenciamento		
licenca.endereco.estacao._id	030503bd80975	030503bd80975
licenca.endereco.estacao.tname	ENDERECO	ENDERECO
licenca.endereco.estacao.IdtEndereco	1185545	1185545
licenca.endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4	4
licenca.endereco.estacao.IdtEstacao	44638	44638
licenca.endereco.estacao.Endereco	RUA SUBUCUÁ BEQUENO	RUA SUBUCUÁ BEQUENO





licenca.endereco.estacao.EndBairro	DISTRITO INDUSTRIAL	DISTRITO INDUSTRIAL
licenca.endereco.estacao.CodPais	B	B
licenca.endereco.estacao.SiglaUF	PR	PR
licenca.endereco.estacao.CodCep	86704500	86704500
licenca.endereco.estacao.CodMunicipio	4101507	4101507
licenca.endereco.estacao.DataInclusao	2004-12-21 08:02:03.770	2004-12-21 08:02:03.770
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\31014097649 (donizetti)	ANATEL\31014097649 (donizetti)
licenca.endereco.estacao.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:17.363	2016-08-24 11:50:17.363
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
licenca.endereco.estacaoprincipal._id	030503bd80976	030503bd80976
licenca.endereco.estacaoprincipal.tname	ENDERECO	ENDERECO
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	1185546	1185546
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6	6
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	44638	44638
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA SURUCUÁ PEQUENO	RUA SURUCUÁ PEQUENO
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndNumero	SN	SN
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndBairro	DISTRITO INDUSTRIAL	DISTRITO INDUSTRIAL
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodPais	B	B
licenca.endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	PR	PR
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodCep	86704500	86704500
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	4101507	4101507
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2004-12-21 08:02:04.350	2004-12-21 08:02:04.350
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\31014097649 (donizetti)	ANATEL\31014097649 (donizetti)
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:17.363	2016-08-24 11:50:17.363
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
licenca.equipamento.transmissor._id	030503baaa207	030503baaa207
licenca.equipamento.transmissor.tname	equipamento	equipamento
licenca.equipamento.transmissor.IdtEquipamento	1443225	1443225
licenca.equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1	1
licenca.equipamento.transmissor.IdtEstacao	44638	44638
licenca.equipamento.transmissor.IdtEquipamentoOrigem	63190	63190
licenca.equipamento.transmissor.CodEquipamento	020940802009	020940802009
licenca.equipamento.transmissor.CodProduto	24661	24661
licenca.equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	4.200	4.200
licenca.equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	1	1
licenca.equipamento.transmissor.DataInclusao	2004-12-21 08:02:05.207	2004-12-21 08:02:05.207
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\donizetti	ANATEL\donizetti
licenca.equipamento.transmissor.DataAlteracao	2016-08-24 11:50:16.690	2016-08-24 11:50:16.690
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\35466545953 (celiovasco)	ANATEL\35466545953 (celiovasco)
licenca.equipamento.transmissor.fabricante	Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.
licenca.equipamento.transmissor.Model	I MASTER FMD 10000	I MASTER FMD 10000
licenca.linha transmissao.principal._id	030503ba08fdf	030503ba08fdf
licenca.linha transmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
licenca.linha transmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	21010	21010
licenca.linha transmissao.principal.IdtEstacao	44638	44638
licenca.linha transmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P	P
licenca.linha transmissao.principal.MedComprimento	120.00	120.00



licenca.linhatransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	LCF158-50JA	LCF158-50JA
licenca.linhatransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00	50.00
licenca.linhatransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissao dB100m	.70	.70
licenca.linhatransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RFS - KMP Pirelli	RFS - KMP Pirelli
licenca.antena.principal._id	030503ba03a0b	030503ba03a0b
licenca.antena.principal.tname	antena_rd	antena_rd
licenca.antena.principal.IdtEstacao	44638	44638
licenca.antena.principal.IndTipoAntena	P	P
licenca.antena.principal.IdtFabricanteAntena	158	158
licenca.antena.principal.DesModelo	AKG 77-6 ELTO	AKG 77-6 ELTO
licenca.antena.principal.DesDescricao	OMNIDIRECIONAL COM 6 ELEMENTOS	OMNIDIRECIONAL COM 6 ELEMENTOS
licenca.antena.principal.MedGMaxdBd	3.60	3.60
licenca.antena.principal.MedHCI	91	91
licenca.antena.principal.IndPolariz	Circular	Circular
licenca.antena.principal.MedOrientNV	15	15
licenca.antena.principal.MedBeamTilt	.00	.00
licenca.antena.principal.DataInclusao	2004-12-21 08:02:05.190	2004-12-21 08:02:05.190
licenca.antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\donizetti	ANATEL\donizetti
licenca.antena.principal.DataAlteracao	2016-08-24 11:44:25.270	2016-08-24 11:44:25.270
licenca.antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\celiovasco	ANATEL\celiovasco
licenca.antena.principal.idtAntena	5218	5218
licenca.antena.principal.NomeFabricanteAntena	DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI	DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI
licenca.erp		
licenca.NumServico	230	230
licenca.srd_planobasico._id	030503b61ba7b	030503b61ba7b
licenca.srd_planobasico.IdtPlanoBasico	29330	29330
licenca.srd_planobasico.NumServico	230	230
licenca.srd_planobasico.SiglaUF	PR	PR
licenca.srd_planobasico.CodMunicipio	4101507	4101507
licenca.srd_planobasico.IdtCanalizacao	3210	3210
licenca.srd_planobasico.IndEducativo	0	0
licenca.srd_planobasico.IdtHabilitacao	383710	383710
licenca.srd_planobasico.MedLatitude	23S221200	23S221200
licenca.srd_planobasico.MedLongitude	51W242400	51W242400
licenca.srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-23.3700000000000000	-23.3700000000000000
licenca.srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-51.4066666666666666	-51.4066666666666666
licenca.srd_planobasico.IndCoordPrefixada	0	0
licenca.srd_planobasico.IndFase	1	1
licenca.srd_planobasico.TxtObservacao	(ZC)	(ZC)
licenca.srd_planobasico.DescHistorico	SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..
licenca.srd_planobasico.IndAtivo	1	1
licenca.srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-13 02:44:34.840	2003-12-13 02:44:34.840
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima	ANATEL\marcelalima
licenca.srd_planobasico.DataAlteracao	2005-09-09 09:04:16.017	2005-09-09 09:04:16.017
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\FRANCISCOL	ANATEL\FRANCISCOL
licenca.srd_planobasico.tpDesignacao	0	0
licenca.srd_planobasico.IndCarater	P	P



licenca.srd_planobasico.MedErpMax	15	15
licenca.frequency	89.5	89.5
licenca.stnClass	A3	A3
licenca.tower_base_quota	781.00	0
tower_base_quota	781.00	0
processo.ato	53500.045435/2017-65	
atorf	1	
observacao_mc	SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	
documento.4.DataDOU		2010-09-20 00:00:00.000
solicitacao.atorf		58a1a086982ff

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> CBN LONDRINA	
<b>Telefone:</b> (43) 3275-0700	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 02.281.983/0001-07	<b>Número do Fistel:</b> 50011592451
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 21/01/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> - 1º ANDAR - ED. CENTER PARK	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> 1º ANDAR	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357,	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Latitude:</b> -23.37	<b>Longitude:</b> -51.40667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 208	<b>Frequência:</b> 89.5 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 323691234	<b>Número Indicativo:</b> ZYM283

<b>Data Último Licenciamento:</b> 24/08/2016	<b>Número da Licença:</b> 000016/2016-PR
--	--

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> -23.37	<b>Longitude:</b> -51.407	<b>Cota da base:</b> 781.00 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 020940802009	<b>Modelo:</b> I MASTER FMD 10000
<b>Fabricante:</b> Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	<b>Potência de Operação:</b> 4.200 kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b> LCF158-50JA	<b>Fabricante:</b> RFS - KMP Pirelli		
<b>Comprimento da Linha:</b> 120.00 m	<b>Atenuação:</b> .70 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50.00 ohms

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> AKG 77-6 ELTO			<b>Fabricante:</b> DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI		
<b>Ganho:</b> 3.60 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> .00 °	<b>Orientação NV:</b> 15 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 91 m	<b>ERP Máximo:</b> 6.59 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0.09	50°: 0.22	60°: 0.35	70°: 0.47	80°: 0.59	90°: 0.72	100°: 0.88	110°: 1.04
120°: 1.21	130°: 1.39	140°: 1.57	150°: 1.72	160°: 1.83	170°: 1.89	180°: 1.94	190°: 1.96	200°: 1.96	210°: 1.94	220°: 1.89	230°: 1.81
240°: 1.72	250°: 1.64	260°: 1.55	270°: 1.41	280°: 1.2	290°: 0.94	300°: 0.72	310°: 0.58	320°: 0.46	330°: 0.35	340°: 0.22	350°: 0.09

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>		
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máximo:</b> 6.59 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	635	Portaria	MC	24/10/2001	30/10/2001	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	559	Decreto Legislativo	CN	20/08/2003	21/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	43303	Ato	ER	23/03/2004	05/04/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535160072652004	48653	Ato	ER03	21/12/2004	22/12/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	253	Portaria	MC	08/10/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico



9999	361	Despacho	MC	27/07/2010		Advertência	Jurídico
9999	38	Despacho	ER03	05/08/2016		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.045435/2017-65	857	Ato	ORLE	13/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

## Horário de funcionamento



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

**CNPJ:** 02281983000107

**Presidente:**

**Endereço:** RUA FLAMINGOS - CENTRO

**E-mail:**

**Capital Social:** 150.000,00

**Reserva de Capital:**

**Total:** 150.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
106.425.109-97	WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	225	112.500,00
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	75	37.500,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**CNPJ:** 02.281.983/0001-07

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:14 do dia 12/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM****UF: PR****Município: Arapongas**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FM CIDADE DOS PASSARINHOS LTDA	Arapongas	11/12/1995	11/12/2005
FUNDACAO CULTURAL NORTE-PARANAENSE	Arapongas	03/06/2002	03/06/2012
WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	Arapongas	21/01/2004	21/01/2014

**Usuário: - Data: 12/07/2018 Hora: 10:41:14****Registro 1 até 3 de 3 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)



**Zimbira****marluce.oliveira@mctic.gov.br**


---

**Re: Despacho**

---

**De :** cgfi@mctic.gov.br

Qui, 05 de jul de 2018 16:30

**Assunto :** Re: Despacho 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas/PR, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" &lt;coror@mctic.gov.br&gt;

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Quinta-feira, 5 de julho de 2018 11:53:32

Assunto: Despacho

Processo nº 53000.009433/2013-10

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811

---



**Relatório do Canal - ARAPONGAS.pdf**

101 KB

---

**Data de Envio:**

05/07/2018 14:30:50

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

marketing@nativanorte.com.br  
financeiro@nativanorte.com.br  
jean@nativanorte.com.br  
adm@dbssystem.com.br  
robinson@dbssystem.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53000.009433/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3125497.html  
Nota\_Tecnica\_3125489.html  
Anexo\_3125500\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_\_1\_\_1\_\_LIDIANE\_\_\_\_1.pdf

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	( ) Radiodifusão sonora	( ) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Período da renovação:</i>			
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

---

Assinatura do representante legal



ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

*RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 26619/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ Nº 02.281.983/0001-07)

Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar - Bairro Centro

86.701-390 Arapongas/PR

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 15349/2018/SEI-MCTIC e do evento SEI nº 3125500, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 05/07/2018, às 14:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3125497** e o código CRC **9BEC9755**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 26619/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 3125497

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.009433/2013-10		
<b>Entidade:</b> WRT Organização de Radiodifusão Ltda.	<b>CNPJ:</b> 02.281 983/0001-07	
<b>Executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens</b>	<b>Localidade:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período(s):</b> 21/1/2014 a 21/1/2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>1.1.1.</b> Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	1 (0429912) <b>Adaptar o requerimento ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)</b>
<b>1.1.2.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	4 (0429912) <b>Adaptar ao modelo disponibilizado pelo site do MCTIC – art. 113 do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017)</b>
<b>1.1.3.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	
<b>1.1.4.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	
<b>1.1.5.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	
<b>1.1.6.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	
<b>1.1.7.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	

1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4;1;7 a ;4 a 7 (0429912); 53900.041879/2016-38 (1227548); (0674080); (3125442)
---	----	---

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	<b>Contrato Social</b> –25 a 28; 2 a 5 (0429912);(3125414); <b>Alterações Contratuais</b> – Primeira- 29 a 32;6 a 9 Segunda- 33 a 35;10 a 12 (0429912);(3125414)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	1 (1227541); (3125414)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	1 (1227543)
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	1 (3125409)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal –22; Estadual –23; Municipal – 24 (0429912)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	1;2 (0674080); (3125442)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	21 (0429912)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1;2 53900.041879/2016-38 (1227542); (3125409)

REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	40 a 44 (0429912)
-------------------------	---	----	----------------------

**Observações:**

1. Ressalte-se, que outrora foram adotados os novos procedimentos e critérios para as renovações das concessões/permissões dos serviços de radiodifusão, com fulcro no Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU.
2. Foram acostados ao presente processo, os documentos digitalizados que foram apresentados nos autos do Processo nº 53900.042622/2015-12 - Despacho Interno COROR (evento SEI nº 0677288), referente à 2ª Alteração Contratual, realizada em 1º/7/2008, registrada na JUCEPAR – Agência Regional de Arapongas, sob o nº 20084276690, de 14/10/2008, em que se altera a cláusula 20 do Contrato Social da Entidade (Protocolo nº 53900.008764/2016-31 (evento SEI nº 09657736).
3. Atualmente em razão das novas orientações contidas na legislação atinente à espécie, a Entidade deverá ser instada com o fito de complementar a documentação necessária à instrução processual, em obediência aos termos da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 (D.O.U.: 29/3/2017) e Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 (D.O.U.: 23/8/2017), antes da tomada da decisão final pela autoridade competente.

**CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Sônia Valesca Menezes Monteiro CARGO: Advogado	05/07/2018



**NOTA TÉCNICA Nº 15349/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.009433/2013-10

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas, estado do Paraná, referente ao seguinte período: 21/1/2014 a 21/1/2024.

---

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 3125481):

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que (conforme requerimento padrão anexo);

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. **Ressalta-se que é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.**

4.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

4.3. alterações contratuais havidas após a 2ª alteração, **se for o caso**, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão;

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura, **ASSINADO PELO CONTADOR (A) E PELO ADMINISTRADOR DA ENTIDADE, nos termos do § 2º do art. 1.184, do Código Civil.**

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 05/07/2018, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 05/07/2018, às 14:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3125489** e o código CRC **03492A1D**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3125489

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº** 53000.009433/2013-10

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às páginas 40 a 44 do evento SEI nº 0429912, pela WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO\_REG\_RJ, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 05/07/2018, às 11:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3127236** e o código CRC **DABD5DD6**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3127236

**Data de Envio:**

05/07/2018 11:53:32

**De:**

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfi@mctic.gov.br

**Assunto:**

Despacho

**Mensagem:**

Processo nº 53000.009433/2013-10

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA

**CNPJ:** 02281983000107**Presidente:****Endereço:** RUA FLAMINGOS - CENTRO**E-mail:****Capital Social:** 150.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 150.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
106.425.109-97	WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	225	112.500,00
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	75	37.500,00

### Conselho

### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
979.783.029-20	MARCELO RICARDO FERREIRA	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA**

**CNPJ:**           **02.281.983/0001-07**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:55:30 do dia 05/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.281.983/0001-07

WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	<u>979.783.029-20</u>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	<u>106.425.109-97</u>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<u>02.281.983/0001-07</u>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data: **05/07/2018**Hora: **07:56:28**



**BOM DIA**  
Sonia Valesca Menezes Monteiro

Sistemas  
Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 979.783.029-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	<a href="#">979.783.029-20</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 05/07/2018

**Hora:** 07:56:46



BOM DIA  
Sonia Valesca Menezes MonteiroSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 979.783.029-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	<a href="#">979.783.029-20</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data: **05/07/2018**Hora: **07:56:46**

BOM DIA  
Sonia Valesca Menezes MonteiroSistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 106.425.109-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	<a href="#">106.425.109-97</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**Data: **05/07/2018**Hora: **07:57:24**

**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro****Sistemas**  
**Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

**UF: PR****Município: Arapongas**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FM CIDADE DOS PASSARINHOS LTDA	Arapongas	11/12/1995	11/12/2005
FUNDACAO CULTURAL NORTE-PARANAENSE	Arapongas	03/06/2002	03/06/2012
WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	Arapongas	21/01/2004	21/01/2014

**Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro****Data: 05/07/2018****Hora: 07:59:53****Registro 1 até 3 de 3 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> CBN LONDRINA	
<b>Telefone:</b> (43) 3275-0700	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 02.281.983/0001-07	<b>Número do Fistel:</b> 50011592451
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 21/01/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> - 1º ANDAR - ED. CENTER PARK	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> 1º ANDAR	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357,	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Latitude:</b> -23.37	<b>Longitude:</b> -51.40667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 208	<b>Frequência:</b> 89.5 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 323691234	<b>Número Indicativo:</b> ZYM283

Data Último Licenciamento: 24/08/2016 Número da Licença: 000016/2016-PR

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -23.37	Longitude: -51.407	Cota da base: 781.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 020940802009	Modelo: I MASTER FMD 10000
Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	Potência de Operação: 4.200 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RFS - KMP Pirelli		
Comprimento da Linha: 120.00 m	Atenuação: .70 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: AKG 77-6 ELTO			Fabricante: DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI		
Ganho: 3.60 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 15 °	Polarização: Circular	HCI: 91 m	ERP Máximo: 6.59 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0.09	50°: 0.22	60°: 0.35	70°: 0.47	80°: 0.59	90°: 0.72	100°: 0.88	110°: 1.04
120°: 1.21	130°: 1.39	140°: 1.57	150°: 1.72	160°: 1.83	170°: 1.89	180°: 1.94	190°: 1.96	200°: 1.96	210°: 1.94	220°: 1.89	230°: 1.81
240°: 1.72	250°: 1.64	260°: 1.55	270°: 1.41	280°: 1.2	290°: 0.94	300°: 0.72	310°: 0.58	320°: 0.46	330°: 0.35	340°: 0.22	350°: 0.09

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 6.59 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	635	Portaria	MC	24/10/2001	30/10/2001	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	559	Decreto Legislativo	CN	20/08/2003	21/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	43303	Ato	ER	23/03/2004	05/04/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535160072652004	48653	Ato	ER03	21/12/2004	22/12/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	253	Portaria	MC	08/10/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico



9999	361	Despacho	MC	27/07/2010		Advertência	Jurídico
9999	38	Despacho	ER03	05/08/2016		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.045435/2017-65	857	Ato	ORLE	13/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento
--------------------------

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE** : WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.  
**CNPJ** : 02.281.983/0001-07.  
**ENDEREÇO** : Rua Flamingos, nº 357 – 1º Andar – Ed. Center Park – Centro – Arapongas / PR.  
**CEP** : 86.701-390.

**QUADRO DIRETIVO**

NOME	CARGO	NOTA TÉCNICA SEI-MCTIC	
		Nº	DATA
MARCELO RICARDO FERREIRA 979.783.029-20	ADMINISTRADOR	13340	12/ 06/ 2018

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 01250.037341/2017-16			

SECIR/nsa.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

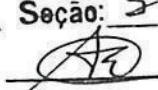
**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE : WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.**  
**CNPJ : 02.281.983/0001-07.**

**QUADRO SOCIETÁRIO**

2ª Alteração Contratual, de 01 de julho de 2008. Registrado na JUCEPAR sob nº 20084276690, em 14/ 10/ 2008.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
WALDYR ORTÊNCIO PUGLIESI 106.425.109-97	225			112.500,00
MARCELO RICARDO FERREIRA 979.783.029-20	75			37.500,00
TOTAL	300			150.000,00
Processo nº 01250.037341/2017-16				

SECIR/nsa.

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	21/10/104
Página:	40 Seção: 3
ANOTADO POR: 	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E WRT –  
ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.  
PARA, EXPLORAR O SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA  
MODULADA, NA LOCALIDADE DE  
ARAPONGAS, ESTADO DO PARANÁ.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a WRT – ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA., CGC 02.281.983/0001-07, representada por seu Procurador, Marcelo Ricardo Ferreira, RG 6.305.818-1 – SSP/PR, CPF 979.783.029-20, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 20 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas, Estado do Paraná, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à WRT – Organização de Radiodifusão Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Arapongas, Estado do Paraná, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 149/97-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;





- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;





- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária recolheu o valor de R\$139.485,00 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

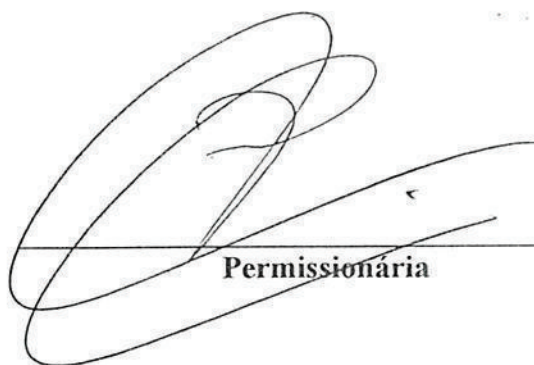
**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

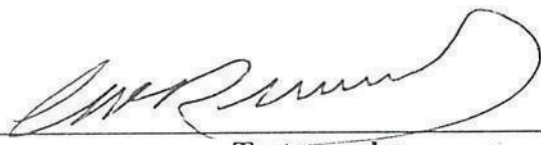
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 558, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SANTANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roseira, Estado de São Paulo.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 676, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Santana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roseira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 559, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à WRT - ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à WRT - Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: [in@in.gov.br](mailto:in@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP: 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 560, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CORUIPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 783, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Coruripe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 561, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA BOA VISTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 782, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 562, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE AREAL FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areal, Estado do Rio de Janeiro.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Areal FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areal, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 563, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 564, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SUPERINTENDÊNCIA DE RADIODIFUSÃO por intermédio da Rádio Tabajara para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 7, de 19 de setembro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 19 de fevereiro de 1996, a concessão outorgada ao Governo do Estado da Paraíba - Superintendência de Radiodifusão por intermédio da Rádio Tabajara para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 565, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CAMETÁ - ASFIAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Cametá - ASFIAC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 566, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 7, de 26 de março de 2001, que outorga concessão ao Sistema Nativa de Comunicações Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

FM - Arapongas - canal 216  
FM - Cambé -


02.281.983/0001-07

Rua Flamingos, 357 - 1º andar -  
Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.701-390



canal 216

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 30/10/01	
Página: 135	Seção: 1
ANOTADO POR: 	

PORTARIA Nº 635 , DE 24 DE outubro DE 2001.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000209/98, Concorrência nº 149/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à WRT – Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PIMENTA DA VEIGA**





SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 001

Certificamos que:

nome empresarial: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFISAO LTDA

NIRE: 41 2 0364542 5

CNPJ: 02.281.983/0001-07

Arquivamentos Posteriores

evento	número	data	descrição
B02	41203645425	27/11/1997	REGISTRO/CONSTITUICAO
021	20023458801	27/12/2002	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
021	20041422589	27/04/2004	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
023	41900844781	27/04/2004	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
051	20041422589	27/04/2004	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
985	20081698402	30/04/2008	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
021	20084276690	14/10/2008	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20084276690	14/10/2008	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

CURITIBA - PR, 02 de fevereiro de 2016

LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL



16/129618-1

JUNTA COMERCIAL DO  
PARANÁ



WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI, brasileiro, maior, casado, dentista, residente e domiciliado em Arapongas - PR, à Rua Flamingos nº 828, portador da Carteira de Identidade RG nº 594.712-0 SSP IPR e CPF nº 106.425.109-97, e MARCELO RICARDO FERREIRA, brasileiro, maior, solteiro, autônomo, residente e domiciliado em Arapongas - PR, à Rua Garças nº 625, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.305.818-1 SSP IPR e CPF nº 979.783.029-20, resolvem por esse instrumento particular de contrato, constituir uma Sociedade Mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: Lei nr. 3708 de 10 de janeiro de 1919; Lei nr. 2597 de 12 de setembro de 1955 e Decreto nr. 39605-B de 16 de julho de 1956, e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade girará sob o nome comercial de "WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.", tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - PR, à Rua Flamingos nº 357, 1º andar, Edifício Center Park, Centro, CEP 86701-390.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regeadora da matéria.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de Deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional.

**CLÁUSULA QUARTA** - O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 300 (trezentas) quotas no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Valor (R\$)	Quotas	%
Waldyr Ortencio Pugliesi	112.500,00	225	75
Marcelo Ricardo Ferreira	37.500,00	75	25
	150.000,00	300	100

**Parágrafo Primeiro** - Cada sócio integraliza, neste ato, 60% (sessenta por cento) de suas quotas em boa moeda corrente do país, e o saldo será integralizado, também em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

**Parágrafo Segundo** - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

**CLÁUSULA QUINTA** - As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

*Luiz Antônio Sartorio*  
ADVOGADO  
OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91

1º. Serviço Notarial - Grassano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

**CLÁUSULA SEXTA** - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA OITAVA** - Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA NONA** - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A responsabilidade dos sócios será limitada à importância do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuírem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** - Pelos serviços que prestarem à sociedade, perceberão os sócios, a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** - Fica investido na função de sócio-gerente da sociedade, o sócio WALDYR ORTENCIO PUGLIESI, para a qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 da Lei nr. 3708 de 10 de janeiro de 1919.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** - O sócio-gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

*Luiz Antonio Sartorio*  
ADVOGADO  
OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91

1º. Serviço Notarial - Grassano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA** - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA** - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA** - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

**Parágrafo Primeiro** - Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

**Parágrafo Segundo** - Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômico-financeira da sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Mediante acordo com os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Os sócios declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA** - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA** - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA** - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA** - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias

  
Luiz Antônio Sartorio  
ADVOGADO  
OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-01

1º Serviço Notarial - Grassano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL


de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a  
cumpri-lo em todos os seus termos.

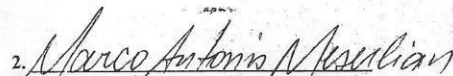
Arapongas - PR, 21 de novembro de 1997.

  
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI

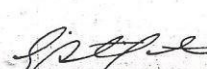
  
MARCELO RICARDO FERREIRA


Testemunhas:

1.   
RUBENS DE OLIVEIRA  
RG. 13627359-SP

2.   
MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG. 3826313-7 PR

Visto do Advogado:

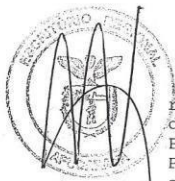
  
Luiz Antonio Sartorio  
ADVOGADO  
OAB 10220 PR. CPF: 199.942.499-91

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/11/97 SOB O NÚMERO: 41203645425 Protocolo: 972525408	 SIDMAR ANTONIO CAVET SECRETÁRIO GERAL
---	--	---

Tr. Serviço Notarial - Graciliano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIORE



**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**  
**1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07**

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens anterior à vigência da Lei n.º 6515, dentista, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 828 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil n.º RG 594.712-0-SSP/PR., e, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 106.425.109-97, e, MARCELO RICARDO FERREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário do comércio, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 500 - Apto., 702 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil n.º RG 6.305.818-1-SSP/PR., e, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 979.783.029-20, únicos sócios componentes da sociedade empresarial que gira sob o nome comercial de: " WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA ", com sede na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com seu ato constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o n.º 41203645425 em 27/11/1997, por este instrumento decidiram por unanimidade e na melhor forma de direito, alterar seu Contrato Social, em obediência ao Código Civil, trazido pela Lei n.º 10.406/2002, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Cambé - Paraná, à Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra n.º 5, do Lote n.º 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060, para a qual fica destacado do Capital Social a importância de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), constituindo o Capital Social da filial, para efeitos fiscais.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O ramo de atividade da filial é de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regeadora da matéria.

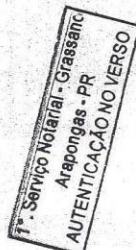
**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em consonância com o que determina o Artigo 2.031 da Lei 10.406/2002, os Sócios WALDYR ORTENCIO PUGLIESI e MARCELO RICARDO FERREIRA, resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no Contrato Social primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA**

A sociedade gira sob o nome empresarial de: " WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA ", tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com estabelecimento único, podendo entretanto, abrir, manter e fechar





WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07

Fl.02

filiais, depósitos, representações ou qualquer outro tipo de estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade iniciou suas atividades em 21 de Novembro de 1997, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica criada uma filial da sociedade na cidade de Cambé - Paraná, à Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra n.º 5, do Lote n.º 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060, para a qual fica destacado do Capital Social a importância de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), constituindo o Capital Social da filial, para efeitos fiscais.

CLÁUSULA OITAVA

O ramo de atividade da filial é de: exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA NONA

O Capital Social é de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinqüenta Mil Reais), dividido em 300 (Trezentas) cotas de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas no Capital Social e, assim distribuída para os Sócios:

SÓCIOS	COTAS	CAPITAL R\$	%
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI	225	R\$ 112.500,00	75
MARCELO RICARDO FERREIRA	75	R\$ 37.500,00	25
TOTAL	300	R\$ 150.000,00	100

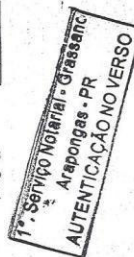
CLÁUSULA DÉCIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o Artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As Cotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e

Fl.03





WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07

Fl.03

preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O sócio que desejar transferir suas cotas deverá notificar por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de Sessenta (60) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo, sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A Administração da sociedade, caberá ao Sócio **MARCELO RICARDO FERREIRA**, ao qual compete privativa e individualmente, o uso do nome empresarial e, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade sendo-lhe entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em negócios ou operações estranhas ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou caução de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Pelo serviço que prestar a sociedade, perceberá o Administrador **MARCELO RICARDO FERREIRA** a título de remuneração Pró-Labore, a quantia mensal fixada de comum acordo, até o Limite de Dedução Fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a débito da conta RETIRADA DE PRÓ-LABORE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A sociedade, por seu Sócio e seu Administrador, obriga-se a cumprir rigorosamente todas as Leis, Regulamentos e as Instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes a Radiodifusão e a Segurança Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

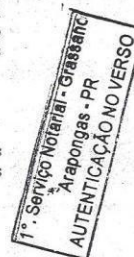
Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o Administrador prestará contas justificadas de sua Administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado



WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ (MF) 02.281.983/0001-07

Fl.04

com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando será apurado, o inventário físico e, financeiro dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras, os resultados poderão ser atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas cotas de capital, podendo os lucros, a critério dos sócios serem distribuídos ou ficarem em reservas na sociedade, se apurado prejuízo serão eles de igual modo suportados pelos sócios, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Declara o Sócio WALDYR ORTENCIO PUGLIESI e o Administrador MARCELO RICARDO FERREIRA, não estarem impedidos, nos termos da lei, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em quatro (4) vias, de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Arapongas-Pr., 05 de Abril de 2.004.

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI

MARCELO RICARDO FERREIRA

TESTEMUNHAS:

RUBENS DE OLIVEIRA  
RG: 1.362.735-9-SSP/SP

MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG: 3.826.313-7-SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 27/04/2004  
SOB NÚMERO: 20041422589  
Protocolo: 04/142258-9

Empresa: 41 2 0364542 5  
WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO  
LTDA

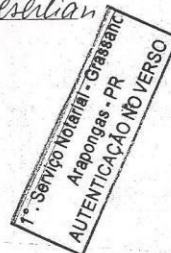
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
ESCRITÓRIO REGIONAL DE APUCARANA  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 27/04/2004  
SOB NÚMERO: 41900844781  
Protocolo: 04/142258-9

Empresa: 41 2 0364542 5  
WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO  
LTDA

MARIA THEREZA LOPES SALOMAO

Marco Antonio Meserlian da Costa  
RG 4.235.294-2-PR  
DELEGADO





JUNTA COMERCIAL  
DO PARANÁ



## WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ: 02.281.983/0001-07.

### 2ª Alteração Contratual.

#### DOS SÓCIOS

**WALDYR ORTENCIO PUGLIESI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens anterior a vigência da Lei n.º 6515, dentista, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 828 - Centro - CEP 86.701-390, Portador da Cédula de Identidade Civil RG n.º 594.712-0-SSP/PR, e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 106.425.109-97; e

**MARCELO RICARDO FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário do comércio, residente e domiciliado na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Drongo, n.º 1.843 - Centro - CEP 86.708-300, Portador da Cédula de Identidade Civil RG n.º 6.305.818-1-SSP/PR, e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF n.º 979.783.029-20.

As partes acima qualificadas são os únicos sócios componentes da sociedade empresária que gira sob nome empresarial de: **"WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA."**, com sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o **NIRE n.º 41203645425** em 27/11/1997, e última alteração contratual arquivada sob n.º 20041422589 em 27/04/2004, por este instrumento decidiram por unanimidade e na melhor forma de direito alterar seu Contrato Social, em obediência ao Código Civil trazido pela Lei n.º 10.406/2002, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas:

#### DAS ALTERAÇÕES

##### Da Distribuição de Lucros

**Cláusula 1ª.** Fica estipulado que os Lucros apurados em Balancetes mensais serão distribuídos proporcionalmente aos sócios, em datas previamente escolhidas de comum acordo, mediante emissão de recibo para essa finalidade.

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**Cláusula 2ª.** Em consonância com o que determina o Artigo 2.031 da Lei 10.406/2002, os Sócios, **WALDYR ORTENCIO PUGLIESI** e **MARCELO RICARDO FERREIRA**, resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social, tornando sem efeito as cláusulas e condições contidas no Contrato Social primitivo, a partir desta data, já que adequado às disposições da Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passando a vigorar com a seguinte redação:

#### DA EMPRESA

**Cláusula 3ª.** A sociedade gira sob o nome empresarial de: **"WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA."**, tendo sua sede e foro na cidade de Arapongas - Paraná, à Rua Flamingos, n.º 357 - 1º Andar - Edifício Center Park - Centro - CEP 86.701-390.

#### DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

**Cláusula 4ª.** A sociedade iniciou suas atividades em 21 de Novembro de 1.997, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

#### DO RAMO DE ATIVIDADE

**Cláusula 5ª.** A sociedade tem por objeto a exploração no ramo de: **"exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria"**.

#### DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula 6ª.** O Capital Social é de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) divididos em 300 (Trezentas) Cotas de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) cada uma, inteiramente subscritas e integralizadas no Capital Social e assim distribuída para os Sócios:

1º. Serviço Notarial - Grassano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Fl. 1 de 3





## WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ: 02.281.983/0001-07

### 2ª Alteração Contratual.

Sócios	Quotas	Capital R\$	%
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI	225	R\$ 112.500,00	75
MARCELO RICARDO FERREIRA	75	R\$ 37.500,00	25
<b>TOTAL</b>	<b>150.000</b>	<b>R\$ 150.000,00</b>	<b>100</b>

**Cláusula 7ª.** A sociedade possui uma Filial na cidade de Cambé - Paraná, à Rua Nevada - Esquina com Rua Novo México, na Quadra nº. 5, do Lote nº. 1 - Jardim Golden Park 2 - CEP 86.186-060, para a qual, está destacado a importância de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), constituindo o Capital Social da Filial, para efeitos fiscais e legais, tendo por objeto a exploração no ramo de: "exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propagandas, comerciais e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria".

**Cláusula 8ª.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, conforme dispõe o Artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

**Cláusula 9ª.** As Cotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula 10ª.** O sócio que desejar transferir suas cotas deverá notificar, por escrito a sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido este prazo, sem que seja exercido o direito de preferência, as cotas poderão ser oferecidas a terceiros estranhos à sociedade.

#### DA ADMINISTRAÇÃO

**Cláusula 11ª.** A Administração da sociedade caberá ao Sócio **MARCELO RICARDO FERREIRA**, ao qual compete privativa e individualmente o uso do nome empresarial, e a representação ativa e passiva da sociedade, no âmbito judicial e extrajudicial, sendo-lhes vedado, entretanto, o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em negócios ou operações estranhas ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou caução de favor.

#### DA RETIRADA PRO-LABORE

**Cláusula 12ª.** Pelos serviços que prestar à sociedade, perceberá o Sócio Administrador, **MARCELO RICARDO FERREIRA**, a título de remuneração **Pro-Labore**, a quantia mensal fixada de comum acordo até o Limite da Dedução Fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a débito da conta **RETIRADA DE PRO-LABORE**.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula 13ª.** A sociedade, por seu Sócio e seu Administrador, obriga-se a cumprir rigorosamente todas as Leis, Regulamentos e as Instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes a Radiodifusão e a Segurança Nacional.

**Cláusula 14ª.** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir, manter e fechar filiais, depósitos, representações ou qualquer outro tipo de estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual com assinatura de todos os sócios.

**Cláusula 15ª.** Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o Sócio Administrador **MARCELO RICARDO FERREIRA**, prestará contas justificadas de sua Administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

**Cláusula 16ª.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as

1º. Serviço Notarial - Grassano  
Arapongas - PR  
AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Fl. 2 de 3

## WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ: 02.281.983/0001-07.

### 2ª Alteração Contratual.

contas e designarão administradores quando for o caso.

**Cláusula 17ª.** Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, na data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Cláusula 18ª.** O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando será apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras. Os resultados poderão ser atribuídos aos sócios proporcionalmente a suas cotas de capital, podendo os lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reservas na sociedade. Se apurado prejuízo serão eles de igual modo suportados pelos sócios, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e a Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

**Cláusula 19ª.** Declara o Sócio WALDYR ORTENCIO PUGLIESI e o Sócio-Administrador MARCELO RICARDO FERREIRA, não estarem impedidos de exercerem a administração da sociedade, nos termos da lei, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

#### DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

**Cláusula 20ª.** Fica estipulado que os Lucros apurados em Balancetes mensais serão distribuídos proporcionalmente aos sócios, em datas previamente escolhidas de comum acordo, mediante emissão de recibo para essa finalidade.

#### DO FORO

**Cláusula 21ª.** Fica eleito o foro da cidade de **Arapongas - Paraná**, para qualquer ação fundada neste contrato.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos, na presença de testemunhas.

Arapongas/PR, 01 de Julho de 2008.

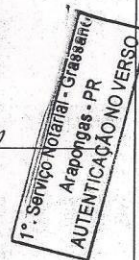
WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Sócio

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Sócio-Administrador

Testemunhas:

RUBENS DE OLIVEIRA  
RG: 1.362.735-9-SSP/PR

MARCO ANTONIO MESERLIAN  
RG: 3.826.313-7-SSP/PR





Arapongas 27 julho 2018

Da: WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Para: Secretaria de Radiodifusão

Coordenadora do Grupo de Trabalho no Estado do Rio de Janeiro

Assunto: Processo de Renovação de Outorga ( complementar)

Referência: Processo 53000 - 009433/2013 10

Ofício 27809/2018/SEI MCTIC

Nota Técnica 15966/2018/SEI MCTIC

Prezado Senhor

Quanto ao processo acima, atendendo vossa exigência anexamos:

- Novo laudo de vistoria uma vez que desde 2013 a radio foi licenciada em novo local, por isso o laudo de vistoria apresentava divergências.
- Anexo novas declarações conforme vossa exigência.
- Anexo o ato do poder concedente que aprovou nossas instalações (ofício e ato da Anatel). Anexamos também documento da Anatel que informa que a licença não foi ainda emitida pois este Ministério ainda não disponibilizou o APL de nossa emissora. Então solicitamos a especial fineza desta administração de providenciar a documentação mencionada pela Anatel no ofício 5212 anexo de modo que sejamos licenciados. Informamos que a taxa devida por tal licenciamento já foi quitada e estamos (segundo a Anatel) apenas no aguardo das providencias do MCTIC.

Desse modo, solicitamos que o processo de renovação tenha sequencia

Nestes Termos

Pede Deferimento

Marcelo Ricardo Ferreira

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Correspondência

Rua Bruno Filgueira 1688

80 730-380 Curitiba Pr



Avenida Vicente Machado, nº 720 - Bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80420-011  
Telefone: (41) 3219-7000 - <http://www.anatel.gov.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53516.002809/2016-06.  
Importante: O Acesso Externo do SEI ([www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno](http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno)) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: [www.anatel.gov.br/seipesquisa](http://www.anatel.gov.br/seipesquisa)

Ofício nº 5212/2017/SEI/GR03OR/GR03/SFI-ANATEL

À

WRT - ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA.

A/C Sr. Marcelo Ricardo Ferreira

Rua Surucuá Pequeno, SN - Distrito Industrial

CEP 86704-500 - Arapongas/PR

Assunto: **Aprovação de Locais e Equipamentos no sistema SCR da plataforma Mosaico.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53516.002809/2016-06.

Prezado(a) senhor(a),

1. Em cumprimento ao disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica n.º 02/2012 celebrado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério das Comunicações, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 18/08/2014, encontra-se nesta Agência o Processo nº 53516.002809/2016-06, por meio do qual Vossa Senhoria solicita providências sobre o cadastro da Portaria de Aprovação de Locais e Equipamentos da estação transmissora dessa entidade, referente ao **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM)** na localidade de **Arapongas/PR**, canal 208, com FISTEL nº 50011592451.
2. Verificamos que o atual estado (*Status*) dessa estação no sistema SCR é "(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação (APL)", ou seja há necessidade do cadastro das informações sobre a emissão do documento de **Aprovação de Locais e Equipamentos** no sistema SCR da plataforma Mosaico. Esta atividade é de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC (antigo Ministério das Comunicações).
3. Considerando que os dados do atual sistema Mosaico foram migrados do antigo sistema SRD e, em ambos os cadastros, não existe o lançamento das informações da Aprovação de Locais e Equipamentos pelo Ministério, na época em que a Portaria de Aprovação de Locais e Equipamentos foi emitida.
4. Assim enviamos para o MCTIC, o Ofício nº 5205/2017/SEI/GR03OR/GR03/SFI-ANATEL, de 06/9/2017, cópia anexa, solicitando que estes dados sejam incluídos no cadastro da estação no sistema Mosaico. Informamos que a Anatel não possui estes dados.
5. Informamos também que este processo está sobrestado até a regularização cadastral desta estação no sistema Mosaico pelo MCTIC. Sugerimos que V. Sa. também acompanhe se

o status desta estação no sistema Mosaico foi alterado, conforme orientações do item 7.

6. Recomendamos, fortemente, que a utilização do Acesso Externo do SEI ([www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno](http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno)) que possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício neste processo.

7. Para acessar o sistema SCR da plataforma MOSAICO no modo consulta de acesso público, acessar a página da Anatel na Internet em [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br), na barra lateral esquerda em 'Setor Regulado' clicar em 'Serviços de Radiodifusão'. Na próxima tela, no final da página, clicar na figura "Acesse a Consulta de Radiodifusão (OM / FM / TV / RTV / TVD / RTVD)", ou diretamente o link: <http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>. Utilize o ícone "Filtrar" para fazer a seleção de sua estação, especialmente com o Fistel Informado.

8. Para obter informações sobre a situação ou andamento do processo, consultar no site da Anatel em [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br), 'Processo Eletrônico (SEI)'. Na nova página, clicar em 'Pesquisa Pública (SEI)'. Na nova página, digitar o nº do processo e o código de proteção e pesquisar. Clicar no ícone de visualizar árvore.

Anexo: cópia do Ofício nº 5205/2017/SEI/GR03OR/GR03/SFI-ANATEL: sei nº 1856233

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Lopes Corrêa da Costa**, Coordenador Regional de Processo, em 06/09/2017, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1860725** e o código CRC **AC71EBEF**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53516.002809/2016-06

SEI nº 1860725







Avenida Vicente Machado, nº 720 - Bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80420-011  
Telefone: (41) 3219-7000 e Fax: (41) 3219-7007 - <http://www.anatel.gov.br>

Ofício nº 5283/2016/SEI/GR03OR/GR03/SFI-ANATEL

À

WRT - ORGANIZAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO LTDA.

A/C Sr. Marcelo Ricardo Ferreira.

Rua Surucuá Pequeno, SN – Distrito Industrial

CEP 86704-500 – Arapongas/PR

Assunto: **Encaminha Despacho de Autorização para Alteração Técnica na Estação.**

Referência: *Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53516.002809/2016-06.*

Prezado(a) senhor(a),

1. Em cumprimento ao disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2012 celebrado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério das Comunicações, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 18/08/2014, encontra-se nesta Agência o Processo nº **53516.002809/2016-06**, referente ao **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM)**, na localidade de **Arapongas/PR** canal **208**. Assim comunicamos à Vossa Senhoria que foi expedido o Despacho Decisório nº 38/2016/SEI/GR03OR/GR03/SFI, de 05/8/2016 cópia anexa, de autorização para Alteração de Características Técnicas da estação transmissora dessa entidade, cujos parâmetros estão definidos na Descrição do Sistema anexa ao Despacho.
2. Reiteramos o prazo de 12 (doze) meses, devido ao enquadramento no Plano Básico de FM, para que a entidade providencie a efetivação do que foi autorizado e apresente o Formulário de Vistoria para Fins de Licenciamento, elaborado por profissional habilitado, devidamente preenchido e assinado, padronizado pelo Ministério das Comunicações, para possibilitar a emissão da licença da estação, acompanhado da documentação complementar, ou seja, requerimento solicitando licenciamento, assinado pelo representante legal, e da ART referente à vistoria.
3. Informamos que devido ao tipo da alteração de características técnicas, no ato da emissão da nova licença, haverá a geração da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI correspondente, que deverá ser quitada para possibilitar a impressão da nova licença atualizada.

**Anexos:**

Despacho Decisório: SEI nº 0714039

Descrição do Sistema, retirado do Sistema SRD: SEI nº 0714034

Atenciosamente, -



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Lopes Corrêa da Costa**, Coordenador Regional de Processo, em 08/08/2016, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 38/2016/SEI/GR03OR/GR03/SFI

Processo nº 53516.002809/2016-06

Interessado: WRT - Organização de Radiodifusão Ltda.

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, conforme delegação realizada por meio da Portaria n.º 448, de 4 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2013, examinando o pedido de alteração de características técnicas de estação, anexada ao processo nº 53516.002809/2016-06, formulado pela WRT - ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ/MF nº 02.281.983/0001-07, executante do SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM) na localidade de Arapongas/PR operando no canal 208, **DECIDE** aprovar o funcionamento com as características tais conforme cadastrado no Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD.

**INFORMA**, ainda, que para a efetivação do que foi autorizado é necessário apresentar Laudo de Vistoria das instalações da estação, elaborado por profissional habilitado, para fins de licenciamento.

Anexo: Descritivo de Sistema (SEI nº 0714034)



Documento assinado eletronicamente por Celso Francisco Zemann, Gerente Regional nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em 05/08/2016, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 0714039 e o código CRC 98FF8A28.

Referência: Processo nº 53516.002809/2016-06

SEI nº 0714039



## DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nome/Razão Social: WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	CNPJ: 02.281.983/0001-07
Nome Fantasia: TRIBUNA FM	Fistel: 50011592451
Serviço: RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM	UF: PR
Localidade: ARAPONGAS	Classe PB: A3
Canal PB: 208 (duzentos e oito) Canal OP: 208	Frequência PB: 89,5 MHz Frequência OP: 89,5 MHz
Num. Estação: 323691234	Indicativo: ZYM283
	Telefone (Sede): 32750700

## CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

<b>1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO</b> Logradouro: RUA SURUCUÁ PEQUENO Localidade: ARAPONGAS Latitude: 23° 22' 12" 00" S Longitude: 51° 24' 24" 00" W Número: SN Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL UF: PR Cota da Base da Torre: 781 metros																																											
<b>2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO</b>																																											
<b>2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL</b> Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda. Modelo: I MASTER FMD 10000 Código de homologação: 2094082009 Potência Operação: 4,2 kW	<b>2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR</b> Fabricante: Modelo: Código de homologação: Potência Operação: kW																																										
<b>2.3 - ANTENA PRINCIPAL</b> Fabricante: DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI Modelo: AKG 77-6 ELTO GMAX: 3,6 dBd Polarização: Circular HCI: 91 metros Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): 0° Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: 15° em relação ao norte verdadeiro Descrição da Antena: OMNIDIRECIONAL COM 6 ELEMENTOS	<b>2.4 - ANTENA AUXILIAR</b> Fabricante: *** Modelo: *** GMAX: *** Polarização: *** HCI: *** Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): *** Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: ***** Descrição da Antena: ***																																										
<b>2.5 - LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL</b> Fabricante: KMP - RFS Modelo: LCF158-50JA Comprimento: 120 m Impedância: 50 Ohms Atenuação: 0,7 dB/100m	<b>2.6 - LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR</b> Fabricante: *** Modelo: *** Comprimento: *** Impedância: *** Atenuação: ***																																										
<b>3 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th>AZIMUTE(graus)</th> <th>0</th> <th>30</th> <th>60</th> <th>90</th> <th>120</th> <th>150</th> <th>180</th> <th>210</th> <th>240</th> <th>270</th> <th>300</th> <th>330</th> <th>VM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>HSNMT(metros)</td> <td>177</td> <td>167</td> <td>201</td> <td>205</td> <td>208</td> <td>170</td> <td>110</td> <td>129</td> <td>159</td> <td>150</td> <td>154</td> <td>215</td> <td>170,42</td> </tr> <tr> <td>ERP(kW)</td> <td>6,591</td> <td>6,591</td> <td>6,074</td> <td>5,579</td> <td>4,989</td> <td>4,432</td> <td>4,218</td> <td>4,218</td> <td>4,432</td> <td>4,762</td> <td>5,579</td> <td>6,074</td> <td>5,2949</td> </tr> </tbody> </table>		AZIMUTE(graus)	0	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	VM	HSNMT(metros)	177	167	201	205	208	170	110	129	159	150	154	215	170,42	ERP(kW)	6,591	6,591	6,074	5,579	4,989	4,432	4,218	4,218	4,432	4,762	5,579	6,074	5,2949
AZIMUTE(graus)	0	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	VM																														
HSNMT(metros)	177	167	201	205	208	170	110	129	159	150	154	215	170,42																														
ERP(kW)	6,591	6,591	6,074	5,579	4,989	4,432	4,218	4,218	4,432	4,762	5,579	6,074	5,2949																														
<b>4 - OBSERVAÇÕES:</b> ***																																											
<b>Legenda</b> - GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação. - HCI: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.																																											

## 5 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

<b>5.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL</b> Logradouro: RUA SURUCUÁ PEQUENO Número: SN Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL Localidade/UF: Arapongas/PR	<b>5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR</b> Logradouro: *** Número: *** Bairro: *** Localidade/UF: ***
---	--

## 6 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Segunda	Domingo	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

Data da Emissão:  
05/08/2016 11:45:39

Tela Inicial

**LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA- FM**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - Nome da Entidade/Razão Social**

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

**1.2 – Indicativo de Chamada – ZYM 283**

**1.3 – Horário de Funcionamento - Indeterminado**

**2. LOCALIZAÇÃO DA ESTACÃO TRANSMISSORA**

**2.1 - Endereço**

Logradouro – Rua Surucuá Pequeno – Distrito Industrial  
Cidade – Arapongas Pr  
UF – Paraná  
CEP – 86.704-500  
Telefone – (043) 3172 3405

**2.2 – Coordenadas Geográficas**

Latitude – 23S 22 12  
Longitude - 51 W 24 24

**2.3 - Transmissor Principal**

Fabricante – Quasar Tech Brasil  
Modelo – I Master FMD 10.000  
Certificação – 2094 08 2009  
Potência de Operação – 4,2 kW  
Potência Medida – 4,2 kW  
Frequência PBFM – 89,5 MHz

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorriho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br





Frequência Medida – 89.500.020 Hz  
Tolerância de Frequência da Portadora (Max 2000 Hz) – 10 Hz  
Recurso para Conexão de Monitor de Modulação e Frequência - Sim  
Medidor de Tensão Contínua de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Corrente de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Potência Relativa de Saída Incidente e Refletida – Operante  
Dispositivo de Segurança na falta do Sistema de Resfriamento Forçado – sim  
Inexistência de Dispositivos Externos que Possibilitem Alteração de Frequência – Sim. Não existem tais dispositivos.  
Inexistência de Dispositivos que Permitam Inibição de Controles Externos que Permitam Ultrapassar o Valor Ajustado de Potência Autorizada – Sim. Não existem tais dispositivos  
Resistores de Sangria ou para Descarga dos Capacitores de Filtro – Sim  
Interruptores em Portas onde Existam tensões maiores que 350 V - Sim  
Gabinets com Partes Expostas Interligadas a Terra – Sim  
Ajustes Externos dos Circuitos com Tensões maiores que 350 V – Sim  
Fonte de Alta Tensão com Proteção contra Sobrecarga - Sim

**2.4 - Transmissor Auxiliar – Não há**

**2.5 Sistema Irradiante Principal**

**2.5.1 Antena**

Fabricante – DB Elettronica Telecomunicazioni  
Modelo – AKG 77 – 6 Elementos  
Quantidade de Elementos – seis  
Altura do CG em Relação a Base da Torre (m) – 91 m  
Azimute de Orientação (NV) – 15 graus NV

**2.5.2 Linha de Transmissão Principal**

Fabricante – KMP RFS  
Modelo – LCF 158 – 50 JA – 120 metros  
Proteção contra choques elétricos - sim

**2.6 Sistema Irradiante Auxiliar - Não há**

**3. EQUIPAMENTOS DE USO COMPULSÓRIO**

**3.1 – Carga Artificial – Não existe**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email [robinson@dbsistem.com.br](mailto:robinson@dbsistem.com.br)



3.2 – Limitador de Modulação – Acoplado ao Processador Orban

3.3 – Monitor de Modulação – Quasartech modelo FM

3.4 – Analisador de Espectro - não há

**4. OCORRÊNCIA DE HARMÔNICOS E ESPÚRIOS DE RADIOFREQUÊNCIA**

**4.1 Transmissor Principal**

Segundo Harmônico – superior a 90 dB

Terceiro Harmônico – superior a 90 dB

Espúrios – nada a registrar (imperceptível)

**4.2 Transmissor Auxiliar Não há**

**4.3 Existência de Interferência Prejudicial**

Nada a registrar.

**5. OUTRAS CONSTATAÇÕES**

5.1 Disponibilidade de Relatório de Conformidade (resolução 303) - Sim

**6. ESTÚDIOS**

**6.1 Estúdio Principal**

6.1.1 Endereço – Rua Surucuá Pequeno – Distrito Industrial  
Cidade – Arapongas Pr CEP – 86.704-500

**6.2 Estúdio Auxiliar – Não há**

**7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Nada a registrar

**8. INSTRUMENTOS USADOS NA VISTORIA**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrião - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br

**ROBINSON DE OLIVEIRA**

**ENGENHEIRO QUÍMICO - ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES - GEÓGRAFO**

- Freqüencímetro marca Entelbra, modelo ETB-500, série B, número 207.
- Medidor de corrente tipo alicate, marca Engro, modelo AOV-300.
- Wattímetro marca Bird, modelo 4712, número de série 4171.
- Multímetro Standart, modelo ST-505.
- Medidor de Campo TES, modelo 661-C, número de série 773787.
- Altimetro Kollsman Instrument Company Inc., 205-031-1381, precisão de 20 pés, escala 0 – 20.000 pés.
- Bússola YCM, modelo 300.
- Medidor de Potência incidente/refletida, amperímetros, voltímetros e indicadores de modulação do próprio transmissor, além dos instrumentos da própria estação, já mencionados.
- GPS Magelan
- Medidor de Funções Solydine modelo VA 16
- Analisador de Espectro AVCOM modelo PSA 65 número de série 62345

**9. RESPONSÁVEL PELA VISTORIA TÉCNICA**

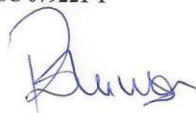
**Engenheiro Robinson de Oliveira**

**Engenheiro Eletricista com Ênfase em Telecomunicações, Engenheiro Químico e Geógrafo**

**CREA 14024 PR com visto SC 079221-1**

**Local Curitiba Pr**

**Data 25 de julho 2018**

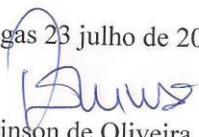


**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de prova junto ao Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, sob as penas da lei, que são verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação WRT Organização de Radiodifusão Ltda., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM em Arapongas Pr, utilizando o canal 208, nos termos do subitem 9.3.9, alínea a da Resolução Anatel 67 de 12 de novembro 1998.

Arapongas 23 julho de 2018

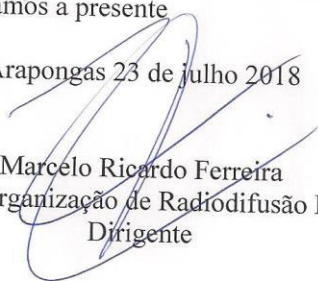
  
Robinson de Oliveira  
CREA 14024 Pr  
Visto SC 079221-1

**DECLARAÇÃO**

Declaramos como representante legal da **WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**, detentora da outorga de radiodifusão sonora em FM em **Arapongas Pr** que o engenheiro Robinson de Oliveira, CREA 14024 Pr, CPF 566.933.899 53, vistoriou nossas instalações no dia 23 de julho 2018, e esta declaração atende o s termos do subitem 9.3.9, alínea b da Resolução Anatel 67 de 12 de novembro 1998.

Por ser verdade firmamos a presente

Arapongas 23 de julho 2018

  
Marcelo Ricardo Ferreira  
WRT Organização de Radiodifusão Ltda.  
Dirigente

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br



**CREA-PR** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Paraná  
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77  
Valida em Projeto: Monitora os Projetos na Obra  
3ª VIA - LOCAL DA OBRA



ART Nº 20130689680  
Obra ou Serviço Técnico  
ART Principal

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: ROBINSON DE OLIVEIRA (CPF 566.933.899-53) Nº Carteira: PR-14024/D  
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO ELETRICISTA, ENGENHEIRO QUÍMICO, GEÓGRAFO. Nº Visto Crea: -  
Empresa contratada: Nº Registro:  
Contratante: WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO LTDA. CPF/CNPJ: 02.281.983/0001-07  
Endereço: R FLAMINGOS 357 CENTRO CEP: 86701390-0001-07  
CEP: 86701390 ARAPONGAS PR Fone:  
Local da Obra: R FLAMINGOS 357  
CENTRO - ARAPONGAS PR  
Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Dimensão 1 KW  
Ativ. Técnica 2 ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES  
Área de Comp. 2305 SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM TELECOMUNICAÇÕES  
Tipo Obra/Serv 658 RÁDIOFUSÃO  
Serviços 035 PROJETO  
contratados 050 EXECUÇÃO  
095 MONTAGEM  
096 MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO Dados Compl. 0  
097 SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO  
130 OUTROS  
134 OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO/REPAROS Data Início 26/02/2013  
Data Conclusão  
Guia N  
ART Nº 20130689680 Vir Taxa R\$ 50,00 Entidade de Classe 101

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc  
- ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA - LAUDO DE VISTORIA  
- PROJETO DE INSTALAÇÃO - LAUDO DE RADIAÇÕES  
- PROJETO DO SERVIÇO AUXILIAR  
- LAUDO DE ENSAIO DOS TRANSMISORES  
- INSTALAÇÃO / VISTORIA ANUAL DO PARA-RAIOS  
- EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA  
- EXECUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS;  
- BALIZAMENTO AEREO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO  
DA ESTAÇÃO DE RÁDIO COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA ESTES SERVIÇOS.  
- PROJETO DE REDE DE SERVIÇO LIMITADO  
- TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA INSTALAÇÃO  
- RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ESTAÇÃO - PORTARIA NR. 160 - DOU DE 25/06/87  
- SOLICITAÇÃO DE TESTE DE TECNOLOGIA DIGITAL  
- LAUDO DE ESPECIFICAÇÃO DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE  
- AVALIAÇÃO DE COBERTURA (MEDIDAS DE CAMPO)  
CREA PR-14024/D VISTO CREA SC 079.221-1

Insp: 4269  
26/02/2013  
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante Assinatura do Profissional  
3ª VIA - LOCAL DA OBRA Deve permanecer no local da obra / serviço, à disposição das equipes de fiscalização do CREA-PR.  
Central de informações do CREA-PR 0800 410067  
Autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br



ItaúUniclass

30  
horas

### Comprovante de pagamento

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento  
Títulos Outros Bancos

Autenticação Mecânica

#### Dados da conta debrada:

Nome: ROBINSON DE OLIVEIRA  
Agência: 7764 Conta: 10100-7

#### Dados do pagamento:

Código de barras: 10490.81290 43010.200244 01306.896802 7 66310000000000  
Valor do documento: R\$ 50,00  
Valor de juros/multa: R\$ 0,00  
Valor de desconto/abatimento: R\$ 0,00  
Data do vencimento: 08/03/2013

Pagamento efetuado em 26/02/2013 às 11:07:22 via Internet, CTRL 381099397.

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.

#### Autenticação:

004DA51E649D3F907F81ADDEF2820C5C618BF336



Dúvidas, reclamações e  
sugestões na sua agência.  
SAC Itaú 0800 110000  
ou no site www.itaubr.com

Informações sobre produtos e serviços  
agenciados, consulte  
Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 110000  
ou no site www.itaubr.com

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional do Rio de Janeiro

## NOTA INFORMATIVA Nº 2292/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.009433/2013-10.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo técnico de estação de radiofrequência operando no canal 208 (duzentos e oito), classe A3, encaminhado pela **WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.281.983/0001-07, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de ARAPONGAS/PR, apresentado para fins de renovação da outorga.

### ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes, pelo art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

#### 2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante



legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, evento SEI nº 3231538, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Antonio Karnas, Engenheiro**, em 09/08/2018, às 07:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 09/08/2018, às 09:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3234345** e o código CRC **6994CA47**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Arapongas Pr12 de julho 2018

Da: WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria Radiodifusão  
Coordenadora Geral de Pós Outorga

Assunto: Exigência (Atende)

Referência: Processo Renovação 53000 009433/2013 10  
Nota Técnica 15349/2018/SEI MCTIC  
Ofício 26619/2018/SEI MCTIC

Prezado Senhor

Conforme processo da epígrafe, encaminhamos a V. Sa. os seguintes documentos, de modo ao pleno atendimento a exigência:

- Requerimento padrão constando
- Declaração relativa aos limites da outorga
- Declaração relativa a foro especial
- Declaração relativa a transações com administração pública
- Declaração relativa a Constituição Federal
- Declaração relativa a execução de serviços sem outorga
- Declaração relativa a lei da ficha limpa
- Certidão da junta comercial com o histórico dos atos arquivados
- Não existem alterações contratuais após a segunda alteração
- Balanço patrimonial de 2017 assinado pelo contador e pelo administrador da entidade

Assim solicitamos a continuidade do processo de renovação

Atenciosamente

Marcelo Ricardo Ferreira  
Dirigente  
WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

Correspondência  
Rua Bruno Filgueira 1688  
80730 380 Curitiba Pr

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA	
CNPJ:	02.281.983/0001-07	CEP da sede:	86700-040
Endereço da sede:		RUA FLAMINGOS, 357	
E-mail de contato:		jean@nativanorte.com.br	
Serviço a ser renovado:		<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora	
		<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	
Período da renovação:		22/01/2014 a 21/01/2024	
Localidade da renovação:		ARAPONGAS	UF: PARANÁ

Eu, Marcelo Ricardo Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 979783029-20, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

**DECLARAÇÕES**

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

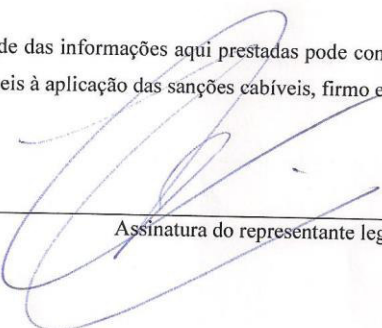
(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

X   
\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal





SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/ 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFISAO LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)

41 2 0364542-5

CNPJ

02.281.983/0001-07

Data de Arquivamento do Ato Constitutivo

27/11/1997

Data de Início de Atividade

21/11/1997

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)

R FLAMINGOS 357 1º ANDAR EDIFICIO CENTER PARK, CENTRO, ARAPONGAS, PR, 86.701-390

Objeto Social

EXPLORACAO DE ESTACOES DE RADIODIFUSAO COM FINALIDADE EDUCACIONAIS, CIVICAS E PATRIOTICA, BEM COMO A EXPLORACAO DE PROPAGANDAS, COMERCIAIS E ATIVIDADES CORRELATAS, MEDIANTE OBTENCAO DO GOVERNO FEDERAL DE CONCESSOES, PERMISSOES E LICENCAS, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA REGEDORA DA MATERIA

Capital: R\$ 150.000,00

(CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)

Não

Prazo de Duração

Indeterminado

Capital Integralizado: R\$ 150.000,00  
(CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ

Participação no capital (R\$)

Espécie de Sócio

Administrador

Término do Mandato

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI

112.500,00 SOCIO

XXXXXXXXXX

106.425.109-97

MARCELO RICARDO FERREIRA

37.500,00 SOCIO

Administrador

XXXXXXXXXX

979.783.029-20

Último Arquivamento

Data: 14/10/2008

Número: 20084276690

Situação

REGISTRO ATIVO

Ato: ALTERAÇÃO

Status

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

1 - NIRE: 41 9 0084478-1

CNPJ: 02.281.983/0002-98

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

RUA NEVADA ESQUINA COM RUA NOVO MEXICO, QD 05 LT 01, JD GOLDEN PARK 2, CAMBÉ, PR, 86.186-000, BRASIL

ARAPONGAS - PR, 30 de julho de 2018

18/454924-2



*Libertad Bogus*

LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO  
PARANÁ



WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017**

ATIVO		
	2017	2016
CIRCULANTE	577.025,18	537.993,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	577.025,18	537.993,14
CAIXA	563.956,80	533.910,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	4,10
APLICACOES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	13.068,38	4.078,41
NAO CIRCULANTE	1.350,00	1.440,00
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS	1.350,00	1.440,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.800,00	1.800,00
(-)DEPRECIACOES OU AMORT.ACUMULADAS	450,00-	360,00-
TOTAL DO ATIVO	578.375,18	539.433,14

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 2  
PG. 2

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>37.000,62</b>	<b>17.116,33</b>
OBRIGACOES	37.000,62	17.116,33
OBRIGACOES C/PESSOAL	5.412,79	3.671,62
OBRIGACOES SOCIAIS	10.160,55	5.516,62
OBRIGACOES FISCAIS	3.484,07	2.465,72
CONTRIBUICAO SOCIAL	6.713,31	2.050,66
PROVISAO PARA CURTO PRAZO	11.229,90	3.411,71
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>37.000,62</b>	<b>17.116,33</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>541.374,56</b>	<b>522.316,81</b>
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	150.000,00	150.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	149.000,00	149.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO-FILIAL CAMBE	1.000,00	1.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	391.374,56	372.316,81
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	391.374,56	372.316,81
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>578.375,18</b>	<b>539.433,14</b>

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, TOTALIZANDO TANTO NO ATIVO COMO NA SOMA DO PASSIVO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, A IMPORTÂNCIA SUPRA DE R\$\*\*\*\*\*578.375,18 (QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DEZOITO CENTAVOS).

Responsável pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio-Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsável pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017

	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	390.620,00	426.805,00
RECEITA DE SERVICOS PRESTADOS	390.620,00	426.805,00
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	14.257,60-	15.578,36-
IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	14.257,60-	15.578,36-
RECEITA LÍQUIDA	376.362,40	411.226,64
DESPESAS OPERACIONAIS	139.954,92-	112.290,03-
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	132.398,95-	104.183,63-
DESPESAS FINANCEIRAS	1.848,01-	1.477,96-
I-/RECEITAS FINANCEIRAS	43,11	302,48
DESPESAS TRIBUTARIAS	5.751,07-	6.930,92-
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	236.407,48	298.936,61
PROVISOES	30.009,98-	32.851,23-
CONTRIBUICAO SOCIAL	11.253,75-	12.319,22-
PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	18.756,23-	20.532,01-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	206.397,50	266.085,38

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Responsavel pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio-Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsavel pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

DEMONSTRACAO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO ANTERIOR		
SALDO NO INICIO DO EXERCICIO	184.977,06	106.231,43
/-LUCROS DISTRIBUIDOS	372.316,81	393.677,07
ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	187.339,75-	287.445,64-
SALDO DO EXERCICIO	206.397,50	266.085,38
SALDO FINAL DE LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	206.397,50	266.085,38
	391.374,56	372.316,81

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRACAO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Responsavel pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio-Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsavel pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juízo de Direito da Comarca de Arapongas - Paraná

## CERTIDÃO



José Maurício Barroso de Pinho Tavares,  
Contador, Partidor, Distribuidor,  
Depositário Público e Avaliador Judicial da  
Comarca de Arapongas, Estado do Paraná,  
em pleno exercício, na forma da lei, etc...

**CERTIFICA** atendendo pedido verbal de  
pessoa interessada que, revendo em seu Cartório, os livros de registros de distribuições  
dos feitos que têm o seu curso perante o MM. Juízo de Direito desta Comarca de  
Arapongas, Estado do Paraná, neles (livros), verificou **NÃO CONSTAR**,  
**EXCLUSIVAMENTE**, tenha sido registrada qualquer distribuição de *Pedido de*  
*Falência, Concordata Preventiva ou Recuperação de Empresa*  
(judicial/extrajudicial) contra a pessoa jurídica **WRT ORGANIZAÇÃO DE**  
**RADIODIFUSÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.281.983/0001-07. **BUSCA**  
**REFERENTE AOS ÚLTIMOS VINTE ANOS.** \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* PARA FINS CIVIS \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

\*Com a ressalva de quaisquer procedimentos, eventualmente, já registrados junto  
ao sistema do PROJUDI, contudo, ainda não formalmente registrados, até a  
presente data, junto a este setor de Distribuição.

O referido é verdade e dou fé,  
Arapongas, 27 de Julho de 2018.

Marcos Paulo Lopes  
FUNCIONÁRIO JURAMENTADO

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

INSCRIÇÃO

RUA ILIS, 888 - TORUM

CEP: 83.920-000 - ARAPONGAS - PR



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ: 02.281.983/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:22:58 do dia 27/07/2018 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 23/01/2019.

Código de controle da certidão: 6840.34B3.68CD.09B2  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 018428274-51

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 02.281.983/0001-07

Nome: **W R T ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA**

**Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 24/11/2018 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Arapongas**  
**Secretaria Municipal de Finanças**  
**Departamento de Tributação e Fiscalização**

**CERTIDÃO NEGATIVA Nº 16612/2018**

Cód. Contribuinte.....: 756474  
Nome/Razão Social.: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
CNPJ/CPF.....: 02.281.983/0001-07  
Endereço.....: RUA FLAMINGOS, 357  
Complemento.....: 1º ANDAR  
Bairro.....: CENTRO  
CEP / Cidade.....: 86.701-390 / Arapongas  
Requerimento nº.....:  
Finalidade.....: comprovação contribuinte  
Validade.....: 90 dias após data de emissão.

CERTIFICO, que revendo os lançamentos existentes para este contribuinte, não existem débitos municipais referentes aos cadastros mobiliário e imobiliário.

Fica reservado ao Município o direito de inscrever e cobrar as dívidas que venham ser apuradas em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos gerados e já ocorridos.

Arapongas - PR, 27 de julho de 2018



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02281983/0001-07  
**Razão Social:** WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**Endereço:** RUA FLAMINGOS 357 / CENTRO / ARAPONGAS / PR / 86701-390

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/07/2018 a 24/08/2018

**Certificação Número:** 2018072608215520902996

Informação obtida em 27/07/2018, às 13:20:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.281.983/0001-07  
Certidão n°: 154950702/2018  
Expedição: 27/07/2018, às 13:28:15  
Validade: 22/01/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°  
**02.281.983/0001-07, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

**ROBINSON DE OLIVEIRA**  
ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES - GEÓGRAFO

**LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA- FM**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - Nome da Entidade/Razão Social**

WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

**1.2 – Indicativo de Chamada – ZYM 283**

**1.3 – Horário de Funcionamento - Indeterminado**

**2. LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA**

**2.1 - Endereço**

Logradouro – Rua Surucuá Pequeno – Distrito Industrial  
Cidade – Arapongas Pr  
UF – Paraná  
CEP – 86.704-500  
Telefone – (043) 3172 3405

**2.2 – Coordenadas Geográficas**

Latitude – 23S 22 12  
Longitude - 51 W 24 24

**2.3 - Transmissor Principal**

Fabricante – Quasar Tech Brasil  
Modelo – I Master FMD 10.000  
Certificação – 2094 08 2009  
Potência de Operação – 4,2 kW  
Potência Medida – 4,2 kW  
Frequência PBFM – 89,5 MHz

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br

Frequência Medida – 89.500.020 Hz  
Tolerância de Frequência da Portadora (Max 2000 Hz) – 10 Hz  
Recurso para Conexão de Monitor de Modulação e Frequência - Sim  
Medidor de Tensão Contínua de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Corrente de Placa ou coletor no Estágio Final - Operante  
Medidor de Potência Relativa de Saída Incidente e Refletida – Operante  
Dispositivo de Segurança na falta do Sistema de Resfriamento Forçado – sim  
Inexistência de Dispositivos Externos que Possibilitem Alteração de Frequência – Sim. Não existem tais dispositivos.  
Inexistência de Dispositivos que Permitam Inibição de Controles Externos que Permitam Ultrapassar o Valor Ajustado de Potência Autorizada – Sim. Não existem tais dispositivos  
Resistores de Sangria ou para Descarga dos Capacitores de Filtro – Sim  
Interruptores em Portas onde Existam tensões maiores que 350 V - Sim  
Gabinets com Partes Expostas Interligadas a Terra – Sim  
Ajustes Externos dos Circuitos com Tensões maiores que 350 V – Sim  
Fonte de Alta Tensão com Proteção contra Sobrecarga - Sim

**2.4 - Transmissor Auxiliar – Não há**

**2.5 Sistema Irradiante Principal**

**2.5.1 Antena**

Fabricante – DB Elettronica Telecomunicazioni  
Modelo – AKG 77 – 6 Elementos  
Quantidade de Elementos – seis  
Altura do CG em Relação a Base da Torre (m) – 91 m  
Azimute de Orientação (NV) – 15 graus NV

**2.5.2 Linha de Transmissão Principal**

Fabricante – KMP RFS  
Modelo – LCF 158 – 50 JA – 120 metros  
Proteção contra choques elétricos - sim

**2.6 Sistema Irradiante Auxiliar - Não há**

**3. EQUIPAMENTOS DE USO COMPULSÓRIO**

**3.1 – Carga Artificial – Não existe**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrião - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br

3.2 – Limitador de Modulação – Acoplado ao Processador Orban

3.3 – Monitor de Modulação – Quasartech modelo FM

3.4 – Analisador de Espectro - não há

**4. OCORRÊNCIA DE HARMÔNICOS E ESPÚRIOS DE RADIOFREQUÊNCIA**

**4.1 Transmissor Principal**

Segundo Harmônico – superior a 90 dB

Terceiro Harmônico – superior a 90 dB

Espúrios – nada a registrar (imperceptível)

**4.2 Transmissor Auxiliar Não há**

**4.3 Existência de Interferência Prejudicial**

Nada a registrar.

**5. OUTRAS CONSTATAÇÕES**

5.1 Disponibilidade de Relatório de Conformidade (resolução 303) - Sim

**6. ESTÚDIOS**

**6.1 Estúdio Principal**

6.1.1 Endereço – Rua Surucuá Pequeno – Distrito Industrial  
Cidade – Arapongas Pr CEP – 86.704-500

**6.2 Estúdio Auxiliar – Não há**

**7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Nada a registrar

**8. INSTRUMENTOS USADOS NA VISTORIA**

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorrilho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br

**ROBINSON DE OLIVEIRA**

**ENGENHEIRO QUÍMICO - ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES - GEÓGRAFO**

- Freqüencímetro marca Entelbra, modelo ETB-500, série B, número 207.
- Medidor de corrente tipo alicate, marca Engro, modelo AOV-300.
- Wattímetro marca Bird, modelo 4712, número de série 4171.
- Multímetro Standart, modelo ST-505.
- Medidor de Campo TES, modelo 661-C, número de série 773787.
- Altimetro Kollsman Instrument Company Inc., 205-031-1381, precisão de 20 pés, escala 0 – 20.000 pés.
- Bússola YCM, modelo 300.
- Medidor de Potência incidente/refletida, amperímetros, voltímetros e indicadores de modulação do próprio transmissor, além dos instrumentos da própria estação, já mencionados.
- GPS Magelan
- Medidor de Funções Solydine modelo VA 16
- Analisador de Espectro AVCOM modelo PSA 65 número de série 62345

**9. RESPONSÁVEL PELA VISTORIA TÉCNICA**

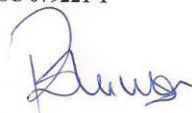
**Engenheiro Robinson de Oliveira**

**Engenheiro Eletricista com Ênfase em Telecomunicações, Engenheiro Químico e Geógrafo**

**CREA 14024 PR com visto SC 079221-1**

**Local Curitiba Pr**

**Data 25 de julho 2018**



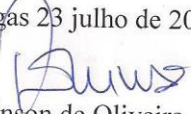
**Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorriho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbsistem.com.br**



**DECLARAÇÃO**

Declaramos para fins de prova junto ao Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, sob as penas da lei, que são verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação WRT Organização de Radiodifusão Ltda., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM em Arapongas Pr, utilizando o canal 208, nos termos do subitem 9.3.9, alínea a da Resolução Anatel 67 de 12 de novembro 1998.

Arapongas 23 julho de 2018

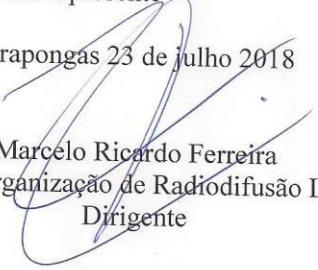
  
Robinson de Oliveira  
CREA 14024 Pr  
Visto SC 079221-1

**DECLARAÇÃO**

Declaramos como representante legal da **WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**, detentora da outorga de radiodifusão sonora em FM em **Arapongas Pr** que o engenheiro Robinson de Oliveira, CREA 14024 Pr, CPF 566.933.899 53, vistoriou nossas instalações no dia 23 de julho 2018, e esta declaração atende o s termos do subitem 9.3.9, alínea b da Resolução Anatel 67 de 12 de novembro 1998.

Por ser verdade firmamos a presente

Arapongas 23 de julho 2018

  
Marcelo Ricardo Ferreira  
WRT Organização de Radiodifusão Ltda.  
Dirigente

Rua Bruno Filgueira n.º 1688 - Bigorriho - Curitiba - PR - CEP 80730-380  
Fone (41) 3336-9611 - Fax (41) 3336-9569 - Email robinson@dbssystem.com.br

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.281.983/0001-07 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 27/11/1997	
NOME EMPRESARIAL WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R FLAMINGOS		NÚMERO 357	COMPLEMENTO 01 ANDAR ED.C.PARK
CEP 86.701-390	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARAPONGAS	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/07/2018 às 11:20:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

[https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp)

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.009433/2013-10		
<b>Entidade:</b> WRT Organização de Radiodifusão Ltda.	<b>CNPJ:</b> 02.281.983/0001-07	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM</b>	<b>Localidade:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período:</b> 2014-2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>1.1.1.</b> Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0429912, fl.2
<b>1.1.2.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	evento SEI n.º
<b>1.1.3.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	evento SEI n.º
<b>1.1.4.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	evento SEI n.º
<b>1.1.5.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	evento SEI n.º
<b>1.1.6.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	evento SEI n.º
<b>1.1.7.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	evento SEI n.º

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 0429912, fls. 25/28 (contrato social); fls.29/32 (1ª alteração); fls.33/35 (2ª alteração)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n. 3231530, fl.4
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	evento SEI n.º
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.9
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.20
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.10 (Federal); fl.11 (Estadual); fl.12 (Municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3125442, fl.2
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 3231530 fl.10 (INSS) fl. 13 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.14
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 3231530, fls.15/19

<b>2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE</b>		
<b>2.2.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</li> </ul>	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

<b>ANALISADO POR:</b>	<b>DATA</b>
<b>NOME:</b> Rafael Ferreira Larcher <b>CARGO:</b> Coordenador de Renovação de Outorga	09/08/2018



**NOTA TÉCNICA Nº 17949/2018/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53000.009433/2013-10

**Assunto:** Renovação. Exigência.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

**ANÁLISE**

2. O requerimento de que trata o parágrafo 1º foi alvo de análise desta Pasta em ao menos 4 (quatro) ocasiões. A última se deu por meio da Nota Técnica n.º 15.349/2018/SEI-MCTIC (evento SEI .º3125489) e do Ofício n.º 26.619/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3125497), por intermédio dos quais foi solicitado à Interessada a apresentação de documentos necessários ao bom andamento do feito, em conformidade com a novel regulamentação acerca do assunto. Em resposta, a Interessada apresentou os documentos solicitados por meio de requerimento autuado nesta Pasta sob o n.º 01250.045416/2018-13.

3. Apesar da Interessada ter diligentemente atendido à exigência ministerial se constata que será necessário novo alargamento da instrução processual.

4. Primeiro porque, as declarações apresentadas, nos moldes do requerimento padrão definido por esta Pasta, não se encontram datadas o que pode prejudicar eventual apuração de responsabilidade pessoal pelas informações prestadas no documentos, em especial a de índole penal. Se faz necessário, portanto, a complementação ou substituição das aludidas declarações devidamente datadas.

5. Segundo porque, o balanço patrimonial apresentado se encontra irregular, em razão da ausência da firma do representante legal da sociedade, contrariando assim o que preconiza o § 2º do art. 1.184 do Código Civil. Se faz necessário, portanto, a complementação ou a substituição do referido Balanço Patrimonial em conformidades com a regra civilista.

**CONCLUSÃO**

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados nos parágrafos 4º e 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/08/2018, às 16:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3249511** e o código CRC **B425849C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3249511



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 31615/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA ( 02.281.983/0001-07)

Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar - Bairro Centro

86.701-390 Arapongas/PR

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo n.º 53000.009433/2013-10.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17.949/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 09/08/2018, às 16:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3249719** e o código CRC **D34446A9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31615/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 3249719

**Data de Envio:**

10/08/2018 08:35:11

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

marketing@nativanorte.com.br  
financeiro@nativanorte.com.br  
jean@nativanorte.com.br  
adm@dbssystem.com.br  
robinson@dbssystem.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.009433/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_3249511.html  
Oficio\_3249719.html

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA	
CNPJ:	02.281.983/0001-07	CEP da sede:	86700-040
Endereço da sede:	RUA FLAMINGOS, 357		
E-mail de contato:	jeani@nativanorte.com.br		
Serviço a ser renovado:	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		(x) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	21.01.2014 a 21.01.2024		
Localidade da renovação:	ARAPONGAS	UF:	PARANÁ

Eu, Marcelo Ricardo Ferreira, inscrito no CPF sob o nº 979.783.029-20, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

**DECLARAÇÕES**

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

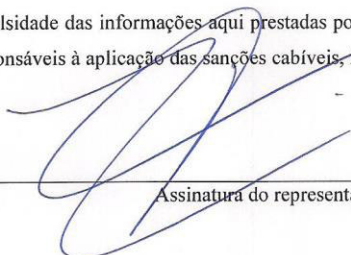
Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1



1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

  
X \_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Arapongas-Pr., 14 de Agosto de 2018.

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017**

	ATIVO	
	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>577.025,18</b>	<b>537.993,14</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	577.025,18	537.993,14
CAIXA	563.956,80	533.910,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	4,10
APLICACOES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	13.068,38	4.078,41
<b>NAO CIRCULANTE</b>	<b>1.350,00</b>	<b>1.440,00</b>
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS	1.350,00	1.440,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.800,00	1.800,00
(-)DEPRECIACOES OU AMORT.ACUMULADAS	450,00-	360,00-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>578.375,18</b>	<b>539.433,14</b>

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 2  
PG. 2

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016
CIRCULANTE		
OBRIGACOES	37.000,62	17.116,33
OBRIGACOES C/PESSOAL	37.000,62	17.116,33
OBRIGACOES SOCIAIS	5.412,79	3.671,62
OBRIGACOES FISCAIS	10.160,55	5.516,62
CONTRIBUICAO SOCIAL	3.484,07	2.465,72
PROVISAO PARA CURTO PRAZO	6.713,31	2.050,66
TOTAL DO PASSIVO	11.229,90	3.411,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	37.000,62	17.116,33
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	541.374,56	522.316,81
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO-FILIAL CAMBE	150.000,00	150.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	149.000,00	149.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.000,00	1.000,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	391.374,56	372.316,81
	391.374,56	372.316,81
	578.375,18	539.433,14

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, TOTALIZANDO TANTO NO ATIVO COMO NA SOMA DO PASSIVO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, A IMPORTÂNCIA SUPRA DE R\$\*\*\*\*\*578.375,18 (QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DEZOITO CENTAVOS).

Responsável pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio-Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsável pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017

	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	390.620,00	426.805,00
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	390.620,00	426.805,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	14.257,60-	15.578,36-
IMPOSTOS INCIDENTES S/VENDAS	14.257,60-	15.578,36-
RECEITA LÍQUIDA	376.362,40	411.226,64
DESPESAS OPERACIONAIS	139.954,92-	112.290,03-
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	132.398,95-	104.183,63-
DESPESAS FINANCEIRAS	1.848,01-	1.477,96-
J-/RECEITAS FINANCEIRAS	43,11	302,48
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	5.751,07-	6.930,92-
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	236.407,48	298.936,61
PROVISÕES	30.009,98-	32.851,23-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.253,75-	12.319,22-
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	18.756,23-	20.532,01-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	206.397,50	266.085,38

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Responsável pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio-Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsável pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97

WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
CNPJ:02.281.983/0001-07 NIRE:41203645425 - 27/11/1997  
Rua FLAMINGOS, 357 ED. CENTRAL PARK Andar: 1 Bairro: CENTRO  
ARAPONGAS - PR CEP: 86701-390

FL. 1  
PG. 1

DEMONSTRACAO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO ANTERIOR		
SALDO NO INICIO DO EXERCICIO	184.977,06	106.231,43
+LUCROS DISTRIBUIDOS	372.316,81	393.677,07
ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	187.339,75-	287.445,64-
SALDO DO EXERCICIO	206.397,50	266.085,38
SALDO FINAL DE LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	206.397,50	266.085,38
	391.374,56	372.316,81

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRACAO DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Responsável pela Empresa

MARCELO RICARDO FERREIRA  
Socio Administrador  
C.P.F. 979.783.029-20  
R.G. 6.305.818 -1 PR

Responsável Técnico

OSVALDO DAMIAO  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. PR-011348/O-4  
C.P.F. 003.387.709-25  
R.G. 648453 -0 PR

Responsável pela Empresa

WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
Socio  
C.P.F. 106.425.109-97



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**NOTA TÉCNICA Nº 13340/2018/SEI-MCTIC****Processo nº 01250.037341/2017-16****Assunto: ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO.** Alteração Contratual/Estatutária.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Arapongas e Cambé, ambas no estado do Paraná, por intermédio da qual apresenta 2ª Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

**ANÁLISE**

2. O requerimento inicial encontra-se firmado pelo Sr. Marcelo Ricardo Ferreira, intitulado representante legal da Entidade, nos termos do instrumento de alteração contratual. Desta forma, considerando a comprovação da legitimidade do subscritor do r. requerimento, o pedido passa a ser conhecido por esta Pasta, dando condições de prosseguimento da análise.

3. Preliminarmente, cumpre informar que por meio do processo de Renovação de Outorga de nº 53000.009433/2013-10, em 28.02.2013, a Interessada encaminhou sua 2ª Alteração Contratual, realizada em 01.07.2008, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 20084276690, em 14.10.2008, que dispõe sobre: alteração da cláusula 20 do Contrato Social, concernente a distribuição de lucros, a qual passa a ter a seguinte redação "*Cláusula 20ª. Fica estipulado que os Lucros apurados em Balancetes mensais serão distribuídos proporcionalmente aos sócios, em datas previamente escolhidas de comum acordo, mediante emissão de recibo para essa finalidade.*".

4. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, quando do Ato de Outorga, nos termos do Contrato Social de 21.11.1997, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Waldyr Ortêncio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

NOME	CARGO
Waldyr Ortêncio Pugliesi	Administrador
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

5. Infere-se da mesma Pasta, no entanto, que a última Alteração Contratual realizada pela Entidade conhecida por esta Ministério é a de nº 1, realizada em 05.04.2004, registrada na repartição competente em 27.04.2004. Dessa alteração, verifica-se que as composições societária e diretiva foram alteradas, conforme demonstra-se abaixo:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Waldyr Ortêncio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

NOME	CARGO
------	-------

**Marcelo Ricardo Ferreira****Administrador**

6. Já de acordo com o que se observa do instrumento da 2ª Alteração Contratual analisada nos autos deste processo, constata-se que os quadros societário e diretivo da empresa não sofreram alterações, conforme se verifica abaixo:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Waldyr Ortêncio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

NOME	CARGO
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

7. Observa-se que a Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

7.1. Por efeito desse dispositivo, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (28.02.2013) e do registro da operação (14.10.2008), constata-se que não houve respeito ao prazo legal supracitado, razão pela qual o Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF foi provocado por meio do Despacho Interno nº 0894062, nos autos do processo de nº 53900.042622/2015-12.

8. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 3049150), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/1990.

9. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 11.06.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3049067).

10. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se esaurido a sua finalidade.

## CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica a (2ª Alteração Contratual - evento SEI nº 3049014), atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto no parágrafo 6, e posterior remessa do

feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Chefe de Serviço**, em 12/06/2018, às 14:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 12/06/2018, às 14:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 12/06/2018, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3049162** e o código CRC **EF011F9C**.

## Minutas e Anexos


Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.037341/2017-16

SEI nº 3049162

comal 236

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 30/10/01	
Página: 135	Seção: 1
ANOTADO POR: 	

PORTARIA Nº 635 , DE 24 DE outubro DE 2001.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000209/98, Concorrência nº 149/97-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à WRT – Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PIMENTA DA VEIGA**



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 558, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SANTANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roseira, Estado de São Paulo.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 676, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Santana a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roseira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 559, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à WRT - ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à WRT - Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: [in@in.gov.br](mailto:in@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP: 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 560, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CORUIPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 783, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Coruripe a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 561, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA BOA VISTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 782, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olho d'Água das Flores, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 562, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE AREAL FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areal, Estado do Rio de Janeiro.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Areal FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areal, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 563, DE 2003**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO - FUMCULT para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 564, DE 2003**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SUPERINTENDÊNCIA DE RADIODIFUSÃO por intermédio da Rádio Tabajara para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 19 de fevereiro de 1996, a concessão outorgada ao Governo do Estado da Paraíba - Superintendência de Radiodifusão por intermédio da Rádio Tabajara para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 565, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CAMETÁ - ASFIAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Cametá - ASFIAC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 566, DE 2003**

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de março de 2001, que outorga concessão ao Sistema Nativa de Comunicações Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de agosto de 2003


Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

FM - Arapongas - canal 216  
FM - Cambé -

02-281.983/0001-07

Rua Flamingos, 357 - 1º andar -  
Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.701-390



PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	21/10/104
Página:	40 Seção: 3
ANOTADO POR: 	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E WRT –  
ORGANIZAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO LTDA.  
PARA, EXPLORAR O SERVIÇO DE  
RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA  
MODULADA, NA LOCALIDADE DE  
ARAPONGAS, ESTADO DO PARANÁ.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a WRT – ORGANIZAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO LTDA., CGC 02.281.983/0001-07, representada por seu Procurador, Marcelo Ricardo Ferreira, RG 6.305.818-1 – SSP/PR, CPF 979.783.029-20, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 20 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas, Estado do Paraná, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à WRT – Organização de Radiodifusão Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Arapongas, Estado do Paraná, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 149/97-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária recolheu o valor de R\$139.485,00 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.



**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

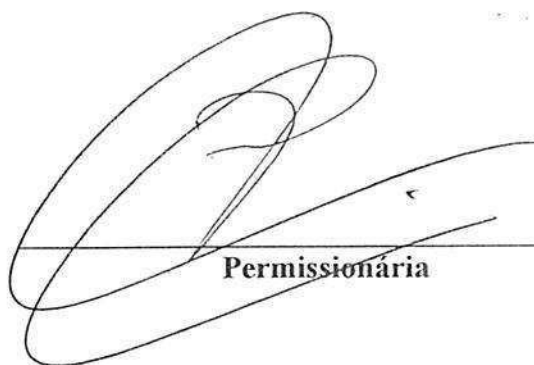
**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

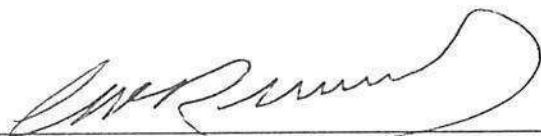
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



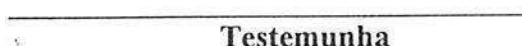
Ministro de Estado das Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

94  
Rubrica  
das Comunicações

**PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO nº 53000.028898/2013**

**INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.**

**ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.**

I - Consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre pedidos de renovação de outorga apresentados antecipadamente ao Ministério das Comunicações sem atendimento do prazo previsto em lei.

II - Observância obrigatória do art. 4º da Lei nº 5.785/72, que fixa o período compreendido entre três e seis meses anteriores ao término do prazo da outorga para apresentação do requerimento de renovação.

III - Restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre a possibilidade de o Ministério das Comunicações conhecer de pedido de renovação de outorga apresentado antes do período fixado na legislação.

2. A consulta foi formulada na Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC emitida pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial nos seguintes termos:

"a) O Ministério pode conhecer e, uma vez cumpridas as exigências legais, deferir o pedido de renovação de outorga para o novo período, embora o requerimento tenha sido apresentado antes do prazo máximo fixado no art. 4º § 1º da Portaria 329/12, que recepcionou o Decreto nº 88.066/67, ou seja, antes de 6 meses para o vencimento da outorga, para este processo e também para todos os demais casos que se encontrem em situação similar?

b) Em caso positivo, qual seria o tempo máximo de antecipação a ser considerado razoável para conhecimento e deferimento do pedido apresentado antecipadamente?"

3. De acordo com a referida manifestação, a entidade Sistema de Comunicação Riwen Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, formulou pedido de renovação da outorga dois meses antes do prazo previsto na legislação. Contudo, apresentou, segundo o órgão, toda documentação exigida pela Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, preenchendo, portanto, os requisitos para obter o deferimento de seu pedido.

4. Esclarecido o tema, passamos ao seu exame.

5. O prazo para as entidades delegatárias do serviço de radiodifusão solicitarem renovação de suas outorgas encontra-se fixado no art. 4º da Lei nº 5.785/72. A norma determina que o pedido de renovação deve ser apresentado ao Poder Público no período compreendido entre seis e três meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. A matéria encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83 e tratada na Portaria nº 329/2012 do Ministério das Comunicações.

6. Desse modo, não restam dúvidas de que qualquer pedido formulado fora do prazo legalmente previsto será extemporâneo e não deverá sequer ser recebido pelo Poder Público. A lei não

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 920 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF  
Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: [conjur@mc.gov.br](mailto:conjur@mc.gov.br)

8



deixa margem de discricionariedade para o administrador. Por esse motivo, não é possível fixar prazo razoável para conhecer de pedidos antecipados, conforme pretende o órgão consulente.

7. A recomendação adequada é de que o Poder Público informe ao interessado, tão logo receba o pedido renovação, o prazo correto, estabelecido por lei, para interposição do requerimento. Assim, são evitadas situações de ilegalidade.

8. Observamos na prática, contudo, que diversos pedidos de renovação formulados antecipadamente foram recebidos e processados pelo Poder Público. Nessas situações, sem que tenha sido constatada ofensa ao interesse público, não é razoável nem proporcional que se indefira o pedido de renovação simplesmente por ter sido formulado antes do prazo. Todavia, é imprescindível que todos os documentos apresentados estejam válidos dentro do período correto para apresentação do requerimento. Além disso, seria adequado que o interessado ratificasse o pedido anterior.

9. Importante registrar que essa prática não é recomendada. Apenas em situações excepcionais, nas quais o pedido foi indevidamente recebido e processado, é que a Administração, atenta aos princípios reguladores das atividades públicas, sobretudo os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da finalidade, deve conhecer do requerimento. Ainda assim, necessário que sejam atendidas as recomendações constantes do item anterior.

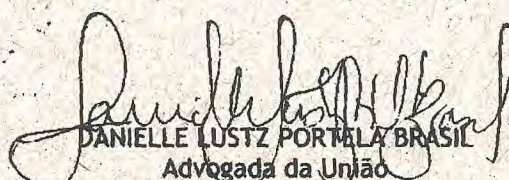
10. Na hipótese em questão, verificamos que a entidade ratificou o pedido de renovação proposto antecipadamente (fl. 88). Contudo, observamos que algumas certidões fiscais foram apresentadas vencidas, razão pela qual entendemos que não foram cumpridos os requisitos legais, ao contrário do que fora informado pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão. Outrossim, não há no processo comprovante de recolhimento da contribuição sindical relativa ao empregador dos últimos cinco anos, nem declaração expressa de que a entidade conhece e adere às cláusulas baixadas pelo Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei nº 5.785/72, consoante exigem, respectivamente, as alíneas "a" e "b" do art. 3º do referido regulamento.

11. Desse modo, embora não existam na situação ora analisada razões que recomendem, em princípio, o não conhecimento do pedido, é certo que a instrução processual deve ser complementada a fim de observar as recomendações constantes dos itens 9 e 10 deste Parecer.

12. Feitos esses esclarecimentos, sugerimos a restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 11 de junho de 2014.

  
DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **30/08/2018 08:27:04**

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** PR  
**Município:** Arapongas  
**Frequência:** 89,5 MHz  
**Classe:** A3  
**Canal:** 208

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**Nome Fantasia:** TRIBUNA FM  
**Nº Estação:** 323691234  
**Primeiro Licenciamento:** 06/09/2004 09:50:56

**Fistel:** 50011592451  
**CNPJ:** 02.281.983/0001-07  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)  
**Último Licenciamento:** 24/08/2016 11:50:16

#### + Dados do Plano Básico

#### + Dados da Outorga

#### + Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	635		Portaria	MC	24/10/2001	30/10/2001	Outorga	Jur. ▼
	559		Decreto Legislativo	CN	20/08/2003	21/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
	43303		ATO	ER	23/03/2004	05/04/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Téc. ▼
	48653		ATO	ER03	21/12/2004	22/12/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc. ▼
	253		Portaria	MC	08/10/2008	20/09/2010	Multa	Jur. ▼
	361		Despacho	MC	27/07/2010		Advertência	Jur. ▼
	38		Despacho	ER03	05/08/2016		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc. ▼

#### + Característica da Estação Instalada

#### + Dados do Licenciamento



BOM DIA  
Altair de Santana Pereira

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** Nome Sócio/Diretor

**Nome Sócio/Diretor:** MARCELO RICARDO FERREIRA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO RICARDO FERREIRA	<a href="#">979.783.029-20</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	75	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé

**Usuário:** [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

**Data:** 30/08/2018

**Hora:** 08:29:24





BOM DIA  
Altair de Santana Pereira

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 106.425.109-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WALDIR ORTENCIO PUGLIESI	<a href="#">106.425.109-97</a>	WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Cambé
		WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">02.281.983/0001-07</a>	Sócio	225	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Arapongas

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 30/08/2018

Hora: 08:30:17

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.009433/2013-10		
<b>Entidade:</b> WRT Organização de Radiodifusão Ltda.	<b>CNPJ:</b> 02.281.983/0001-07	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM</b>	<b>Localidade:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período:</b> 2014-2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>1.1.1.</b> Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0429912, fl.2
<b>1.1.2.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2
<b>1.1.3.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2
<b>1.1.4.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2
<b>1.1.5.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2
<b>1.1.6.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2
<b>1.1.7.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.1/2

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 0429912, fls. 25/28 (contrato social); fls.29/32 (1ª alteração); fls.33/35 (2ª alteração)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n. 3231530, fl.4
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3300727, fls.3/6
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.9
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.20
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.10 (Federal); fl.11 (Estadual); fl.12 (Municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n.º 3125442, fl.2
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n.º 3231530 fl.10 (INSS) fl. 13 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 3231530, fl.14
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 3231530, fls.15/19

<b>2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE</b>		
<b>2.2.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</li> </ul>	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

<b>ANALISADO POR:</b>	<b>DATA</b>
<b>NOME:</b> Rafael Ferreira Larcher <b>CARGO:</b> Coordenador de Renovação de Outorga	28/08/2018

**NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53000.009433/2013-10

**Assunto:** Renovação de Outorga. Deferimento.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

---

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviços de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º3314238, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º3314238, fls.3/8).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado em 1.3.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o antigo prazo legal para



manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias 21.7.2013 e 21.10.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi apresentada de forma intempestiva, por antecipação.

7.1. Todavia, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 12.828/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1153477), o pedido foi recepcionado e a Interessada intimada à apresentar os documentos instrutórios. A recepção do pedido teve por fundamento as valiosas lições contidas no Parecer n.º 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI n.º 3314247).

8. Apesar disso, para que não restem dúvidas acerca da possibilidade de conhecimento do pedido é digno de nota o fato da Medida Provisória n.º 747/2016 (mais tarde convertida na Lei n.º 13.424/2017), ter conferido espécie de anistia aos pedidos de renovação intempestivos protocolizados nesta Pasta.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, *in verbis*:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre

informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3309458.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3300727, fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º3231530, fl.9). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º 3231530, fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Puglieisi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º01250.037341/2017-16. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º3310347), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3314295). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3129437).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.292/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3234345), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à DOUTA CONJUR, para manifestação quanto a legalidade do feito.

---

## CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à CONJUR.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*  
**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)  
**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 30/08/2018, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3309461** e o código CRC **16795E16**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em



combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º\_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

## **RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3309461



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADOS: WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado por WRT Organização de Radiodifusão Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de WRT Organização de Radiodifusão Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3309461):

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.3/8).

3. No requerimento protocolado em 1º.3.2013 (Doc. SEI nº 0429912, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.



15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que, segundo informa, fora apresentado intempestivamente por antecipação, vez que o prazo para o requerimento estava compreendido no período entre 21.7.2013 e 21.10.2013 e o pedido foi apresentado em 1º.3.2013. Observa-se, entretanto, que, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, aplicável supletiva e subsidiariamente aos processos administrativos, nos termos do art. 15 do referido diploma, *"será considerado tempestivo o ato praticado ante o termo inicial do prazo"* (CPC, art. 218, § 4º). Portanto, o pedido de que tratam os autos fora apresentado tempestivamente.

19. O pedido foi subscrito por Marcelo Ricardo Ferreira, administrador da entidade, conforme consta da Cláusula Décima Terceira da 1ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná em 27.4.2004, que lhe confere os devidos poderes de representação da entidade (Doc. SEI nº 0429912, fls. 29/32). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3309461).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações exigidas**, conforme se verifica do Documento SEI nº 3300727, Protocolo nº 01250.051047/2018-90. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 0429912, fls. 25/35) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6, Protocolo nº 01250.051047/2018-90), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 13.340/2017/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3310347), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI nº [3231530](#), fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo nº [01250.037341/2017-16](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica nº 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se

encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º [3310347](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6 - Protocolo. nº 01250.051047/2018-90) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 3231530, fl. 9 - Proc. nº 01250.045416/2018-13). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3300727](#), fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [3231530](#), fl.9)".*

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3231530, fls. 10/14, Protocolo nº 01250.045416/2013-13). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2292/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3234345), segundo a qual *"o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga".*

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3314295](#)). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3129437](#)).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º [3314295](#))

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido

de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

31. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 26 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 171019406 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-09-2018 16:33. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01479/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADO: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.**

1. Aprovo o **PARECER Nº 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação  
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016  
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175355698 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 27-09-2018 10:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



## PORTARIA Nº 5117/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2018, às 18:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3407577** e o código CRC **99CC7F2B**.



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2018, às 18:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3407611** e o código CRC **DF57292D**.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 38877/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA ( 02.281.983/0001-07)

Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar - Bairro Centro

86.701-390 Arapongas/PR

**Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53000.009433/2013-10**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/10/2018, às 08:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3415855** e o código CRC **55007B47**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 38877/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 3415855



001-9

00190.00009 02941.021004 00071.094171 1 76840000033040

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00029410210000071094</b>
Número do documento <b>4</b>		CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>21/10/2018</b>		Valor documento <b>330,40</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**  
 Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar, Centro  
 Arapongas, PR - CEP: 86701-390

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.  
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4989884 enviado em 01/10/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00071.094171 1 76840000033040

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>						Vencimento <b>21/10/2018</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>						Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>01/10/2018</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>01/10/2018</b>	Nosso número <b>00029410210000071094</b>	
Uso do banco / Convênio <b>33804/2941021</b>	Carteira <b>17 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>330,40</b>	(=) Valor documento <b>330,40</b>	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4989884 enviado em 01/10/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+ ) Mora / Multa

(+ ) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

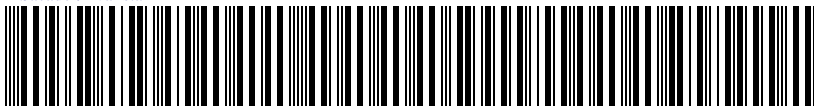
Sacado

**WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**  
 Rua Flamingos, nº 357 - Edifício Center Park - 1º andar, Centro  
 Arapongas, PR - CEP: 86701-390

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 01/10/2018 14:30:14**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 4989884**Data prevista de publicação:** 02/10/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11119627	ATO PORTARIA Nº 5117_53000.009433.2013.10.rtf	413275817da582af 973ab142925c2974	10,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>10,00</b>	<b>R\$ 330,40</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>10,00</b>	<b>R\$ 330,40</b>

**Data de Envio:**

01/10/2018 15:14:45

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

marketing@nativanorte.com.br  
financeiro@nativanorte.com.br  
jean@nativanorte.com.br  
adm@dbssystem.com.br  
robinson@dbssystem.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.009433/2013-10

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3415855.html  
Boleto\_3418437\_BOLETO\_PORT\_5117\_53000.009433.2013.10.pdf  
Comprovante\_3418441\_RECIBO\_PORT\_5117\_53000.009433.2013.10.pdf

**Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018**

Cria o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global - GAAVA, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e pelo Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, e considerando a Resolução nº 04, de 02 de dezembro de 2015, que aprova o Modelo Integrado de Avaliação Global - MAG do FNDCT, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global - Gaava, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para fins de assessoramento do Conselho Diretor do FNDCT.

Art. 2º O Gaava tem por objetivo identificar necessidades de aprimoramento e ajustes no Modelo Integral de Avaliação Global, bem como prover subsídios à sua operacionalização junto às instituições que dele participam.

Art. 3º O Gaava será composto pelos seguintes membros, titulares e suplentes:

I - 5 (cinco) representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sendo:

a) 2 (dois) da Secretaria Executiva - SEEXEC;

b) 1 (um) da Secretaria de Políticas Digitais - SEPOD;

c) 1 (um) da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC; e

d) 1 (um) da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED.

II - 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP;

III - 1 (um) representante do Ministério da Fazenda - MF;

IV - 1 (um) representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

V - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

VI - 1 (um) representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC;

VII - 1 (um) representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

VIII - 1 (um) representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

§ 1º Os representantes titulares e suplentes dos órgãos e instituições previstos no caput deste artigo serão indicados pelo titular da Pasta ou pelos respectivos Presidentes e serão designados pelo Presidente do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT.

§ 2º Os órgãos e instituições listados no caput terão direito a voz e voto de forma igualitária.

Art. 4º O Gaava será coordenado por um representante da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Coordenador, as reuniões serão presididas por seu suplente.

Art. 5º São atribuições do Gaava:

I - propor a harmonização de rotinas e procedimentos operacionais, visando à implementação do MAG;

II - propor a padronização dos parâmetros e critérios para a apuração dos indicadores previstos no MAG;

III - propor modelo de plataforma web para a operacionalização do MAG;

IV - elaborar proposta de contratação de avaliação complementar a cada cinco anos ou em período menor quando constatada a necessidade, desde que devidamente justificada.

V - propor a elaboração e atualização de normativos, quando for o caso.

Art. 6º O Gaava reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação de seu Coordenador, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de dez dias.

§ 1º As decisões, no âmbito das atribuições previstas no art. 4º, serão tomadas pela maioria dos presentes e consignadas em ata.

§ 2º Será facultada aos suplentes dos representantes titulares a participação nas reuniões em conjunto com o titular, nesse caso, sem direito a voto.

§ 3º O Coordenador, por solicitação de qualquer membro, poderá convidar especialistas ou outras pessoas não integrantes do Grupo, para se pronunciarem sobre matéria específica de interesse do MAG, sem direito a voto ou remuneração.

Art. 7º O Gaava contará com o apoio do Grupo Executivo Permanente - GEP, composto por representantes do MCTIC, que o coordenará, da Finep e do CNPq.

Parágrafo único. O GEP tem como atribuição promover a implementação das ações necessárias para a operacionalização do MAG, no âmbito de seus respectivos órgãos e instituições, conforme orientações expedidas pelo Gaava, nos limites de suas competências.

Art. 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico poderão arcar com os custos para a participação dos representantes e eventuais convidados em eventos do Gaava ou de seu interesse, bem como para a implementação de outras ações no âmbito do MAG.

Parágrafo único. Os custos mencionados no caput deste artigo deverão ser apreciados anualmente pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quando envolver recursos do FNDCT.

Art. 9º Os membros do Gaava não serão remunerados pela atividade nele exercida.

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Diretor do FNDCT.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB  
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT

**PORTARIA Nº 5.107, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018**

Institui o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - CPCT, com a atribuição de assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos à Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) é o órgão da Administração Pública Federal direta responsável pela política pública de Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia;

CONSIDERANDO as demandas emanadas da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

CONSIDERANDO que a popularização e a divulgação da ciência e da tecnologia são fundamentais para o alcance de uma sociedade alfabetizada cientificamente e para a melhoria do ensino de ciências nas escolas, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - CPCT, como órgão de assessoramento do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. O CPCT possui caráter consultivo e será vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED, do MCTIC.

Art. 2º Compete ao CPCT:

I - propor ações e estratégias que estimulem e fomentem a Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia;

II - propor normas e diretrizes de atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no âmbito da Popularização da Ciência e Tecnologia;

III - assessorar a SEPED, quando solicitado, nos assuntos relacionados às atividades e aos interesses da área de Popularização da Ciência e Tecnologia em todas as suas vertentes;

IV - identificar necessidades da área e colaborar na elaboração de documentos de técnicos e de referência e planos plurianuais de ações para a Popularização da Ciência e Tecnologia;

V - acompanhar as atividades de interesse para a Popularização da Ciência e Tecnologia em foros deliberativos e instâncias administrativas, nacionais e internacionais, quando solicitado pelo Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;

VI - desempenhar papel de articulação política, mobilizando setores do Governo e da Sociedade Civil para consecução das ações de interesse da área de Popularização da Ciência e Tecnologia;

VII - atuar junto às diferentes instâncias do Governo Federal para captação de recursos e fortalecimento da área em âmbito nacional;

VIII - acompanhar e avaliar a execução da política e do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia, vinculado à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, visando garantir a execução dos compromissos firmados e das metas propostas em nível nacional; e

IX - avaliar, a cada 02 (dois) anos, os resultados das políticas de Popularização da Ciência e Tecnologia e propor, sempre que necessário, a reformulação ou o planejamento de novas estratégias para que os objetivos pactuados sejam satisfatoriamente alcançados.

Art. 3º O CPCT será presidido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e terá a seguinte composição:

I - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que o coordenará;

II - um representante da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência - ABCMC;

III - um representante do Fórum dos Coordenadores de Feiras e Mostras de Ciências;

IV - um representante do Fórum Nacional de Olimpíadas Científicas;

V - um representante de notório conhecimento e reconhecida atuação da área de Eventos de Popularização da Ciência;

VI - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

VII - um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, VI e VII serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

§ 2º O membro de que trata o inciso V será escolhido em consulta pública.

§ 3º Os membros do CPCT terão mandato de 1 (um) ano, renovável por igual período, e serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 4º A critério do(a) Coordenador(a), em caráter "Ad Hoc", outros membros poderão ser convidados a participar das reuniões do CPCT, sem direito a voto.

§ 5º No desempenho de suas funções, os membros do CPCT relacionados nos incisos de II a VII poderão ser consultados acerca de projetos na área da Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia, avaliando o seu mérito científico e recomendando prioridade de atendimento e apoio por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 6º Cada membro de que tratam os incisos II a VII deste artigo terá um suplente, que participará dos trabalhos na ausência do titular.

§ 7º Na ausência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a presidência do CPCT será exercida pelo Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.

Art. 4º A Secretaria Executiva do CPCT será exercida pela Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência, da SEPED.

§ 1º Compete à Secretaria-Executiva do CPCT:

I - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CPCT;

II - comunicar aos membros do CPCT a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias;

III - comunicar aos membros do CPCT a forma de realização da reunião, se por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e

IV - disponibilizar as atas e as resoluções do CPCT em sítio eletrônico.

§ 2º Nas ausências e nos impedimentos do Coordenador do CPCT, a Secretaria Executiva assumirá a coordenação.

Art. 5º A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento fornecerá o apoio necessário às atividades do Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º O CPCT se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pela Secretaria Executiva do CPCT.

§ 2º As decisões do CPCT serão tomadas por maioria simples dos membros presente à reunião.

Art. 7º A critério do CPCT, serão organizadas comissões de trabalho para assessoramento no processo de levantamento de informações, relatórios, resultados, bem como todo apoio necessário para que as reuniões plenárias ocorram.

Art. 8º A participação no CPCT ou nas comissões de trabalho por ele constituídas será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.117 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO

Processo: **53000.009433/2013-10**

1. Tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, do dia 04 de outubro de 2018 (Evento SEI nº 3430821 ), da Portaria nº 5.117/SEI de 28 de setembro, de 2018, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Arapongas, estado do Paraná, **remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.**

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 04/10/2018, às 09:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3430923** e o código CRC **3D201A14**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3430923

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> WRT - ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b> CBN LONDRINA	
<b>Telefone:</b> (43) 3275-0700	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 02.281.983/0001-07	<b>Número do Fistel:</b> 50011592451
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 21/01/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SG143/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 47.931/2004;ATO 52.677/2005..	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> - 1º ANDAR - ED. CENTER PARK	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA FLAMINGOS	<b>Complemento:</b> 1º ANDAR	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 357,	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86701390

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA SURUCUÁ PEQUENO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> DISTRITO INDUSTRIAL	<b>Numero:</b> SN	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR	<b>CEP:</b> 86704500

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Arapongas	<b>UF:</b> PR
<b>Latitude:</b> -23.37	<b>Longitude:</b> -51.40667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 208	<b>Frequência:</b> 89.5 MHz	<b>Classe:</b> A3	<b>ERP:</b> 15kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 323691234						Número Indicativo: ZYM283					
Data Último Licenciamento: 24/08/2016						Número da Licença: 000016/2016-PR					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -23.37				Longitude: -51.407				Cota da base: 781.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 020940802009						Modelo: I MASTER FMD 10000					
Fabricante: Quasar-Tech Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.						Potência de Operação: 4.200 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF158-50JA						Fabricante: RFS - KMP Pirelli					
Comprimento da Linha: 120.00 m		Atenuação: .70 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: AKG 77-6 ELTO						Fabricante: DB ELETRONICA TELECOMUNICAZIONI					
Ganho: 3.60 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 15 °		Polarização: Circular		HCl: 91 m		ERP Máximo: 6.59 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0.09	50°: 0.22	60°: 0.35	70°: 0.47	80°: 0.59	90°: 0.72	100°: 0.88	110°: 1.04
120°: 1.21	130°: 1.39	140°: 1.57	150°: 1.72	160°: 1.83	170°: 1.89	180°: 1.94	190°: 1.96	200°: 1.96	210°: 1.94	220°: 1.89	230°: 1.81
240°: 1.72	250°: 1.64	260°: 1.55	270°: 1.41	280°: 1.2	290°: 0.94	300°: 0.72	310°: 0.58	320°: 0.46	330°: 0.35	340°: 0.22	350°: 0.09
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 6.59 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	635	Portaria	MC	24/10/2001	30/10/2001	Outorga			1		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
						Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537400002091998	559	Decreto Legislativo	CN	20/08/2003	21/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535160014092004	43303	Ato	ER	23/03/2004	05/04/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535160072652004	48653	Ato	ER03	21/12/2004	22/12/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
530000533882006	253	Portaria	MC	08/10/2008	20/09/2010	Multa	Jurídico
530000039262008	361	Despacho	MC	27/07/2010		Advertência	Jurídico
9999	38	Despacho	ER03	05/08/2016		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
535000454352017-65	857	Ato	ORLE	13/02/2017	01/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000094332013	5117	Portaria	MCTIC	28/09/2018	04/10/2018	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.009433/2013-10**

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, cópia da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018. Publicada no D.O.U. em 04/ 10/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 04/10/2018, às 10:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3431337** e o código CRC **5ADDEAEB**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3431337





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 04/10/2018, às 16:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3432034** e o código CRC **A59C4E94**.

Brasília, 25 de Outubro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo  
Impresso em 26/10/2018 13:01

Termo(s): 499 2018  
NUP:  
Origem:  
Co-Autores:  
Destinatário:  
Tipo de Documento:  
Data Inicial:  
Fluxo/Etapa:  
Conteúdo:  
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00499 2018 Arapongas/PR - Renov/FM - WRT Organização de Radiodifusão Ltda.	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
CEP: 70067-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 42891/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,  
**Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência**  
**Portaria Nº 1.317/2017**, em 25/10/2018, às 18:32, conforme art. 3º, III, "b", das  
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3500404** e o  
código CRC **7FF42680**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 42891/2018/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 3500404





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,  
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 44434/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de mídia digital.

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

PROCESSO	EM
53000.034243/2010-98	374
53000.059219/2013-12	467
53000.071201/2013-81	488
53900.038308/2016-16	495
53000.034031/2012-72	491
53000.062227/2013-38	490
53000.065857/2011-01	486
53000.034244/2012-02	497
53000.012258/2003-76	496
01250.040812/2018-46	498
53000.009433/2013-10	499
53900.022443/2014-88	485
53000.037836/2011-97	493
53000.055538/2011-89	489
53900.003786/2014-43	494
53900.026664/2015-14	487

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 06/11/2018, às 18:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3530643** e o código CRC **B010EB4B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44434/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.031854/2018-96 - Nº SEI: 3530643

Presidência da República CODOC/PROTOCOLO
07 NOV 2018
Hora: 10:50
Func.: <i>Alencar</i>

Brasília, 26 de Outubro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADOS: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado por WRT Organização de Radiodifusão Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de WRT Organização de Radiodifusão Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3309461):

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.3/8).

No requerimento protocolado em 1º.3.2013 (Doc. SEI nº 0429912, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e



implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos"*.

*para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".*

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que, segundo informa, fora apresentado intempestivamente por antecipação, vez que o prazo para o requerimento estava compreendido no período entre 21.7.2013 e 21.10.2013 e o pedido foi apresentado em 1º.3.2013. Observa-se, entretanto, que, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, aplicável supletiva e subsidiariamente ao processos administrativos, nos termos do art. 15 do referido diploma, *"será considerado tempestivo o ato praticado antse do termo inicial do prazo"* (CPC, art. 218, § 4º). Portanto, o pedido de que tratam os autos fora apresentado tempestivamente.

O pedido foi subscrito por Marcelo Ricardo Ferreira, administrador da entidade, conforme consta da Cláusula Décima Terceira da 1ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná em 27.4.2004, que lhe confere os devidos poderes de representação da entidade (Doc. SEI nº 0429912, fls. 29/32). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do

atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3309461).

Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações exigidas**, conforme se verifica do Documento SEI nº 3300727, Protocolo nº 01250.051047/2018-90. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

**No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 0429912, fls. 25/35) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6, Protocolo nº 01250.051047/2018-90), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 13.340/2017/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3310347), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º [3231530](#), fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00

TOTAL	300	150.000,00
-------	-----	------------

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.037341/2017-16](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º [3310347](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6 - Protocolo. nº 01250.051047/2018-90) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 3231530, fl. 9 - Proc. nº 01250.045416/2018-13). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3300727](#), fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [3231530](#), fl.9)”*.

A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3231530, fls. 10/14, Protocolo nº 01250.045416/2013-13). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

**Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2292/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3234345), segundo a qual *“o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga”*.



Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3314295](#)). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3129437](#)).

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º [3314295](#))

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as*

*obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".*

### **III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 26 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 171019406 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-09-2018 16:33. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01479/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADO: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.**

Aprovo o **PARECER Nº 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175355698 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 27-09-2018 10:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

**NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53000.009433/2013-10

**Assunto:** Renovação de Outorga. Deferimento.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

---

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º3314238, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º3314238, fls.3/8).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado em 1.3.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias 21.7.2013 e 21.10.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi apresentada de forma intempestiva, por antecipação.

7.1. Todavia, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 12.828/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1153477), o pedido foi recepcionado e a Interessada intimada à apresentar os documentos instrutórios. A recepção do pedido teve por fundamento as valiosas lições contidas no Parecer n.º 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI n.º3314247).



8. Apesar disso, para que não restem dúvidas acerca da possibilidade de conhecimento do pedido é digno de nota o fato da Medida Provisória n.º 747/2016 (mais tarde convertida na Lei n.º 13.424/2017), ter conferido espécie de anistia aos pedidos de renovação intempestivos protocolizados nesta Pasta.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, *in verbis*:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3309458.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3300727, fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 3231530, fl.9). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º 3231530, fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º01250.037341/2017-16. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3310347), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º3314295).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3314295). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3129437).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.292/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3234345), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conjura, para manifestação quanto a legalidade do feito.

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*  
**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

*(assinado eletronicamente)*  
**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

*(assinado eletronicamente)*  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 30/08/2018, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3309461** e o código CRC **16795E16**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº           , DE       DE   DE 2018.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº           - MCTIC

Brasília,           de   de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 08 de novembro de 2018.

Ao Protocolo da SUPAR

Ao Protocolo da SAJ

Ao Protocolo da SAG

Assunto: EXM 499 2018 MCTIC

1. Encaminha, para providências, a EXM 499 2018 MCTIC.

**CARLOS HENRIQUE T. BOTELHO**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a) (GR V)**, em 08/11/2018, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0876530** e o código CRC **7D50C302** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 03 de janeiro de 2019.

Assunto: Devolução da exm 499 2018 MCTIC

1. Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, procede-se a devolução das Exposições de Motivos relacionadas em anexo à Pasta competente, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

**CARLOS HENRIQUE T. BOTELHO**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor**, em 03/01/2019, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0961302** e o código CRC **9DEBA798** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Brasília, 1 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria n.º 5.117/2018/SEI-MCTIC, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ n.º 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná .

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-outorgas

**NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC**

**Processo n.º:** 53000.009433/2013-10

**Assunto:** Renovação de Outorga. Deferimento.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

---

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º3314238, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º3314238, fls.3/8).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado em 1.3.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias 21.7.2013 e 21.10.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi apresentada de forma intempestiva, por antecipação.

7.1. Todavia, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 12.828/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1153477), o pedido foi recepcionado e a Interessada intimada à apresentar os documentos instrutórios. A recepção do pedido teve por fundamento as valiosas lições contidas no Parecer n.º 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI n.º3314247).

8. Apesar disso, para que não restem dúvidas acerca da possibilidade de conhecimento do pedido é digno de nota o fato da Medida Provisória n.º 747/2016 (mais tarde convertida na Lei n.º 13.424/2017), ter conferido espécie de anistia aos pedidos de renovação intempestivos protocolizados nesta Pasta.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, *in verbis*:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3309458.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3300727, fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 3231530, fl.9). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.



13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º 3231530, fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º01250.037341/2017-16. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3310347), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º3314295).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3314295). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3129437).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.292/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3234345), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*  
**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

*(assinado eletronicamente)*  
**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

*(assinado eletronicamente)*  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 30/08/2018, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3309461** e o código CRC **16795E16**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº           , DE       DE   DE 2018.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº           - MCTIC

Brasília,           de   de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3309461

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADOS: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado por WRT Organização de Radiodifusão Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de WRT Organização de Radiodifusão Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.



Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 3309461):

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.3/8).

No requerimento protocolado em 1º.3.2013 (Doc. SEI nº 0429912, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e

implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos"*.

*para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".*

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que, segundo informa, fora apresentado intempestivamente por antecipação, vez que o prazo para o requerimento estava compreendido no período entre 21.7.2013 e 21.10.2013 e o pedido foi apresentado em 1º.3.2013. Observa-se, entretanto, que, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, aplicável supletiva e subsidiariamente ao processos administrativos, nos termos do art. 15 do referido diploma, *"será considerado tempestivo o ato praticado antse do termo inicial do prazo"* (CPC, art. 218, § 4º). Portanto, o pedido de que tratam os autos fora apresentado tempestivamente.

O pedido foi subscrito por Marcelo Ricardo Ferreira, administrador da entidade, conforme consta da Cláusula Décima Terceira da 1ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná em 27.4.2004, que lhe confere os devidos poderes de representação da entidade (Doc. SEI nº 0429912, fls. 29/32). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do

atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3309461).

Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações exigidas**, conforme se verifica do Documento SEI nº 3300727, Protocolo nº 01250.051047/2018-90. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

**No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 0429912, fls. 25/35) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6, Protocolo nº 01250.051047/2018-90), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 13.340/2017/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3310347), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º [3231530](#), fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00



TOTAL	300	150.000,00
-------	-----	------------

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.037341/2017-16](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º [3310347](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 3300727, fls. 3/6 - Protocolo. nº 01250.051047/2018-90) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 3231530, fl. 9 - Proc. nº 01250.045416/2018-13). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3300727](#), fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [3231530](#), fl.9)”*.

A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 3231530, fls. 10/14, Protocolo nº 01250.045416/2013-13). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

**Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA Nº 2292/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3234345), segundo a qual *“o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga”*.

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3314295](#)). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3129437](#)).

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º [3314295](#))

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as*

*obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".*

### **III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 26 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 171019406 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-09-2018 16:33. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01479/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADO: WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.**

Aprovo o **PARECER Nº 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso 11c169ef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175355698 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 27-09-2018 10:00. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 1º de outubro de 2019.

AO PROTOCOLO DA CGAP, SAJ e SAG.

**ASSUNTO: Arapongas/PR - Renov/FM - WRT Organização de Radiodifusão Ltda.**

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 859 2019 MCTIC.

**HUGO VINÍCIUS ALVES**  
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 03/10/2019, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1480951** e o código CRC **BD7D0D57** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Casa Civil**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 307/2020/AS/SAINF/SAG

**Assunto: Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arapongas/PR****Interessado: WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ 02.281.983/0001-07)****Referência: EM nº00859/2019 MCTIC, de 01/10/2019 – Processo nº 53000.009433/2013-10**

1. Trata-se da PORTARIA Nº 5.117 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Arapongas/PR, com o uso do canal 208, pelo prazo de dez anos, a partir de 21/01/2014, sem direito a exclusividade, em favor da WRT Organização de Radiodifusão Ltda, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 02.281.983/0001-07, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações[2] e nos termos do art. 110 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[3].
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão, nos termos da Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, de 30/08/2018, (1480935), com o registro pelo deferimento do pedido de renovação da outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 26/09/2018 (1480943)[4], que externa a viabilidade jurídica do pedido de renovação e a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
3. A matéria já havia sido enviada a esta Casa Civil da Presidência da República, por meio da EM nº 00499/2018 MCTIC, de 26/10/2018, tendo sido devolvida ao Ministério com o Despacho Protocolo Central 0961302), de 03/01/2019, para a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais
4. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR [5], disponível em: [http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo\\_sistema.php?id=57dbac31ef9a9&state=FM-C4](http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac31ef9a9&state=FM-C4), verificou-se constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos os registros dos atos referentes ao presente processo.
5. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, e ponderando que a necessidade de eventual atualização do MOSAICO não impede o prosseguimento da matéria, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[6], uma vez que o ato de renovação da outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília/DF, 24 de março de 2020.

À consideração superior,

**CICERO COELHO DE A. ROCHA FILHO**

Assessor

De Acordo,

**JOSÉ CRUZ FILHO**

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

**RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES**

Subchefe Adjunto Executivo, Substituto[7]

[1] Publicada no DOU de 04/10/2018.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27/08/1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31/10/1963](#), com redação dada pelo [Decreto nº 9.138, de 2017](#).

[4] Aprovado pelo Despacho nº 01479/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 27/09/2018, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

[5] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).

[7] Portaria nº 110, de 13/03/2020 - Publicado em: 16/03/2020 | Edição: 51 | Seção: 2 | Página: 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.281.983/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/11/1987
NOME EMPRESARIAL WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) Atividade			PORTAL EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 80.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R FLAMINGO 8	NUMERO 367	COMPLEMENTO 01 ANDAR ED.C PARK	
CEP 58.791-980	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO ARAPONGA 8	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) Atividade			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL Atividade		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL Atividade	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/03/2020 às 15:32:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 02.281.983/0001-07  
**NOME EMPRESARIAL:** WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** WALDYR ORTENCIO PUGLIESI  
**Qualificação:** 22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:** MARCELO RICARDO FERREIRA  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 24/03/2020 às 15:33 (data e hora de Brasília).



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 24/03/2020, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto ( DAS 101.5)**, em 25/03/2020, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Dias Varella, Subchefe**, em 25/03/2020, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1796853** e o código CRC **A653145A** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 31 de março de 2020.

**C E R T I D ã O**

**Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Brasília, 31 de março de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53000.009433/2013-10, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 859 /2019-MCTIC
- Tipo de Serviço:
  - ☐ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
  - ☒ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
  - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
  - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga

- Entidade:

WRT Organização de Radiodifusão Ltda

- CNPJ nº:

02.281.983/0001-07

- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga:

19450/2018/SEI-MCTIC

- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga:

01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

- Portaria MCTIC nº: 5117, de \_28\_/\_setembro/\_2018\_\_\_\_, que renova a outorga a partir de \_21\_\_\_/\_\_\_janeiro\_\_\_/2014\_\_\_\_.

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU:



4 de Outubro de 2018

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

À consideração superior,

Erick Vinícius Leal Gonçalves  
Estagiário  
Centro de Estudos Jurídicos  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Erick Vinicius Leal Gonçalves, Estagiário(a)**, em 31/03/2020, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1808291** e o código CRC **97F38730** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)  
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)  
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.009433/2013-10 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53000.009433/2013-10.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970970** e o código CRC **D5566571** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)



53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018



53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)



53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 – Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)



53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
 53000.041034/2013-43 – Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)



Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº 53000.009433/2013-10**

Tendo em vista que:

- a) Os Órgãos técnico e jurídico desta Pasta se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido objeto destes autos, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3309461) e do Parecer Jurídico n.º 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação (evento SEI n.º 3407297), respectivamente;
- b) por intermédio da Portaria nº 5.117/2018/SEI-MCTIC, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 4 de outubro de 2018 (evento SEI n.º 3430821), renovou-se por novo período de dez anos, a partir de 21.1.2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná;
- c) a esta Coordenação fora remetido os autos para a adequação da minuta de exposição de motivos, em função da alteração da Pasta Ministerial, razão pela qual encaminha-se por meio deste, o texto atualizado para as providências cabíveis.

Inexistem, portanto, outras providências a serem adotadas nestes autos, restando apenas a tomada de decisão por parte da autoridade competente, razão pela qual opino sejam os autos encaminhados ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 19/07/2019, às 11:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 22/07/2019, às 12:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 24/07/2019, às 08:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de **Rádiodifusão**, em 24/07/2019, às 19:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4385017** e o código CRC **B4C0D1B2**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria n.º 5.117/2018/SEI-MCTIC, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Rádiodifusão Ltda. (CNPJ n.º 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 4385017

**Exposição de Motivos**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria n.º 5.117/2018/SEI-MCTIC, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ n.º 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico**, em 29/07/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4441687** e o código CRC **5A21ECE3**.

Brasília, 1 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria nº 5.117/2018/SEI-MCTIC, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda. (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná .

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36625/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, **Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4693150** e o código CRC **E992E023**.

**Recibo Eletrônico de Protocolo - 1487901**

<b>Usuário Externo (signatário):</b>	Vitor Torres da Silva
<b>IP utilizado:</b>	200.130.17.1
<b>Data e Horário:</b>	07/10/2019 14:51:58
<b>Tipo de Peticionamento:</b>	Processo Novo
<b>Número do Processo:</b>	00001.006738/2019-99
<b>Interessados:</b>	

Vitor Torres da Silva

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):****- Documento Principal:**

- Requerimento Renovação de outorga	1487898
-------------------------------------	---------

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## DESPACHO

**PROCESSO: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADA: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. ADEQUAÇÃO DA MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC e do Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, esta Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, à época, se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arapongas, referente ao período de 21 de janeiro de 2014 a 21 de janeiro de 2024 (SEI 3309461 e SEI 3407297).
2. Em 4 de outubro de 2018, foi publicada a Portaria nº 5117, de 28 de setembro de 2018, que renovou a permissão outorgada à interessada para execução do referido serviço. Na oportunidade, os autos foram remetidos à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, por intermédio do Ofício nº 36625/2019/CGGM/GM/MCTIC (SEI 3430821 e SEI 4693150).
3. Ocorre que, após mudança de titularidade do Ministério das Comunicações, os autos foram restituídos pela Casa Civil da Presidência da República em 9 de setembro de 2020, para fins de adequação da exposição de motivos, conforme informação constante no andamento processual, o que ensejou a confecção da minuta colacionada abaixo.
4. Sendo assim, encaminhem-se os autos ao Secretário de Radiodifusão, para ciência e posterior submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 17/05/2022, às 15:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 17/05/2022, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 18/05/2022, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9886088** e o código CRC **60B706EA**.

Minutas e Anexos

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FÁBIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI-MCOM nº 9886088

Brasília, 18 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO  
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 01/07/2022, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9894137** e o código CRC **5677B310**.



Ofício Interno nº 20054/2022/MCOM

Brasília, 18 de Maio de 2021

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9894137)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho CORRC\_MCOM (9886088), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9894137), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão**, Secretário de Radiodifusão, em 19/05/2022, às 18:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9894142** e o código CRC **CB5F0FFE**.

Ofício Interno nº 22160/2022/MCOM

Brasília, 06 de Julho de 2022

À Senhora  
**Renata Machado Moreira**  
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9894137)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho CORRC\_MCOM (9886088) encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9894137), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 06/07/2022, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10138753** e o código CRC **B1243543**.

---

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 22160/2022/MCOM - Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 10138753

Brasília, 8 de Agosto de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19236/2022/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 08/08/2022, às 14:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10281876** e o código CRC **146E985E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19236/2022/MCOM - Processo nº 53000.009433/2013-10 - Nº SEI: 10281876

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## DESPACHO

**PROCESSO: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADA: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.**

1. Por meio da Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC e do Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela WRT Organização de Radiodifusão Ltda (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Arapongas/PR, referente ao período de 21 de janeiro de 2014 a 21 de janeiro de 2024 (SUPER 3309461 e 3407297).

2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 4 de outubro de 2018, renovando a permissão por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 3430821). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC.

3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 10906422, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.

4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 19/05/2023, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906420** e o código CRC **2B2994F6**.

## Minutas e Anexos

- Minuta Exposição de Motivos (10906422)

Referência: Processo nº 53000.009433/2013-10

Documento nº 10906420

**MINUTA DE**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 datada em outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 19/05/2023, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de **Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de **Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de **Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906422** e o código CRC **7263134F**.

---

**Referência:** Processo nº 53000.009433/2013-10

Documento nº 10906422

**Brasília, 23 de maio de 2023.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 datada em outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920905** e o código CRC **76A473E6**.

Ofício Interno nº 36349/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10920905)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP\_MCOM (10906420), encaminha a Exposição de Motivos (10920905), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920912** e o código CRC **813C4B89**.



Ofício Interno nº 37191/2023/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10920905)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP\_MCOM (10906420), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10920905), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2023, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10947004** e o código CRC **0DBFA347**.

Brasília, 13 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16182/2023/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.009433/2013-10.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 15/06/2023, às 00:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10953993** e o código CRC **830FD8FC**.

**Recibo Eletrônico de Protocolo - 4761569**

**Usuário Externo (signatário):** Helenucia Bezerra de Araujo  
**Data e Horário:** 23/11/2023 10:22:40  
**Tipo de Peticionamento:** Intercorrente  
**Número do Processo:** 53000.009433/2013-10

**Interessados:**

WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Anexo email	4761549
- Anexo Despacho	4761550
- Minuta DE Exposição de Motivos	4761551
- Exposição de Motivos nº 00859/2019 MCTIC	4761553
- OFICIO Nº 36625/2019/CGGM/GM/MCTIC	4761554
- Anexo 53000.0094332013-10	4761555
- Anexo Despacho	4761556
- Exposição de Motivos Renovação	4761557
- OFICIO Interno nº 20054/2022/MCOM	4761558
- OFICIO Interno nº 22160/2022/MCOM	4761559
- Exposição de Motivos nº 00195/2022 MCOM	4761560
- OFICIO Nº 19236/2022/MCOM	4761561
- Anexo Despacho	4761562
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4761563
- Exposição de Motivos Renovação FM	4761564
- OFICIO Interno nº 36349/2023/MCOM	4761565
- OFICIO Interno nº 37191/2023/MCOM	4761566
- Exposição de Motivos nº 00254/2023 MCOM	4761567
- OFICIO Nº 16182/2023/MCOM	4761568

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 14 de Junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada em 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado em 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

**NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC****Processo n.º:** 53000.009433/2013-10**Assunto:** Renovação de Outorga. Deferimento.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da WRT Organização de Radiodifusão Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º3314238, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º3314238, fls.3/8).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1º desta Nota, protocolizado em 1.3.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Considerando que o antigo prazo legal para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias 21.7.2013 e 21.10.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi apresentada de forma intempestiva, por antecipação.

7.1. Todavia, conforme se verifica dos termos da Nota Técnica n.º 12.828/2016/SEI-

MCTIC (evento SEI n.º 1153477), o pedido foi recepcionado e a Interessada intimada à apresentar os documentos instrutórios. A recepção do pedido teve por fundamento as valiosas lições contidas no Parecer n.º 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI n.º 3314247).

8. Apesar disso, para que não restem dúvidas acerca da possibilidade de conhecimento do pedido é digno de nota o fato da Medida Provisória n.º 747/2016 (mais tarde convertida na Lei n.º 13.424/2017), ter conferido espécie de anistia aos pedidos de renovação intempestivos protocolizados nesta Pasta.

9. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto n.º 52.795/63, *in verbis*:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

10. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3309458.

11. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar n.º 64/1990.

12. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração

que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3300727, fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º3231530, fl.9). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º 3231530, fl.4), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º01250.037341/2017-16. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cujá cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º3310347), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

14. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º3314295).

14.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3314295). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de

infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3129437).

16. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.292/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3234345), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conj. para manifestação quanto a legalidade do feito.

---

## CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conj.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

*(assinado eletronicamente)*

**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

*(assinado eletronicamente)*

**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.450/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conj.

*(assinado eletronicamente)*

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 30/08/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 30/08/2018, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3309461** e o código CRC **16795E16**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2018.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria nº 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.009433/2013-10, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

Referência: Processo nº 53000.009433/2013-10

SEI nº 3309461



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E**  
**COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC**  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADOS: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado por WRT Organização de Radiodifusão Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**1 - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de WRT Organização de Radiodifusão Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná, referente ao período de 21.1.2014 a 21.1.2024.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19450/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doe. SEI nº 3309461):

6. A outorga da permissão se materializou nos termos da Portaria n.º 635, de 24.10.2001, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. 30.10.2001, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no D.O.U. de 21.8.2003 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão foi celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 21.1.2004. Com efeito, depreende-se que a permissão se encontra vencida desde 21.1.2014 (evento SEI n.º [3314238](#), fls.3/8).

3. No requerimento protocolado em 1º.3.2013 (Doe. SEI nº 0429912, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conj. para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos táticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"[...] telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as prev,soes relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades econômicas, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão para outorgada exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser '*Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*'. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que, segundo informa, fora apresentado intempestivamente por antecipação, vez que o prazo para o requerimento estava compreendido no período entre 21.7.2013 e 21.10.2013 e o pedido foi apresentado em 1º.3.2013. Observa-se, entretanto, que, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, aplicável supletiva e subsidiariamente aos processos administrativos, nos termos do art. 15 do referido diploma, "*será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo*" (CPC, art. 218, § 4º). Portanto, o pedido de que tratam os autos fora apresentado tempestivamente.

19. O pedido foi subscrito por Marcelo Ricardo Ferreira, administrador da entidade, conforme consta da Cláusula Décima Terceira da 1ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná em 27.4.2004, que lhe confere os devidos poderes de representação da entidade (Doe. SEI nº 0429912, fls. 29/32). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3309461).

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso 1, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Desde logo, verificamos que a interessada apresentou todas as **declarações exigidas**, conforme se verifica do Documento SEI nº 3300727, Protocolo nº 01250.051047/2018-90. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doe. SEI nº 0429912, fls. 25/35) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doe. SEI nº 3300727, fls. 3/6, Protocolo nº 01250.051047/2018-90), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA N2 13.340/2017/SEI-MCTIC** (Doe. SEI nº 3310347), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

13. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial constante dos autos (evento SEI n.º [3231530](#), fl.4). os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Waldyr Ortencio Pugliesi	225	112.500,00
Marcelo Ricardo Ferreira	75	37.500,00
TOTAL	300	150.000,00

QUADRO DIRETIVO	
Marcelo Ricardo Ferreira	Administrador

13.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.037341/2017-16](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 13.340/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se



encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º[3310347](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

24. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, exigidos pela legislação de regência (Doe. SEI nº 3300727, fls. 3/6 - Protocolo. nº 01250.051047/2018- 90) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doe. SEI nº 3231530, fl. 9 - Proc. nº 01250.045416/2018-13). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º[3300727](#), fls. 3/6). Ademais, da certidão de falência expedida pelo juízo de direito da Comarca de Arapongas/PR, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º[3231530](#), fl.9)".*

25. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doe. SEI nº 3231530, fls. 10/14, Protocolo nº 01250.045416/2013-13). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

26. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA INFORMATIVA N2 2292/2018/SEI MCTIC** (Doe. SEI nº 3234345), segundo a qual *"o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade apta tecnicamente para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga".*

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º[3314295](#)). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º[3129437](#)).

28. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites de outorga estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28.2.1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada junto ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no dia 30.8.2018 (evento SEI n.º[3314295](#))

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR.

14.2. O Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Cambé/PR (na qualidade de sócio)

14.3. O sr. Marcelo Ricardo Ferreira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambé/PR (na qualidade de sócio-administrador)

29. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

30. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido

de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

31. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### Ili - CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

33. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 26 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços  
Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso Ilcl69ef

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 171019406 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-09-2018 16:33. Número de Série: 1787513.  
Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01479/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.009433/2013-10**

**INTERESSADO: WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA**

**ASSUNTO: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.**

1. Aprovo o **PARECER N2 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Ora. Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 27 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de  
Comunicação Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016  
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de  
17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000009433201310 e da chave de acesso Ilcl69ef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 175355698 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 27-09-2018 10:00. Número de Série: 13692269.  
Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 24 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, da permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 254 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 24/11/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4765978** e o código CRC **F38F7B44** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4497/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 254/2023 MCOM 4765972), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, da permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.281.983/0001-07), para executar, seu direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 24/11/2023, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4767180** e o código CRC **97D72612** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.009433/2013-10

SUPER nº 4767180

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 254/2023 MCOM (4765972) acompanhada de pareceres anexos.

**Assunto:** Renovação da concessão de serviços de radiodifusão para a WRT Organização de Radiodifusão Ltda.

**Trâmite do Processo:**

Despacho/DIPUBL/CODOC (4765978), para os protocolos da SAJ/CC, SAG/CC e CC/PR.

OFÍCIO Nº 4497/2023/GM/CC/PR (4767180) do Gabinete do Ministro da Casa Civil à Secretária-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 28/11/2023, às 23:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4771755** e o código CRC **388E2676** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.009433/2013-10

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 316 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53000.009433/2013-10

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.009433/2013-10, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA** CNPJ n. 02.281.983/0001-07, na localidade de Arapongas - Paraná.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Constam do presente processo os seguintes documentos: Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC; Parecer 1007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU; EM 254/2023-MCOM, que faz referência à Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018, publicada em 4 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT ORGANIZAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná (fl. 248 do Doc SEI 0875868).
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.

7. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua Portaria de renovação.

8. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica<sup>[2]</sup> a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

9. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*<sup>[3]</sup>. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

10. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM <sup>[4]</sup>.

### III - CONCLUSÃO

11. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.009433/2013-10, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**RENATA NEIVA PINHEIRO**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

---

<sup>[1]</sup> A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

<sup>[2]</sup> Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

<sup>[3]</sup> RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Neiva Pinheiro, Assessor**, em 24/05/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 24/05/2024, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 24/05/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5765084** e o código CRC **5A2B02BE** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 309/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53000.009433/2013-10.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00254/2023 MCOM, de 13 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Arapongas (PR).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00254/2023 MCOM (4761567), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, acompanhado da [Portaria nº 5.117, de 28 de setembro de 2018](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, no município de Arapongas, estado do Paraná, sem direito à exclusividade, para a empresa WRT ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 02.281.983/0001-07, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 01007/2018/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4765977), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 19450/2018/SEI-MCTIC, de 18 de maio de 2022 (1480935), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCTIC)<sup>[3]</sup>, ratificada pelo Despacho, datado de 19 de maio de 2023 (4761562), que registra que o processo superou as ressalvas apontadas no parecer jurídico e se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial de 28 de agosto de 2018 (0875868, p. 231), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.281.983/0001-07
NOME EMPRESARIAL:	WRT ORGANIZACAO DE RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	WALDYR ORTENCIO PUGLIESI
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MARCELO RICARDO FERREIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/06/2024 às 13:33 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS  
Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).  
[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).  
[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).  
[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.  
[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 05/07/2024, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/07/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 05/07/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5787392** e o código CRC **003E37A0** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.009433/2013-10

SUPER nº 5787392

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>